

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR**

Maria Rosa da Silva Miranda

Trabalho e Gênero: a luta por direitos das mulheres na Economia Popular e Solidária.

Curitiba
2017

Maria Rosa da Silva Miranda

Trabalho e Gênero: a luta por direitos das mulheres na Economia Popular e Solidária.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos e Políticas Públicas, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos. Mestrado Acadêmico 2015, segundo semestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaci de Fátima Souza Candiotto.

Curitiba

2017

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

M672t
2017

Miranda, Maria Rosa da Silva
Trabalho e gênero : a luta por direitos das mulheres na economia popular e Solidária / Maria Rosa da Silva Miranda ; orientadora: Jaci de Fátima Souza Candioto. – 2017.
124 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017
Bibliografia: f. 107-113

1. Direitos humanos. 2. Direitos das mulheres. 3. Relações de gênero. 4. Economia popular. 5. Economia solidária. I. Candioto, Jaci de Fátima de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. III. Título.

CDD 20. Ed. – 323.4



DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

MARIA ROSA DA SILVA MIRANDA

Aos vinte dias, do mês de novembro de dois mil e dezessete, às dez horas reuniu-se na Sala de Defesa - Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelas professoras: Jaci de Fátima Souza Candiotto, Jucimeri Isolda Silveira e Marilene Zazula Beatriz, para examinar a dissertação da candidata Maria Rosa da Silva Miranda, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, no segundo semestre de dois mil e quinze. Área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **TRABALHO E GÊNERO: A LUTA POR DIREITOS DAS MULHERES NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA**. A Candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, a Candidata foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12 h 00 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Prof^a. Dr^a. Jaci de Fátima Souza Candiotto
Presidente/Orientadora.

Prof^a. Dr^a. Jucimeri Isolda Silveira
Convidada Interna

Prof^a. Dr^a. Marilene Zazula Beatriz
Convidada Externa

CIENTE

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Barreto Amorim Pilla
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos humanos e Políticas Públicas
Stricto Sensu – PPGDH PUCPR



A Deus, que me concedeu energia e me iluminou
para alcançar o entendimento teórico e os
desafios na defesa de Direitos.

Aos meus dois amores, Eligio e Dionatan, o meu sincero carinho.

Elegio, com amor, sabedoria e cooperação foi essencial
na realização deste sonho.

Dionatan, o filho carinhoso que soube compreender
cada detalhe na concretização deste projeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus da vida pela sua imensa sabedoria, que me possibilitou encontrar os caminhos do entendimento nos estudos propostos.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), por ter me concedido a oportunidade de seguir adiante nos estudos e, como mestranda participar do Programa de Pós - Graduação Interdisciplinar em Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos.

Agradeço a Capes e ao Comitê de Ética pelo apoio e incentivo nas pesquisas, contribuindo com a realização deste trabalho científico.

Agradeço a prof^a. Dr^a. Maria Cecília Pilla, na qualidade de coordenadora do PPGDH da PUC-PR, pela dedicação nas orientações e informações necessárias para o bom desenvolvimento do curso.

Agradeço a todos os professores que estiveram à frente com as disciplinas do PPGDH da PUC-PR e demonstraram que o saber teórico deve estar comprometido com a defesa dos direitos humanos.

Agradecimento muito especial à minha orientadora, professora e amiga, Jaci Fátima de Souza Candiotto. Obrigada, porque acreditou em mim e me mostrou que é possível superar as dificuldades e avançar sempre, principalmente quando os sonhos têm um compromisso pessoal e coletivo.

Agradeço a secretária do PPGDH, Maria Braga que me ajudou com o seu companheirismo, amizade e com todas as informações que me eram necessárias.

Agradeço aos participantes da pesquisa empírica, especialmente às mulheres da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, *Rede Fermento na Massa*. Solidárias e cientes da importância deste trabalho colaboraram e responderam ao questionário com tempo hábil para prosseguir a dissertação.

Agradeço às diretoras de ensino Cíntia A. Viesenteiner, Franciele Quadros e à equipe pedagógica do Colégio Técnico Industrial em Araucária, pelo apoio nos estudos e as oportunidades de participar de Congressos, e do espaço que me ofereceram durante o processo de sistematização da dissertação.

Muito obrigada às professoras da banca: Jucimeri Isolda Silveira, que também foi minha professora e contribuiu com as análises deste trabalho; Marlene Zazula Beatriz, integrante do Conselho Estadual da Economia Solidária junto à Incubadora Tecnológica (TecSol) e Jaci de Fátima Souza Candioto, a minha orientadora. Meu reconhecimento especial a vocês mulheres, que entre tantas feministas de lutas garantem o fortalecimento na efetivação de Direitos.

Família, só um agradecimento é muito pouco. Sei que vocês estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando. Acreditaram em mim, obrigada pela vida de cada integrante que faz parte desta minha história familiar, do Brasil até as regiões de *Misiones em Py*.

Especialmente aos meus pais, que neste mês de setembro estão festejando Bodas de Diamante, meu agradecimento pela vida e exemplo de dedicação; pelo apoio e carinho com o Dionatan para que eu pudesse estudar, participar nos Congressos e sair para as pesquisas.

A mulher era apenas fêmea, útero, “estado incompleto
do homem por falta de qualidades”
(ARISTÓTELES apud BEAUVOIR, 1949 p.10).

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar as relações de inclusão nas atividades da Economia Popular e Solidária e seus desdobramentos em vários empreendimentos: cooperativas populares, empresas autogestionárias, redes de cooperação, grupos informais, clubes de trocas e associações. Essas atividades envolvem produção de bens, prestação de serviços, trocas, comércio justo e consumo solidário organizados pela sociedade civil como resposta à crise das relações de trabalho. De maneira especial, a pesquisa está enfocada na Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, que se encontra em Curitiba e região Metropolitana. Propõe-se encontrar respostas para o seguinte problema: a Economia Popular e Solidária poderia ser considerada um dos caminhos para a emancipação humana e a conquista de direitos, especialmente para as mulheres? Suspeita-se que essa alternativa de trabalho autônomo, coletivo e associativo permite às mulheres a criação de meios de superação das relações desiguais, justificadas e legitimadas culturalmente ao longo da história e cristalizadas na efetividade desigual de direitos nos domínios econômico, sexual e cultural. A metodologia conjuga aos fundamentos teóricos à investigação empírica. Serve-se do questionário respondido pelos representantes do Conselho Gestor Rede Fermento na Massa e representantes de apoio aos Empreendimentos Solidários. Também é levada em consideração a pesquisa participativa, pela qual foi possível se envolver, por ocasião do estudo, nas atividades das Padarias Comunitárias, nos Territórios e também junto ao Conselho Gestor. Como resultados são constatadas ainda relações desiguais entre homens e mulheres, embora já exista a consciência dos processos de mudança e, a consciência é também resultado de que os saberes somente podem ser construídos levando em conta a autonomia dos agentes potencializada pelo trabalho cooperativo e por relações socioeconômicas de inclusão. Constituem parte desse cenário de saberes as diversas formas de produção, consumo e comercialização de alimentos; as relações de cooperação e de solidariedade; a autonomia e o desenvolvimento da consciência crítica frente à intervenção do neoliberalismo e do capitalismo que incentivam o consumo desenfreado e irresponsável.

Palavras-chave: Trabalho; Relação de Gênero; Economia Popular e Solidária; Mulher; Emancipação

ABSTRACT

This work has the objective of identifying practices of less unequal relations and inclusion, in the activities of the Popular and Solidarity Economy. Which includes several projects such as: popular cooperatives, self-managed enterprises, cooperation networks, informal groups, exchange clubs and associations. These among others performing activities of production of goods, services, exchanges, fair trade and solidary consumption. Organized by civil society as a response to the labor relations crisis. The object of the research is centered on the *Association of Bakeries and Communal Kitchens Rede Fermento na Massa*, which is located in Curitiba and Metropolitan region. Proposes to find answers to the following problem: could the Popular and Solidarity Economy be considered as one of the ways for human emancipation and the conquest of rights, especially for women? Therefore, there is the hypothesis and that this alternative of autonomous and collective work, through this association, women are creating ways to overcome unequal relations, justified and legitimated culturally throughout history and have materialized in unequal rights, such as economic issues, sexual and cultural. The methodology combines the empirical research with the theoretical foundations, which used the questionnaire answered by the representatives of the Managing Board *Rede Fermento na Massa* and representatives of support to the Solidarity Projects. It also counted on the participative research, prioritizing the involvement of the masters in the activities of the Community Bakeries, in the territories and also with the Management Council. As a result, there are still unequal relationships, although there is already awareness of the processes of change, and that knowledge is built in the dimension of autonomy. It is worth highlighting the strengthening of a scenario of cooperative work and of socio-economic relations of inclusion, it is part of this scenario of knowledge, the various forms of production, consumption and commercialization of food; the relations of cooperation and solidarity; the autonomy and the development of the critical conscience before the intervention of neoliberalism and of the capitalism that encourage the rampant and irresponsible consumption.

Key words: Work; Gender Relation; Popular and Solidary Economy; Woman; Emancipation.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro 1 - As Padarias e Cozinha Comunitárias que conformam a Rede Fermento na Massa - página 81.

Quadro 2 - Total de pessoas envolvidas no trabalho e consumo dos produtos da Economia Popular e solidária - página 82.

Figura 1 - O trabalho na prática da Economia Popular e Solidária - página 95.

Tabela 1 - Integrantes da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa - 2017 - página 96.

ANEXOS

- ✓ ANEXO A Olímpia de Gouges
- ✓ ANEXO B Bertha Lutz.
- ✓ ANEXO C Fórum Público.
- ✓ ANEXO D Representantes da Associação das várias Padarias e Cozinhas Comunitárias.
- ✓ ANEXO E Rede Fermento na Massa.
- ✓ ANEXO F Ciranda das mulheres.
- ✓ ANEXO G O processo de conscientização, estudos em grupos.
- ✓ ANEXO H Curso de panificação ministrado pelas mulheres.
- ✓ ANEXO I Solidariedade e inclusão social.
- ✓ ANEXO J O mestre da pedagogia libertadora.

LISTRA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários.
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base.
CECOPAM	Centro Comunitário Padre Miguel.
CEFURIA	Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo.
CONAES	Congresso Nacional de Economia Solidária.
EcoSol	Economia Solidária.
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários.
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
FBPF	Federação Brasileira do Progresso Feminino.
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária.
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária.
TecSol	Incubadora Tecnológica Solidária.

APÊNDICE

- ✓ Termo de consentimento livre e esclarecido.
- ✓ Questionário elaborado para a pesquisa empírica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2	O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONCEITUAÇÃO E ASPECTOS FILOSÓFICOS	22
2.1	O QUE É EMANCIPAÇÃO?	22
2.1.1	A Emancipação Humana segundo a visão Kantiana	30
2.1.2	A Emancipação Humana segundo a visão Frankfurtiana	33
3	A LUTA DAS MULHERES NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO	38
3.1	O TRABALHO COMO AÇÃO TRANSFORMADORA DAS RELAÇÕES	53
3.2	A CHAMADA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O TRABALHO COMO FONTE DE COMPETITIVIDADE	58
3.3	O TRABALHO NA PERSPECTIVA SOLIDÁRIA: UMA FORMA ALTERNATIVA DE ENTENDER E DE VIVER A ECONOMIA.....	65
4	ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA	72
4.1	A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM REDE SOLIDÁRIA	78
4.1.1	Educação Popular nos projetos da Economia Popular e Solidária ..	87
4.1.2	Conselho Gestor Rede Fermento na Massa.....	92
4.2	DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXOS.....	112
	APÊNDICE.....	116

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se desenvolveu a partir da pesquisa sobre Trabalho e *Gênero: a luta por direitos das mulheres e o processo de emancipação por meio da Economia Popular e Solidária*. O mesmo foi relevante para as transformações que vêm ocorrendo no processo histórico da humanidade, no que diz respeito às relações de trabalho com a implementação de sofisticadas tecnologias, o desenvolvimento científico, a construção das democracias e a aproximação dos povos no mundo globalizado, entre outras mudanças. Levou-nos a considerar os seres humanos como agentes criadores de diferentes realidades, com seus aspectos sócio-culturais, políticos, religiosos e econômicos. Porém, todo o potencial pensado e realizado pelas pessoas carrega a marca de ideologias dominantes, e estas exigem questionamento da universalidade dos Direitos Humanos.

Este trabalho objetiva identificar as relações de inclusão nas atividades da Economia Popular e Solidária, sobretudo pesquisar sobre a luta por direitos das mulheres.

Entendemos que na sociedade contemporânea existe a necessidade de encontrar formas de efetivação dos direitos humanos, uma vez que os documentos oficiais, nacionais e internacionais - Declarações, Tratados e Convenções -, ainda não são suficientes para responderem as reais necessidades humanas, pois os mesmos se encontram no nível da normatividade. E, uma das formas, que tem contribuído para a concretização destas Convenções são as organizações da sociedade civil, que vão exigindo por meio de políticas públicas a efetivação dos direitos humanos proclamados.

Ao conceber tais Direitos como processos históricos, com uma intencionalidade revolucionária, pelo fato dos mesmos representarem reivindicações universalmente válidas, é que nos propomos como objetivo central demonstrar que existem, na Economia Popular Solidária, empreendimentos¹ que vivenciam no

¹ O termo “empreendimento” remete, segundo Coraggio (2007), à obtenção e organização de recursos com a finalidade de atingir um determinado resultado. No entanto, o caráter coletivo e as motivações diferenciadas, que não se constituem apenas pela busca por atividades lucrativas, permitem visualizar os empreendimentos de Economia Popular Solidária para além de um “empreendedorismo de pequeno porte”, definido por Sachs (2002). De modo geral, os princípios básicos de distinção dessas iniciativas, apontadas pela maioria dos autores, são: posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação; repartição

trabalho, as relações de gênero com as práticas mais igualitárias de inclusão social e defesa de direitos. Um deles é a Associação das Padarias² e Cozinhas comunitárias Rede Fermento na Massa³, que se encontram no Paraná, Curitiba e região Metropolitana.

Os objetivos específicos propõem: - considerar a relevância da interdisciplinaridade com a contribuição de algumas análises da filosofia, sociologia, história, psicologia, educação e da teologia sobre o entendimento da emancipação e relação de gênero materializado na pesquisa empírica; - analisar e confrontar as principais ideias no âmbito do trabalho, entendendo que o ser humano é, sobretudo, um ser social e dinâmico através das ações de trabalho e manutenção de suas necessidades; - contextualizar a história da Economia Popular e Solidária no Brasil, investigando a contribuição de organizações governamentais e não governamentais que dão apoio a essas atividades do trabalho cooperativo e analisando os resultados.

Considera-se o tema relevante, visto que, nesses espaços da Economia Popular e Solidária existem possibilidades para a construção de relações menos opressoras e, é uma das bandeiras de luta da humanidade ao longo da história, sobretudo no contexto de século XXI, em que o ser humano pode usufruir de múltiplos mecanismos, que favorecem as relações mais igualitárias, porém, nos deparamos com um cenário de intolerância, de desrespeito e de violação de direitos.

Embora, as mulheres já tenham percorrido uma significativa trajetória de emancipação e de efetivação de direitos e, atualmente têm a oportunidade de maior conscientização sobre a importância do seu fortalecimento, ainda nos deparamos com realidades de grandes contrastes de submissão e exploração na relação de gênero, com isso, surge o questionamento que nos leva à problematização, partindo da necessidade de entender as relações humanas nos espaços de organização popular: seria possível a Economia Popular e Solidária ser um dos caminhos para a

da receita líquida entre os associados; e destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores (Singer, 2000).

² As Padarias e Cozinhas Comunitárias são grupos organizados a partir da proposta da Economia Solidária, que prioriza a gestão coletiva, com o horizonte do desenvolvimento comunitário e da superação das desigualdades sociais. A autogestão, a união, a solidariedade e o trabalho coletivo estão entre os fatores que diferenciam uma padaria comunitária de empreendimentos convencionais. (Multiplicando as sementes, 2016, p. 06).

³ A Associação é um grupo de pessoas organizadas que está sendo fortalecida desde 2007, quando foi pensada a partir das necessidades para a melhor organização das Padarias Comunitárias e de poder contar com os benefícios de uma entidade formal.

emancipação humana e conquista de direitos, em especial da mulher? A hipótese é que por meio desse empreendimento, as mulheres criam meios de superação das relações desiguais, tais como, superioridade *versus* inferioridade, espaço público *versus* privado, passividade *versus* participação, repressão *versus* liberdade, individualismo *versus* cooperação, etc., justificadas e legitimadas culturalmente ao longo da história e que se materializaram também em direitos desiguais.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos utilizados, procurou-se conjugar os fundamentos teóricos à investigação empírica. Considerou-se indispensável o caráter da interdisciplinaridade nesse estudo, investigando a partir das ideias filosóficas, socioeconômicas, históricas, psicológicas, teológicas e educacionais, uma vez que o conhecimento vai se ampliando e, ao mesmo tempo tornando-se mais compreensível para a análise da qual se propõe.

A abordagem dos dados teóricos com a pesquisa bibliográfica foi contribuindo para o estudo da análise sobre o processo emancipatório do ser humano, em especial a emancipação do ser mulher. Assim como afirma Severino,

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO, 2007, p. 122).

Nessa busca de entendimento do processo de emancipação humana e procurando compreender também a luta das mulheres por relações de cooperação e de superação das desigualdades, a pesquisa da análise teórica compõe-se das ideias de homens e mulheres, que ao longo da história têm contribuído para a superação da problemática das desigualdades e da violação de direitos. Entre as mais citadas, encontram-se: Carlos Montaña (1962-), Karl Marx (1818-1883), Immanuel Kant (1724-1804), Theodor W. Adorno (1903- 1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Jürgen Habermas (1929-), György Lukács (1885-1971), Ricardo L.

Antunes (1953-), Simone de Beauvoir (1908-1986, Hannah Arendt (1906-1975), Paulo Freire (1921-1997), Ivone Gebara (1944-) e também a contribuição de outras tantas mulheres, que foram consideradas ao longo dessa pesquisa, com ideias revolucionárias na compreensão de emancipação, as mesmas registrada em livros, artigos ou teses.

A pesquisa dos fundamentos teóricos foi acompanhada da investigação empírica com especial atenção ao trabalho e a relação de gênero, na organização e na participação das mulheres no âmbito das Padarias e Cozinhas Comunitárias, especialmente nos Territórios⁴ e Conselhos Gestores⁵, da região da grande Curitiba, Paraná.

Assim afirma Lakatos,

Nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, e nem somente aqueles que se conhece, mas todo os que forem necessários ou apropriados para determinado caso. Na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente (LAKATOS 2003, P. 164).

Os dados coletados e apresentados no desenvolvimento desse trabalho fazem parte dessa junção da análise teórica e da pesquisa de campo. Para a pesquisa empírica utilizou-se a técnica de questionário, o qual se consistiu de um conjunto de questões abertas (ver apêndice), com vistas a conhecer a opinião dos integrantes do referido campo de estudo, isto é, de mulheres trabalhadoras representantes do Conselho Gestor Rede Fermento na Massa. Além delas, houve também a contribuição dos apoiadores e apoiadoras desse empreendimento solidário e, ainda foram coletados os dados por meio da pesquisa participativa.

⁴ Os Territórios são organizados conforme a proximidade geográfica, a facilidade de locomoção ou dias livres da semana. Os encontros são mensais, com o objetivo de aprofundar a formação prática em temas como: comunicação, sustentabilidade, gestão compartilhada e adequação às normas sanitárias. Os territórios também têm se fortalecido como espaço de aproximação e articulação, além de contribuir para o avanço na formação de lideranças comunitárias. (Multiplicando as sementes, 2016, p. 8).

⁵ O Conselho Gestor da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa é um grupo de pessoas representantes das Padarias, entre essas pessoas, 90% são as mulheres. Eles se reúnem mensalmente para conversarem sobre os rumos da Rede e, entre as pautas está a avaliação do planejamento, a organização das formações técnicas, as dificuldades que cada grupo enfrenta, sejam as desistências ou novos integrantes que assumem, trocas de experiências e o fortalecimento com novas perspectivas.

Essa aconteceu por meio da participação em palestras, encontros, programações e avaliações.

A pesquisa empírica possibilitou o entendimento a partir das atividades desenvolvidas nas Padarias Comunitárias, nos Territórios e também junto ao Conselho Gestor.

Dessa forma, ao pensar a pesquisa empírica, alguns questionamentos foram postos para ajudar a identificar os elementos de emancipação da mulher e os indicativos de afirmação de direitos frente aos trabalhos por elas desenvolvidos:

- ✓ quais são as análises já elaboradas sobre a interferência do trabalho e as suas contradições no processo emancipatório humano?
- ✓ Quais são os aspectos que nos ajudam a compreender a emancipação da mulher na prática das relações de trabalho e gênero, nas organizações da Economia Popular e Solidária?
- ✓ Quais os espaços de participação da mulher nas atividades da Economia Popular e Solidária?
- ✓ A Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa contribui para visualizar o processo emancipatório das mulheres?
- ✓ Como isso acontece? Como as mulheres assumem o protagonismo diante das Instituições de apoio à Economia Popular e Solidária? Quais são os maiores desafios que enfrentam no dia-a-dia da gestão compartilhada, nos trabalhos da Economia Popular e Solidária?

Na abordagem do problema deu-se atenção à relevância da justificativa e dos objetivos da pesquisa, delimitando o estudo de campo a partir da observação e da participação, procurando encontrar elementos significativos que respondessem aos questionamentos sobre a participação, desafios e a garantia de direitos humanos, nas atividades da Economia Popular e Solidária e, sobretudo, na temática de relação de gênero e no processo emancipatório da mulher.

As informações e análise dos dados coletados na pesquisa participante têm relevância para os resultados que se propôs nesse trabalho. Afirma Severino,

a pesquisa participante é aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados. Passa

a interagir com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos (SEVERINO, 2007, p.120).

Nessa construção do conhecimento, a trajetória da pesquisa exigiu, além de muito estudo, uma participação ativa (da mestrandia), junto aos grupos de mulheres que fazem parte da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, participação no Fórum Circo da Democracia⁶, na Ciranda das Mulheres⁷, nos Conselhos Gestores, nas reuniões de alguns Territórios, visitas a algumas padarias, participando do Café Solidário e também consumindo os produtos por elas comercializados. Essas experiências proporcionaram maior conhecimento e forneceram elementos que ajudaram na reflexão e dissertação dos resultados.

Deu-se maior atenção a uma abordagem qualitativa com centralidade nos processos de transformações das relações de trabalho e gênero, na luta por relações menos desiguais nos espaços das Padarias. Utilizando-se do método dedutivo chegou-se aos resultados da pesquisa empírica, por meio da análise das relações sócio-econômicas das mulheres e, da participação delas na afirmação e na busca de seus direitos.

Para chegar aos resultados, optou-se por reunir o trabalho em três capítulos acompanhados da introdução.

No primeiro capítulo, a pesquisa traz aspectos sobre o processo de emancipação humana, a partir da reflexão de alguns autores no âmbito da filosofia e da história, além da contribuição de Montañó, Marx, Iasi, Michelle Perrot, R. Ruether e Candiottto.

⁶O Circo da Democracia foi o Fórum Popular que reuniu, entre os dias 5 e 10 de agosto, artistas, professores, jornalistas, políticos, publicitários, juristas, estudantes e aberta a toda sociedade para falar de temas como educação, política, justiça, economia solidária, arte/cultura e comunicação. Foi organizado pelo grupo Advogados pela Democracia, com o apoio de mais de 50 entidades. Seu principal objetivo foi levantar um debate acerca das consequências e desdobramentos do *impeachment* presidencial de Dilma Rousseff. Renata Mielli, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Curitiba, Pr. 15/08/2016.

⁷No dia 30/01, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo promoveu a "Ciranda das Mulheres 2017". O encontro foi especialmente voltado às trabalhadoras que integram a Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias "Rede Fermento na Massa". Um encontro de vidas e histórias, cujo foco foi o "empoderamento" dessas mulheres. As atividades tiveram como intuito provocar uma reflexão crítica e, ao mesmo tempo, sensível em cada uma das participantes. Foram dinâmicas que se estenderam pelo período da manhã e da tarde. As assessoras buscaram ativar o protagonismo das mulheres, por meio da discussão de temáticas como feminismo, questões de gênero, trabalho, direitos, violência, entre outras. (Ciranda-das-mulheres, 2017).

Busca-se, sobretudo, entender a visão kantiana sobre emancipação e também aspectos relevantes sobre esse tema, a partir da teoria crítica da Escola de Frankfurt, com os filósofos: Adorno, Horkheimer e Habermas; ainda neste capítulo, destacam-se as ideias da filósofa francesa, Simone de Beauvoir que tem contribuído para o entendimento das mudanças de mentalidade nas relações de gênero; da filósofa alemã, Hannah Arendt uma das raras vozes femininas de destaque na filosofia do século XX e defensora dos direitos humanos.

O segundo capítulo apresenta a contribuição de mulheres, que na luta contra a mentalidade patriarcal, conseguem vivenciar o processo de emancipação e são exemplos de superação das relações desiguais. Entre elas estão: a antropóloga Rose Marie Muraro e a Teóloga Ivone Gebara, também apresentam importantes relatos da participação feminina nos espaços públicos, percebendo as formas de conscientização de ambos os sexos para a compreensão de que o respeito e a dignidade humana devem ser acompanhados em todos os espaços da sociedade.

Sobre as relações de trabalho e o que este tem contribuído para as transformações no mundo e na vida das pessoas, deu-se atenção às ideias de Marx, Lukács e de Ricardo Luiz Antunes, sobretudo no que se refere às mudanças que ocorrem na vida das pessoas, por meio do trabalho. Apresenta os aspectos relacionados ao trabalho sistematizado a partir do fordismo, taylorismo e toyotismo e a influência dos mesmos nas relações socioeconômicas e culturais como causadores das desigualdades, principalmente segundo a lógica capitalista.

A partir do entendimento de que o trabalho contribui para as relações desiguais, principalmente no cenário do capitalismo econômico monopolista, o segundo capítulo apresenta ainda a necessidade de conhecer e de pensar outra forma de trabalho, que se desenvolva por meio de relações menos desiguais, mesmo sendo permeada de alguma forma pelo mundo capitalista.

O trabalho solidário e autônomo é uma realidade, o qual concentra aspectos no contexto do surgimento de uma economia alternativa, que está se desenvolvendo e contribui na inclusão de trabalhadores e trabalhadoras. Aborda também aspectos do trabalho cooperativo e autônomo, a partir da contribuição dos socialistas utópicos na Europa e aspectos destes ideais socialistas que chegam ao Brasil, como é o exemplo da Colônia Cecília, em Palmeiras, Paraná. Esses e muitos outros exemplos têm contribuído para com o desenvolvimento da Economia Popular e Solidária no

Brasil. Destaca-se especialmente, a contribuição do economista Paul Singer, conhecido como o sistematizador dessa alternativa em nosso país.

O terceiro e último capítulo apresenta a pesquisa empírica, com a centralidade na importância da Economia Popular e Solidária como uma das alternativas que trabalham com os princípios de: cooperação, solidariedade, comércio justo e sustentabilidade.

Procurou-se entender o apoio de organizações governamentais e não governamentais e do dinamismo de Paul Singer na SENAES⁸, para garantir desde a instância governamental, subsídios e incentivo aos empreendimentos da Economia Popular e Solidária e, também teve relevância para a pesquisa a compreensão da atuação do Cefúria no desenvolvimento de projetos, que traz como objetivo a formação cidadã, baseada na pedagogia freiriana.

Deu-se relevância à contextualização participativa das mulheres em diferentes espaços da sociedade. Considerou-se, sobretudo a participação delas nos espaços da Associação das Padarias e Cozinhas comunitárias Rede Fermento na Massa, onde se encontra a afirmação de possibilidades para uma nova mentalidade de relações mais igualitárias, na dimensão humana, cultural, sociopolítica, econômica e de trabalho coletivo e autônomo.

Foram identificados os dados da pesquisa empírica e apresentados os resultados com os principais desafios que as trabalhadoras e os trabalhadores enfrentam para dar continuidade à ação laboral, que se procura desenvolver com uma mentalidade de valorização do ser humano no seu contexto social, cultural e econômico, chegando com estas reflexões às considerações finais.

⁸ Secretaria Nacional de Economia Solidária. Foi criada no Brasil em 2003, a partir do controle social das organizações empreendedoras de Economia Solidária. Teve o apoio do governo na época, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva e do economista Paul Singer.

2 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONCEITUAÇÃO E ASPECTOS FILOSÓFICOS

Este capítulo tem por objetivo estudar vários aspectos relacionados ao processo emancipatório, bem como trazer a reflexão de alguns autores sobre a questão da emancipação humana, no âmbito da filosofia e, sobretudo, as ideias e a trajetória de mulheres que contribuíram e ainda contribuem em diferentes organizações, na luta contra as desigualdades de gênero.

2.1 O QUE É EMANCIPAÇÃO?

O termo emancipação é usado para diferentes contextos, tais como: no aspecto individual, social, político, econômico ou cultural, pois esse termo implica liberdade, autonomia e independência. A palavra vem do latim *emancipatio* e significa “declarar alguém livre”. O significado de emancipação é abordado como a ação de tornar-se ou ser livre ou independente. Comumente, o termo é utilizado no sentido de libertação, como: de alforria (emancipação de escravos); de pessoas na faixa etária com menos idade que o adulto (emancipação de "menor")⁹, emancipação política, emancipação da mulher, entre outros (LAROUSSE, 1996, p.375).

Segundo Montaña, 2011, o uso do termo emancipação é usado indiscriminadamente, remetendo a diversas questões, como:

emancipação jurídica, emancipação pela educação, pela cidadania, pela descolonização do "mundo da vida", pela "inclusão social", emancipação da mulher, de uma nação, de um grupo particular, etc. Pareceria, assim, que a emancipação estaria representada praticamente por qualquer conquista de direitos sociais ou políticos, ou de redução de certas formas de desigualdade (MONTAÑO, 2011, p.130).

⁹ A expressão "menor" aparece no texto, utilizado para definir a pessoa com menos de 18 anos, porém, não é mais utilizada. Desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor, é considerado inadequado para designar crianças e adolescentes, pois tem sentido pejorativo. Esse termo reproduz e endossa de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores. (Ministério Público do Paraná. Acesso em: 2017).

Percebe-se então que é necessário compreender o que é e em que consiste a emancipação? Entre os vários tipos que existem, abordaremos aqui a emancipação política e a humana ou social. A social deve ser entendida a partir das mudanças sociais e as formas de relações estabelecidas na sociedade. Para isso, é necessário concebê-la como uma forma de globalização contra-hegemônica, entre grupos sociais que lutam contra a exclusão, a exploração e a opressão produzidas pela globalização hegemônica neoliberal. Tais lutas traduzem-se na criação de alternativas à lógica excludente do capitalismo global, espaços de participação democrática, de produção não capitalista de bens e serviços, de criação de conhecimentos emancipatórios, como exemplo, a Economia Popular e Solidária que tem relevância nesse trabalho.

A emancipação política está associada à independência de um determinado local, tanto de uma região ou estado, como de um país. Nesse caso, o processo de emancipação possui uma relação íntima com uma política social que visa satisfazer os indivíduos desta sociedade. É um conceito que podemos encontrar em vários autores e contextos diferentes, por exemplo, em Karl Marx 1844, com a publicação do ensaio, *A questão judaica e nos manuscritos econômicos e filosóficos* (Marx, 2001). Este faz uma abordagem da relação de emancipação política com a emancipação do estado do judaísmo, cristianismo ou outras religiões. Contribui para a compreensão desse aspecto algumas de suas ideias na análise, afirmando que “a revolução política é a da sociedade burguesa” (Marx, 2010, p. 51). Deixa claro que emancipação política exige a liberdade em relação à dependência territorial, econômica da classe burguesa, da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes, podendo afirmar que é uma emancipação parcial, enquanto que a emancipação social, humana é entendida de forma universal, é a do proletariado que luta pelas relações menos desiguais. A revolução social é a busca da construção da humanidade emancipada na superação das opressões e da falta de liberdade. A emancipação política é a emancipação do estado e não elimina as contradições da sociedade, com isso

a emancipação política do judeu, do cristão, do homem religioso de modo geral consiste na emancipação do estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à religião como tal. Na sua forma de estado, o modo apropriado à sua essência, o estado se emancipa da religião, emancipando-se da religião do estado, isto é, quando o estado como estado não professa nenhuma religião, mas, ao

contrário, professa-se estado. A emancipação política em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação humana (MARX, 2010, p. 38).

Nesse sentido é que Marx faz a sua reflexão sobre o significado da emancipação política, afirmando que é somente a emancipação burguesa. Sendo assim, o resultado da revolução burguesa efetivou apenas a emancipação da burguesia e não da humanidade. O proletariado deve orientar as suas lutas políticas não com o objetivo de chegar ao poder e colocar o Estado ao seu serviço, pois a manutenção do Estado implica ficar restrito aos seus limites e dar continuidade à exploração e dominação do homem pelo homem. A política é um meio de luta para o trabalhador, mas o objetivo é a revolução social.

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque - mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana (MARX, 2010, p. 76).

A desumanização do humano o deve levar a percepção diferente da existência. O ser humano deve ser percebido como o outro, porém o outro com dignidade, alguém que deve ser respeitado na sua individualidade. Essa percepção deve também ser objetivada nas suas lutas políticas e orientada pela lógica da revolução social, que rompe com a máquina estatal e abre caminho para a sociedade emancipada. Romper com a máquina estatal significa acabar com a estrutura de domínio que continua gerando as desigualdades.

Entender a relevância do processo de emancipação para a garantia dos direitos humanos da mulher é o que se pretende com a pesquisa e as reflexões neste trabalho. Destaca-se aqui, sobretudo, a abordagem sobre a emancipação humana e a relação menos desigual na questão de gênero.

A história da humanidade é marcada por relações díspares, desfavorecendo social e culturalmente a mulher, estigmatizando sua existência como inferior, dependente e submissa ao homem, o que justifica sua luta pela emancipação. Entende-se que a relação de equidade entre os gêneros é uma questão de urgência,

já que todos deveriam ter acesso às oportunidades de uma sociedade supostamente evoluída. Porém, ainda é preciso tratar da emancipação, da efetivação de todos os direitos que são violados em pleno século XXI.

Algumas categorias, como liberdade e igualdade eram conceitos conhecidos no decorrer da história apenas na esfera pública e que não guardavam qualquer relação com as situações vividas no espaço privado. E essas categorias estão intimamente ligadas ao aspecto da luta pela emancipação, por isso, tornam-se relevantes o exemplo de mulheres como Hannah Arendt (1906-1975), em sua obra, "A Condição Humana" (2007), na qual faz análise desde o contexto grego, afirmando que, para tais filósofos o que concebiam como certo para a vida na *polis*, era a liberdade, a qual se situa exclusivamente na esfera política e que as necessidades básicas primordialmente eram consideradas como:

Um fenômeno pré-político, característico da organização do lar, na esfera privada; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade – por exemplo, subjugando escravos – e alcançar a liberdade (ARENDRT, 2007, p. 40).

Mesmo que Arendt não tenha sido uma teórica feminista, é de suma importância a sua contribuição nas reflexões sobre a liberdade, cidadania e Direitos Humanos. É uma mulher que tem importantes trabalhos na área de filosofia política e de teoria social. Ao refletir sobre a trágica experiência dos totalitarismos no século XX, nos adverte que, diferente de outros genocídios, o que aconteceu com as vítimas do nazismo é que foi planejado barbaramente, levando os seres humanos ao aniquilamento de sua condição, principalmente os seres humanos vistos como seres inferiores, como: os judeus, os homossexuais, os deficientes físicos e os que eram contrários à ideologia política totalitária.

Com o totalitarismo registrou-se fortemente a negação da liberdade de expressão e também da particularidade dos sujeitos, com isso, a pluralidade deixou de existir na medida em que apenas a opinião do líder político prevalecia e todos deveriam obedecer sem contestá-la. Assim, os diálogos entre as pessoas se tornaram impossíveis levando a perda da noção de comunidade, e a transformação que ocorreu com as pessoas durante esse regime foi a aniquilação da pluralidade e, com isso, a presença de significativas rupturas, perdendo a capacidade de se ver por meio do outro. As rupturas provocadas nesse contexto foram diversas, tais

como: a ruptura do contato com o mundo, a ruptura da comunicação com os outros e, conseqüentemente, provocaram a ruptura do contato do indivíduo consigo próprio.

Assim como Hannah Arendt lutou contra o sofrimento das pessoas causado pela afirmação legitimada das desigualdades sociais, sobretudo de etnias, e defendeu os Direitos Humanos, é que as reivindicações dos direitos humanos das mulheres exigem uma nova forma de pensar. O direito à diferença e o respeito que todos merecem.

Nas diversas organizações, as mulheres reivindicam por relações mais igualitárias, desde os espaços mais simples do cotidiano, até os movimentos feministas que vêm conquistando grandes transformações e processos emancipatórios, assim, como os exemplos dos lavadouros, no ambiente francês, citados no livro "Os Excluídos da História" de Michelle Perrot (1988), na parte II, que trata sobre as mulheres, há um alerta para a capacidade de resistência à dominação e ao poder patriarcal.

Não é raro encontrar, tanto na Normandia como no Sul Provençal, mulheres que fiscalizam os homens no final do século 18. Mas no século 19 raramente encontra-se tal situação. À exceção dos estabelecimentos de tipo religioso (oficinas de caridade, internatos têxteis), o pessoal de supervisão técnica e fiscalização é sempre masculino. Na fábrica, a máquina reproduz e até aprofunda a divisão tradicional dos sexos e a subordinação feminina. [...] na luta contra as máquinas, as mulheres estão presentes, e duplamente presentes. Como mulheres de operários, elas desempenham nas agitações seu papel tutelar de donas-de-casa que defendem o nível de vida da família, a qual necessita de 'trabalho e pão'. E isso tanto mais que motins por alimentos às vezes misturam-se ao luddismo (PERROT, 1988, p. 31).

Entre o final do século XVIII e meados do século XIX, muitos trabalhadores franceses se opuseram às máquinas, por exemplo, à mecanização da fiação da lã, da seda e do algodão, à tosadeira, ao purificador do ferro de fundição. As grandes máquinas viriam a substituir as pequenas oficinas rudimentares fundidas em uma só fábrica. No início, os operários e as mulheres resistiram, porém, posteriormente se nota que não era uma atitude absolutamente hostil ao progresso técnico.

Portanto, "As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder", salienta Perrot (1988, p.177-178). Embora o espaço doméstico e privado marque profundamente a vida das mulheres, em um período bastante significativo e com a afirmação de serem inferiores aos homens e, por isso mesmo, dependentes, a

autora analisa os estereótipos advindos de alguns pensadores. Assim como Fichte (1762-1814) que contrapunha características diferenciadas para homens e mulheres. Aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão e, às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. E Hegel (1770-1831), não foge dessa compreensão, pois na sua visão a feminilidade proporciona preferencialmente uma aptidão prática à mulher, mas em caso algum uma aptidão especulativa. Por isso, as mulheres não podem ocupar cargos públicos. O homem tem vida real e substancial no Estado, na ciência ou qualquer outra atividade do mesmo tipo. A mulher, pelo contrário, é feita para a piedade e o interior. Se colocassem mulheres à frente do governo, o Estado se encontraria em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos.

E ainda Perrot lembra que Comte (1798-1857), tem também a compreensão de que o sexo feminino se apresenta como uma espécie de estado infantil contínuo e é inapta para o governo. Portanto, o que ela aponta sobre a condição da mulher, do ponto de vista destes teóricos, resulta num caminho difícil da emancipação.

Entre tantos exemplos de ideologias que submete à mulher ao espaço privado, encontramos na obra de Marie Suzuki Fujisawa (2006), "Das Amélias às mulheres Multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão", que trata de pensar a necessidade da libertação dos instrumentos de repressão e dominação presentes no espaço doméstico, uma vez que as atividades são concebidas inferiores às dos homens e que a mulher precisa executar essas atividades, privando-se das relações sociais. Nesse ambiente e assim como outros, percebe-se como a cultura patriarcal, do poder de mando está presente.

LAVE SIM E FALE POUCO. Com este cartaz nas lavanderias públicas, a Itália fascista procurava calar a mulher. [...] a disciplina oral opera uma redução na dimensão pessoal e social da mulher, constantemente manifestada pela linguagem verbal (TALAMO, 1989, p. 21. Op.Cit. FUJISAWA, 2006).

Nessa luta de superação dos estigmas da cultura machista, os Movimentos Feministas construíram um ideal de emancipação feminina, que veio contribuir para a quebra dos modelos autoritários e repressivos com relação à mulher.

Muitos desses movimentos têm analisado o processo de construção das relações de dominação, não só a relação homem-mulher, mas também seres

humanos-natureza. Candiotta¹⁰ (2012, p. 15) discorre sobre o tema: Ecofeminismo simbólico-construcionista e, afirma, assim como outras teólogas, que a ideia central da dominação das mulheres pelos homens está vinculada à dominação histórica da natureza (mundo incontrolável, mas do qual dependemos) e pela cultura (esfera do controle humano). Ela traz a análise do que para muitos antropólogos, tanto a natureza, como as mulheres são apreendidas como realidades inferiores à cultura, a qual é associada aos homens. A separação entre natureza e cultura tornou-se uma chave interpretativa importante para a civilização ocidental manifestando-se por meio da separação entre as ciências humanas e as ciências exatas e também da organização política.

Como teóloga e grande estudiosa da teologia feminista, Candiotta tem contribuído com as suas reflexões sobre a relação de gênero e compreende que

Um dos aspectos mais enfatizados pela teologia feminista contemporânea é a afirmação de uma unidade antropológica baseada na reciprocidade entre mulheres e homens e o combate a qualquer forma de sexismo (CANDIOTTO, 2012, p. 02).

Ao analisar as relações desiguais entre homens e mulheres, percebe-se que levou tempo para as sociedades, de forma geral, confiar na afirmação de que mulheres e homens são dotados das mesmas capacidades intelectuais, morais e culturais, assim sendo, estariam em melhores condições de tomarem consciência de sua responsabilidade mútua diante da comunidade como um todo.

Percebe-se no desenvolvimento dos estudos antropológicos e sociológicos, que muitos grupos foram denominados primitivos e classificados como próximos da natureza, portanto, inferiores. Esta forma de pensar as relações justificou por muito tempo a dominação praticada com seres ditos "inferiores": negros, indígenas e mulheres, pois fazia parte da natureza, o que justificava sua submissão à ordem da cultura. (RUETHER, 2000, p. 13).

Essa cultura associou as mulheres com “corpo, terra, sexo, a carne na sua mortalidade, fraqueza e ‘inclinação ao pecado’”. Enquanto a masculinidade é

¹⁰ Doutora em Teologia pela PUC-Rio e pós-doutora em Teologia pelo Institut Catholique de Paris (ICP-França). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR, onde também é professora do Curso de Teologia. É uma das mulheres do século XXI que tem a preocupação de trabalhar as questões relacionadas à relação de gênero e o empoderamento da mulher, propondo a vivência de uma sociedade mais humana e equitativa no respeito a todos os seres.

identificada com espírito, mente e poder soberano sobre ambas - mulheres e natureza -, como propriedade das classes dominantes masculinas.” (RUETHER, 2000, p. 13-14). Se as mulheres foram culturalmente associadas próximas dos processos biológicos de reprodução da espécie do que à sua condição igualitária de cidadãs; se seu papel fisiológico foi restringido pelo poder coletivo masculino à nutrição e cuidado dos filhos e ao trabalho doméstico, é porque a cultura patriarcal as situou próxima e ao lado da natureza, como se fossem seres incontrolláveis a serem dominados.

R. Ruether, no seu livro "Gaia y Dios" (1993), propõe a reconciliação entre Deus e Mundo. A condição fundamental para uma ética teológica ecológica é que a espécie humana - especialmente os homens - deixe de maximizar sua vida à custa da natureza e de outros seres humanos, principalmente mulheres e crianças. Com isso, constituindo uma comunidade marcada pela equidade entre mulheres e homens, entre seres humanos e não humanos, entre as diferentes gerações e as diferentes opções de credos e estilos de vida.

Mudanças significativas como: a presença das mulheres em espaços públicos, o sair da invisibilidade por meio da educação nas academias e, sobretudo, no domínio da escrita, fazendo valer o seu pensamento, tecendo a história e escrevendo-a a partir da ótica da mulher, têm sido fundamentais para a emancipação e o empoderamento da mulher.

A emancipação feminina¹¹, assim como todas as definições e conceitos sobre emancipação recai sobre o mesmo eixo central, que remete à autonomia da pessoa em relação à outra ou em relação a algum tipo de instituição, que é legitimada pelo poder de um sobre o outro e esse poder, quase sempre foi manifestado com repressão.

Segundo Iasi (2005), o processo de constituição da sociedade capitalista vem acompanhado com a necessidade de implementação de direitos, os quais são os pilares que assegurariam a emancipação humana. Ele cita alguns contextos históricos que levou o ser humano a uma emancipação política, como os

¹¹ O Movimento Feminista contribuiu para o processo de emancipação, principalmente no fim do século XIX, porém, as primeiras obras de mulheres que reivindicam espaço na educação e na política aparecem no século XVIII, inspiradas pelos ideais iluministas de igualdade e liberdade no contexto da Revolução Francesa. Ideais que têm marco histórico, porém com efetividade de direitos apenas para a burguesia. No Brasil, a história é ainda mais recente e quase totalmente concentrada no século XX, embora não seja totalmente descolada da história de conquistas emancipatórias ao redor do mundo.

condicionamentos da servidão feudal, do absolutismo monárquico, do obscurantismo dos dogmas da fé, para inaugurar com o Renascimento uma época iluminada, de livre arbítrio e de igualdade. É uma emancipação meramente política, na qual o Direito ocupa papel central, já que se trata de uma liberdade e de uma igualdade fundamentada juridicamente.

O limite de tal emancipação é que aquilo que se torna igualdade perante a lei, ainda se produz e se reproduz como desigualdade de fato. A emancipação ocorre de forma desviada pelo Estado e por meio de uma expressão que se desloca da própria sociedade, tornando um corpo que volta de forma estranhada para dominar e se impor sobre seus próprios criadores (IASI, 2005, p. 172).

Embora já se constate avanços significativos, ainda se percebe que a emancipação humana continua sendo buscada na dimensão existencial, pessoal e organizacional, uma vez que o ser humano é submetido a várias formas de coerção institucionalizadas, como: a família, a escola, a igreja e principalmente o Estado, com todo o suporte legal repressivo. Mesmo enfrentando os desafios de uma sociedade desigual, corrupta, usurpadora de direitos, é considerável o avanço emancipatório que as pessoas vêm demonstrando ao longo da história. São exemplos as organizações revolucionárias populares, os movimentos sociais de consciência, as pastorais sociais e também as políticas públicas, que juntos procuram a prática de mais dignidade e, é essa dignidade que está na essência da emancipação. Na dimensão do resgate da dignidade humana, reafirma Iasi, (2005) que a noção de emancipação significa restituir ao ser humano aquilo que é humano. Compreende ainda que a verdadeira emancipação não se completa enquanto o Estado, e com ele o próprio Direito, não voltar a se diluir no todo social como parte integrante da produção e reprodução social da existência (IASI, 2005). Sendo assim, o ser humano se encontra longe de atingir a total emancipação.

2.1.1 A Emancipação Humana segundo a visão Kantiana

Immanuel Kant (1724-1804) é considerado o maior filósofo do Iluminismo alemão e um dos principais pensadores de todos os tempos. Nasceu em Königsberg, pequena cidade da Alemanha. A filosofia, segundo ele, deveria

responder a quatro questões fundamentais: *O que posso saber? Como devo agir? O que posso esperar? O que é o homem?*

Sendo os seres humanos racionais, Kant analisa-os fazendo a conexão entre os conceitos de esclarecimento, educação e autonomia, evidenciando que, a educação como processo, possibilita o desenvolvimento da capacidade e da ousadia no ser humano de sair de seu estado de menoridade e atingir a maioridade, tornando-se, assim, um sujeito esclarecido, autônomo e, portanto, um ser moral. A Autonomia é um termo introduzido por ele para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão.

Sendo assim, existe um princípio: "Age apenas segundo uma máxima (KANT, 2005, p. 3), de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre e ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal". Essa é uma exigência, a qual, Kant a denomina "imperativo categórico", que é uma determinação imperativa, consciente e deve ser observada sempre em todo e qualquer decisão ou ato moral que venha a praticar. "A razão pura dá ao homem uma lei universal que denominamos lei moral. A autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres que lhe convêm" (KANT, 2005 p. 10). Essa universalização é pensada para que não acarrete prejuízos para a humanidade, o filósofo ainda esclarece que, se não for possível universalizar, não será moralmente correta e isso poderá acontecer como uma exceção, nunca como regra.

Embora Kant vivesse em um contexto de grandes transformações do conhecimento, ele sabia que o seu tempo não era um tempo esclarecido, mas sim, um tempo de esclarecimento, um tempo de projetar, de avaliar e de desenvolver com autonomia racional. A sua confiança na razão dava-lhe esperanças em um tempo melhor, de seres humanos mais instruídos e dispostos a qualificar a existência de todos os outros. Havia sim a necessidade de "ascender as luzes" em meio às "trevas da ignorância", desencantando os cenários que até então era mistificador e ao mesmo tempo demoníaco.

Com as ideias renascentistas, o homem passa a ocupar um papel de protagonista, o que lhe dará a possibilidade de muitas experiências, nas quais ele poderá explorar, avaliar e chegar a resultados fantásticos. A ideia de iluminar o mundo é pôr de lado o mítico, as credices, a religião, o senso comum, as ideologias alienantes e entender o que é racional.

Essa atitude de autonomia do ser humano é destacada em Kant com ênfase na superação da condição de menoridade. Segundo ele, para atingir a maioridade seria necessário enfrentar a incapacidade e servir-se do seu entendimento sem que outros o orientassem. No pensamento de Kant, o único responsável pela menoridade do indivíduo é ele próprio e somente ele, pois se fizer uso correto da sua vontade e racionalidade, poderá livrar-se dessa condição. Entende-se que para chegar à emancipação da menoridade é importante que o indivíduo exerça plenamente sua liberdade de falar, escrever, pensar e atuar nos vários contextos sociais do seu entorno e, sobretudo, é preciso buscar o esclarecimento pensando por si próprio.

Pode-se afirmar que, as luzes se acendem e a autonomia da racionalidade ganha poder. Por sua vez, a iluminação se apaga com a desumanização em vários contextos da história. Comprova-se a massificação do trabalho humano com a Revolução Industrial, a carnificina das grandes Guerras, o desenvolvimento do capitalismo financeiro e as suas tecnologias, o aumento incontável de migrações, etc. A direção ganha outros horizontes e todo o desenvolvimento, não só serve à humanização, mais serve também de exploração e de dominação.

Atualmente, as sociedades já se encontram com a multiplicidade de novas formas de facilidades que favorecem o esclarecimento humano, porém convivemos com a disseminação da violência, da indiferença e de intolerância. Diariamente, acompanhamos notícias de todos os recantos do planeta em que se percebe o quanto o ser humano necessita sair da menoridade. Kant, ao afirmar ainda no século XVIII, que faltava muito tempo para que os seres humanos fizessem bom uso de seu entendimento, já estava afirmando sobre a urgência de uma sociedade, que pudesse viver com liberdade e fazer uso da sua racionalidade com base na ética.

Hoje, a ciência dá conta de muitos conhecimentos, antes necessários, mas inexistentes. A trajetória do ser humano é intensa, uns são guiados a vida toda por tutores, outros pelas ideologias políticas, econômicas, religiosas e midiáticas que legitimam valores em quase todas as dimensões das relações humanas, desde as ideias consumistas do mercado até mesmo as ideias manipuladoras da própria ciência. Porém, existem pessoas em diferentes organizações que, imbuídos dos ideais virtuosos do esclarecimento persistem sonhando que a emancipação da humanidade é possível, que é possível se libertar do jugo da ignorância e da submissão dos ideais do império capitalista.

Se for feita então a pergunta: "vivemos agora uma época esclarecida [*aufgeklärt*]?", a resposta será: "não, vivemos em uma época de esclarecimento [*Aufklärung*]. Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornar progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento [*Aufklärung*] geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento [*Aufklärung*] ou o século de Frederico (KANT, 1985, p.112).

Essa mesma pergunta, se nos for feita hoje, responderemos como Kant: esta é ainda uma época de esclarecimento, de superação das relações de mando, de poder dos mais fortes sobre os mais fracos, é ainda um tempo de buscar a emancipação. É preciso sair do estado de "menoridade" e, essa saída requer um trabalho árduo, o assumir com coragem a "maioridade", o esclarecimento e, além de assumir é preciso avaliar o nosso agir, para que nosso próprio esclarecimento seja permeado pela ética, na defesa dos direitos.

A contribuição de Kant sobre o entendimento da emancipação humana é fundamental, embora também se considere relevante a abordagem da filosofia crítica frankfurtiana, pois com o desenvolvimento do capitalismo, por meio da indústria e a acumulação do capital, ocuparam o lugar do ser humano, exigindo ao mesmo tempo a materialização das relações na produção e no consumo, em detrimento de relações desiguais.

2.1.2A Emancipação Humana segundo a visão Frankfurtiana

Por ser caracterizada como uma escola de pensadores críticos, os quais analisam as ideologias dominantes do capitalismo industrial e financeiro, as desigualdades provocadas e legitimadas pela má distribuição econômica é que se considera a análise pertinente.

A expressão "Sociedade de Massa"¹², é um termo que caracteriza a sociedade atual, na qual a lógica capitalista vai sendo implantada na consciência das pessoas e sedimentando-se cada vez mais com o avanço das tecnologias. O consumo e a diversão são promovidos como formas de garantir os ajustes dos problemas sociais juntamente com a ideologia da "harmonia" proveniente do lema positivista "ordem e progresso." A crítica da razão é justamente um tema recorrente da análise da sociedade de massa. De acordo com Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1906-1969), a razão iluminista que visava à emancipação dos indivíduos e o progresso social, anteriormente mencionada em Kant, terminou por levar a uma crescente dominação das pessoas, em virtude justamente do desenvolvimento tecnológico industrial. Vemos, então, surgir com todo esse desenvolvimento uma razão controladora e instrumental¹³, a partir da Idade Moderna.

Nesse processo de desenvolvimento, o capitalismo assume a direção do mercado e, nos deparamos com uma lógica que está fundada numa relação de indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições postas em valor de sua capacidade de trabalho e consumo. Vale afirmar que, a dialética vivenciada pela humanidade na luta por superação de poderes e condições de vida mais sustentável não é nada novo, no entanto, existe uma urgência na forma de pensar alternativas renovadas e postura definitivamente ética com todos os seres do planeta, sejam humanos ou não, pois os Direitos se estendem às várias esferas da vida, desde a biodiversidade até aos ecossistemas.

Segundo alguns estudos, o processo de globalização na sociedade contemporânea faz com que este ser humano seja vítima do seu próprio estado de menoridade, porque não faz uso da sua racionalidade de forma autônoma, ética e assim se deixa manipular em nome do "progresso". Afirma Horkheimer:

¹² Essa expressão "sociedade de massa" é usada, justamente, para descrever a nova ordem social que vivemos que se formou no início do século XX após a Primeira Guerra Mundial.

¹³ O indivíduo moderno e contemporâneo tende a construir as suas atividades e identidades imitando o comportamento social predominante e assimilando os valores sociais vigentes. Exemplo disso é a disseminação do uso do tênis em todos os países globalizados, assim como o do jeans, da camisa pólo, do fast-food, do celular com todos os seus aplicativos, etc. Para se imporem e conquistar mais e mais consumidores, as empresas viram-se forçadas a buscar imagens capazes de chamar a atenção e, assim, as imagens estetizadas dominaram a publicidade, invadiram o cotidiano de modo poderoso, moldando a percepção e a sensibilidade dos consumidores. O gosto deixa de ser uma questão pessoal, passando a ser socialmente imposto. (FARAONI & CARVALHO, 2014, p. 254-255)

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humano, a autonomia do homem enquanto indivíduo, sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram uma redução. Os avanços técnicos de informação se acompanham de um processo de desumanização (HORKHEIMER, 1976. p. 06).

A superação desse processo de desumanização se depara com muitos fatores que dificultam ou até mesmo impedem a ação do ser humano para uma relação equitativa e consciente de seu protagonismo na história. Em vista desta análise pessimista de Horkheimer, surge a necessidade de contar com a ótica de Habermas, que discorda da leitura que fazem Adorno e Horkheimer sobre a influência do capitalismo, pois segundo eles a "razão do proletariado estaria narcotizada" e que não haveria saída para outra forma de sistema econômico a não ser o capitalismo. Pode-se entender como uma denúncia que já havia sido feita no campo do marxismo e se estende à Escola de Frankfurt, com uma característica muito significativa relacionada com o apaziguamento e a alienação das pessoas que é a desesperança¹⁴, em relação à possibilidade de transformação dessa realidade social.

Para compreender a lógica do mercado, no que se refere à Indústria Cultural, seria indispensável considerar a ideologia de dominação presente nas formas de produzir e de consumir os produtos e os serviços. Existe a tendência de que a razão instrumental reforçaria no ser humano a condição de alienação (perda da identidade), deixando de distinguir a ficção da realidade, se tornando um público infantilizado ou se vendo incapaz de decidir sobre a própria vida. Sobretudo, porque a mídia nos atrai e nos impõe diariamente a uma realidade possível e, se não nos julgamos preparados para pensar, nos sentiremos intimidados e aceitaríamos todos os produtos que primeiro nos chegam na forma de publicidade e propaganda.

A emancipação humana como resultado da razão dialógica e do processo da ação comunicativa é a análise elaborada por HABERMAS, 1996, para ele o projeto de modernidade ainda não foi cumprido, ou seja, o potencial para a racionalização

¹⁴ Essa desesperança se deveria ao diagnóstico, feito por eles, da ausência de consciência revolucionária no proletariado, que teria sido assimilado, absorvido pelo sistema capitalista, seja pelas conquistas trabalhistas alcançadas, seja pela alienação de suas consciências, promovida pela indústria cultural. (HORKHEIMER, 1976).

do mundo ainda não está esgotado. Ele elabora outro conceito de razão: uma razão dialógica, isto é, aquela que brota do diálogo e da argumentação entre os agentes interessados, em uma determinada situação. Essa forma de pensar as relações humanas rompe em parte com a teoria marxista, principalmente na questão da centralidade do trabalho e na identificação do proletariado como agente da transformação social, afirmando que a razão, ao surgir da chamada ação comunicativa, do uso da linguagem e da conversação como meio de conseguir o consenso é que levaria a humanidade à emancipação.

A ideia de emancipação está articulada à comunicação mediatizada pela razão como condição para o entendimento, pois,

O entendimento funciona como mecanismo de coordenação da ação do seguinte modo: os participantes na interação concordam sobre a validade que pretendem para suas emissões, quer dizer, reconhecem intersubjetivamente as pretensões de validade que reciprocamente se estabelecem uns aos outros (HABERMAS, 2001, p. 493).

Nesse contexto da ação comunicativa, da aceitabilidade racional intersubjetiva é que Habermas assegura que o entendimento levaria o ser humano ao processo de liberdade e autonomia. Para isso, seria necessário conduzir-se por algumas situações de validade: - os conteúdos transmissíveis devem ser compreensíveis; - os interlocutores precisam ser verazes; - os conteúdos proposicionais devem ser verdadeiros e o locutor deve ter razões válidas para praticar o ato lingüístico, agindo de acordo com as normas que lhe pareçam justificadas (HABERMAS, 1996). A base para a obtenção do consenso está nessas quatro expectativas de validade. O consenso é motivado racionalmente e num momento dado, uma ou mais pretensões de validade podem ser submetidas à crítica durante o processo comunicativo.

O falante pretende [...] verdade para os enunciados e pressuposições de existência, retidão para as ações legitimamente reguladas e para seu contexto normativo e veracidade no tocante à manifestação de suas vivências subjetivas (HABERMAS, 1996, p. 493).

Por meio da linguagem, os participantes em interações podem mobilizar seu potencial de racionalidade para a meta perseguida cooperativamente e para alcançar o entendimento. Estabelecem, dessa forma, relações com o mundo de maneira reflexiva e não direta. Essa dimensão dialógica proposta implicaria numa

ação social, que fortalecesse as estruturas capazes de promover as condições de liberdade e de não constrangimento, imprescindíveis ao diálogo. Seria conceber a linguagem, como produtora de relações menos opressoras, o que levaria os agentes da comunicação a um entendimento da razão, surgindo com isso, o novo conceito de verdade, não mais uma adequação do pensamento à realidade, porém fruto da ação comunicativa, não como verdade subjetiva, mas como verdade intersubjetiva¹⁵. O ser humano vai aperfeiçoando a sua capacidade de conviver com os demais, respeitando as diferenças e valorizando a comunicação e a cultura.

Nesse sentido, se pode perceber a necessidade do aperfeiçoamento da democracia. No entender de Habermas (1996), existem duas esferas que compõem o social: o "sistema" e o "mundo da vida". O que ele chama de "sistema" é a esfera da reprodução material e os principais elementos desse sistema são a economia e a política. E propõe como entendimento do "mundo da vida" a esfera da linguagem e da cultura. Com isso, faz a crítica que no mundo Ocidental, os seres humanos se deixam dominar pela lógica do "sistema", isto é, pela razão instrumental.

Existe então, um princípio ético a ser construído, capaz de promover a justiça pelo entendimento de todos com todos. Caberia à razão comunicativa, o papel de resistir e reorientar a razão instrumental.

É com base nessa forma do entendimento de Habermas, que se percebe o quanto as mulheres têm contribuído para as transformações do processo participativo, democrático e emancipatório.

Na sequência abordaremos a luta de mulheres nesse processo, seguindo a reflexão sobre o quanto é fundamental a participação e o entendimento de todos, homens e mulheres na superação das desigualdades.

¹⁵ A verdade intersubjetiva acontece entre as pessoas em suas diferenças, o diálogo entre indivíduos faz-se necessário. Nesse diálogo aplicam-se algumas regras, por exemplo: a não contradição, a clareza de argumentação e, sobretudo, a falta de constrangimentos de ordem social, entre outras. Assim, razão e verdade deixam de construir conteúdos ou valores absolutos e passam a ser definidas consensualmente, sem preconceitos e no respeito à diversidade.

3 A LUTA DAS MULHERES NO PROCESSO EMANCIPATÓRIO

Na compreensão do processo emancipatório humano que vimos anteriormente, se torna relevante situar neste momento da pesquisa, a contribuição significativa de mulheres que são críticas de uma mentalidade patriarcal e das relações desiguais. Ao relatar sobre a contribuição delas, no processo de emancipação, não significa dissertar somente sobre as suas teorias, mas encontrar os aspectos que reafirmam o olhar para a mulher como ser humano, com a mesma essência que o homem e, compreender criticamente que a sua existência é construída socialmente nas diferentes culturas.

Segundo a análise da antropóloga, Rose Marie Muraro¹⁶, em sua obra, "A Mulher no Terceiro Milênio" (1993, p. 33), o patriarcado teria sido precedido pelas sociedades matricêntricas, nas quais, a relação entre pais e filhos tinha uma característica peculiar de ternura e, ao mesmo tempo de grande independência. A criança era educada não para executar tarefas pré-fabricadas para ela, mas para cedo se tornar independente. Com esta compreensão, percebe-se que as relações entre os seres humanos eram mais igualitárias e a participação da mulher se dava numa relação de partilha e de responsabilidade. As relações macho e fêmea eram esporádicas e, quando existia um "casamento", isto é, uma relação estável, ela não era exclusiva, nem escravizadora de uma das partes. Em contrapartida, o patriarcado remodela as relações humanas em muitas sociedades e culturas.

Levando em conta que a cultura grega é entendida como o berço da civilização ocidental, esta tem influenciado em muito a forma de pensar as relações humanas e, sobretudo, na construção do estereótipo feminino. Para Aristóteles, a mulher era apenas fêmea, útero, "estado incompleto do homem por falta de qualidades", (ARISTÓTELES apud BEAUVOIR, 1980 p.10). Com esta afirmação, denota-se a importante tarefa que a mulher assumiu e, atualmente deve assumir para romper com o preconceito da inferioridade que essa afirmação e outras foram lhe imprimindo um caráter de subjugação. O homem se autoafirmava como o ser

¹⁶Rose Marie Muraro foi uma das pioneiras do movimento feminista no país na década de 1970 e popularizou seu pensamento de modo contestador, corajoso e inovador. Discutiu abertamente temas que eram tabus e proibidos naquela época, como sexualidade e corpo, o que lhe rendeu algumas agressões e preconceitos, suplantados por sua personalidade marcante e sensível. (ZUCCO, 2014).

completo, como essencial e determinava à mulher a categoria de acidental, ser incompleto, inessencial e, portanto, objeto. Esta ideia misogênica dos gregos vai influenciar substancialmente o pensamento medieval religioso, conseqüentemente marcará o patriarcalismo ocidental que vai estruturar uma sociedade de desiguais em prejuízo, sobretudo das mulheres. Este fardo cultural de invisibilidade da mulher e de negação de suas potencialidades como pessoa humana é o que a levará ao combate de sua condição subjugada. Historicamente algumas mulheres sobressaem por uma percepção crítica desta mentalidade e, mais recentemente, podem-se destacar movimentos mais organizados que são combativos e propositivos na busca por emancipação e relações mais igualitárias. Como é o caso do objeto de pesquisa deste trabalho que será tratado no último capítulo. No entanto, destaca-se aqui a contribuição de mulheres que contribuíram também no processo de emancipação.

Beauvoir em seu livro, "Le Deuxième Sexe", 1949, p. 12, afirma: "*On ne naît pas femme, on le devient*" (a mulher não nasce mulher, mas se faz mulher), com esta afirmação, ela revoluciona a forma de pensar a mulher na sociedade e a própria maneira da mulher pensar em si mesma. Visto que a sociedade ainda é pautada pela visão patriarcal, na qual persistem condicionamentos estruturantes dessa cultura influenciando a educação e, a afirmação da filósofa francesa, tem sido motivo de grandes reflexões e polêmicas¹⁷ em vários contextos.

Esse livro denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata as questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação e ainda se pode perceber que Beauvoir (1949), batalha para a construção de uma sociedade de maior respeito e tolerância às decisões da mulher e do seu existir feminino. Afirma ser necessário estudar a forma pela qual a mulher realiza o aprendizado de sua condição como ser humano, como ela vivencia o seu ser, qual é o universo do qual está construindo o seu ser mulher, que deveria ser respeitado na sua dignidade humana e na liberdade.

¹⁷ Uma questão da prova de Ciências Humanas do Enem 2015 chamou a atenção de grupos feministas e ativistas nas redes sociais e estendeu-se em debates amplos sobre a célebre frase de Simone de Beauvoir "Não se nasce mulher, torna-se mulher" e, essa frase desperta mais a população sobre as lutas feministas que vêm crescendo desde a metade do século XX. Para o Projeto Escola sem Partido: "A questão da sexualidade é de foro privado, envolve convicções religiosas e por isso não pode ser guiada pela escola, especialmente se esta adota a chamada teoria de gênero (*Escola-sem-partido-entenda-a-polêmica*, 2017).

Beauvoir (1949), estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, a tornam alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Assim, ela escreve: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualifica de feminino” (BEAUVOIR, 1980, p.99). Dessa forma, a sociedade define o gênero de cada ser humano e isso não pode ser tomado como algo natural, biológico, mas sim definido socialmente. A filósofa tenta desconstruir essa ideia de natural e busca a igualdade entre os gêneros, demonstrando que mulheres e homens devem ter os mesmos direitos.

Simone de Beauvoir, ainda na primeira metade do século XX, coloca o ser mulher como um sujeito-em-si, resgatando-o de um mero reflexo invertido ou de uma construção do olhar masculino. A autora reafirma a revolucionária percepção de que mulheres são sujeitos da história e sujeitos de suas histórias.

A posição que a mulher é determinada a ocupar na sociedade ou nas relações de submissão dentro espaço privado carrega as marcas de uma cultura de poder que foi sedimentada por um período muito mais longo que a luta pelos direitos humanos e pela busca emancipatória, principalmente com relação às mulheres. A discussão moderna sobre a posição da mulher nas diferentes sociedades vem sendo travada desde o século XVIII. Por mais importante que seja para a trajetória das mulheres, não deve ser entendida como um fenômeno exclusivo do século XX, época em que a visibilidade da ação feminina foi importante e também foi um tempo em que mais estendeu cidadania e direitos às mulheres em geral.

O século XX é considerado um século que marcou profundamente a história da humanidade e, por isso, conhecido com vários rótulos. Entre alguns mais comuns encontramos,

o mais assassino da história humana, de acordo com o historiador inglês J. Hobsbawn. Ou então como o século das inquietudes e do domínio do dinheiro, de acordo com o sociólogo francês E. Enriquez. ou ainda, de acordo com o filósofo francês C. Castoriadis, o século XX foi aquele em que houve o triunfo da ciência. Mas poderíamos acrescentar a essa lista outro rótulo: de fato, o século XX foi também o século das mulheres (FREITAS, 2006, p. 01).

Século das mulheres porque uma revolução silenciosa, mas intensa, transformou radicalmente as condições de vida das mulheres (FREITAS, 2006). O protagonismo das mulheres representou a reorganização da forma de pensar os papéis femininos na sociedade, de fato foi a revolução sem partidos políticos e sem grandes ideologias de dominação. A mulher mudou a face da sociedade humana e trouxe consequências expressivas nas várias dimensões como, da vida familiar, da vida socioeconômica, da política e cultural dos povos, questionando suas tradições, seus modos e costumes.

Pode-se afirmar que Beauvoir (1949), é considerada uma das mulheres que contribuíram significativamente para as transformações dos valores e tradições que eram estabelecidos desde a lógica do poder patriarcal. Contribuiu pessoalmente no seu contexto social e também para o desenvolvimento de organizações feministas e, ainda, vem contribuindo com o seu pensamento para a construção de novas formas de interpretação do ser mulher. A partir da sua análise, se entende que existe, entre outros elementos, uma denúncia à mentalidade patriarcal construída no decorrer da história.

Diga-se de passagem, que Simone de Beauvoir representou a retomada de pensamentos novos, dando continuidade aos processos de libertação e de participação da mulher, em diferentes contextos da sociedade francesa. Mesmo sendo vista de início como uma mulher de ideias complexas e de uma tendência mais poética que filosófica, não deixou que a subjugassem ao âmbito do puramente idealismo. Se ela viveu ou não relações mais igualitárias não seria possível assegurar, porém, o que se sabe é que ela foi corajosa o suficiente para implantar uma nova forma de pensar a existência da mulher no mundo. Caminhou pela história explorando as possibilidades do existir humano. Esteve ao lado de outras mulheres e homens e se destacou com a sua capacidade, deixando o seu legado junto a outros intelectuais.

É preciso entender a importância de Beauvoir (1949), também como herdeira de uma tradição de engajamento nas causas femininas, que se originava dos tempos da Revolução Francesa de 1789, quando mulheres como Theroigine de Méricourt, fundara o clube misto dos Amigos da Lei em 1790 e Olympe de Gouges (1748–1793), redigira a *Déclaration desdroits de la femme et de la citoyenne*, de 1791, (Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã) encaminhado à Assembleia

Nacional da França, em 1791, pedindo que o documento fosse tomado como fundamento da Constituição.

Dados indicam que esse foi o primeiro documento histórico a reclamar abertamente os direitos iguais para homens e mulheres. As intervenções de Olympe de Gouges repercutiram na sociedade francesa e a levou à morte na guilhotina em 1793, o documento redigido por ela se tornou universalmente reconhecido como fundador dos modernos direitos à liberdade e à igualdade. Ela manifestou nos seguintes termos seu inconformismo com a discriminação da mulher: "Diga-me quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade". Outra frase de Olympe de Gouges foi extraída do artigo 10 de sua Declaração dos Direitos da Mulher e da cidadã e que se tornou lema do Movimento Feminista do século XIX: "A mulher tem o direito de subir no cadafalso; deve ter também o direito de subir a uma tribuna" (GOUGES, 1791). Com esta postura, percebe-se que havia na sociedade francesa mulheres que eram determinadas e reconheciam o potencial que podiam exercer na esfera pública.

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, 1791¹⁸ é um documento que contempla até os dias atuais, a exigência de efetivação dos direitos da mulher. Reconhecendo a importância de sua validade, subscrevem-se aqui alguns artigos:

Artigo segundo - O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da Mulher e do Homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo, a resistência à opressão. *Artigo quarto* - A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo que pertence a outrem. Sendo assim, o exercício dos direitos naturais da mulher não tem outros limites senão a perpétua tirania que o homem lhe impõe; estes limites devem ser reformados pelas leis da natureza e da razão (ASSMANN, 2007, P. 2).

Entre tantas mulheres de destaque na luta pela emancipação e pela defesa de direitos, temos também Flora Tristan (1803–1844), referência importante para o movimento feminista, foi a primeira a defender a necessidade de organizar os proletários em nível internacional, levando em conta a opressão das mulheres.

¹⁸ Dois anos depois da Revolução, em 1791, Olympe de Gouges ousa propor uma Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. O documento é encaminhado à Assembleia Nacional da França, para que fosse aprovado, como havia ocorrido com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (agosto de 1789). Esta declaração, conhecida de todos nós, praticamente inspira os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948.

Militante socialista, autora da obra "Peregrinações de uma Pária", escritos que foram resultados de suas viagens por América e Europa e que foram publicados em 1838, na qual a autora já apresentava uma escrita marcadamente preocupada com a condição da mulher, uma escrita fortemente feminista, porém com grande preocupação com as desigualdades na sociedade. Defensora da igualdade de operários e operárias, travou uma luta que teve continuidade na formação dos Batalhões Femininos da República, que saíram às ruas da França na defesa do cumprimento da Lei Ferry¹⁹ de 1881, que determinava o acesso das mulheres ao ensino público.

No transcurso da segunda metade do século XX até os dias atuais, as reflexões relacionadas à cidadania e às reivindicações por relações menos opressoras são reforçadas pelo princípio da igualdade de todos os seres humanos e, esse princípio deve ser complementado com o reconhecimento do chamado direito à diferença.

A ideologia dominante de vários contextos sociais, legitimados pelo poder da burguesia, por tendências religiosas, correntes filosóficas e teorias científicas, por muito tempo entendiam que a dignidade humana consistia sempre em considerar e tratar o outro, um indivíduo, uma classe social, um povo – como inferior ou superior. Sob pretexto da diferença natural, exemplo que é publicamente verificado, é de que o homem tem características naturalmente superiores à mulher. E também eram relevantes as diferenças de etnia, gênero, costumes ou fortuna patrimonial casadas com o poder político.

Diversas manifestações voltadas para a luta das mulheres marcaram o século XIX e, principalmente o século XX. Sabe-se que a presença delas nas organizações de defesa dos Direitos marca a trajetória de superação de relações opressoras, advindas da mentalidade patriarcal.

Em 1868, no Brasil imperial e escravocrata, foi publicado por uma mulher um documento intitulado “Tratado sobre emancipação política da mulher e direito de votar”, que reivindicava o direito das mulheres de participar da política, do mercado de trabalho e da educação, e defendia o voto feminino. A principal denúncia encontrada nele diz respeito à educação das mulheres. A autora que assina o

¹⁹Jules Ferry (1832-1893) foi um advogado, jornalista, diplomata e político francês. Como Ministro da educação foi quem tornou a escola francesa laica(ou seja, religiosamente neutra) e (politicamente) republicana.

manifesto sob a sigla A.R.T.S. demonstra que o mito do homem mais inteligente do que a mulher é apenas uma consequência da educação, a qual cada pessoa tem acesso.

Só a educação faz a diferença, afirma a autora, dizendo que a mulher é deserdada da natureza, é destituída do espírito de invenção, que nada tem produzido. Que o homem é astrônomo, poeta, maquinista e descobridor de terras, mas se ele recebesse a triste educação da mulher, que só serve para pasto do despotismo do homem, quero saber que habilidades ele adquiriria (TERMAESIS, op. cit. RIBEIRO, 2015).

De acordo com Ribeiro (2015), quase nada se sabe sobre a autoria e a circulação dessa obra, publicada pela famosa editora do tipógrafo Francisco de Paula Brito²⁰. Sem acesso à educação formal, a maioria das mulheres ficava na invisibilidade, e as poucas que produziam no decorrer da história era entendido, na maioria das vezes, como não relevante devido à condição de subalterna em que se encontravam. No Brasil, a mulher se encontrava subjugada a obedecer às ordens dos que eram "seus tutores". Com o processo de construção das democracias, os debates são ampliados e a educação passa a ser questionada. A condição de cidadão e cidadã brasileiro/a foi-se construindo lentamente. A cidadania como se concebe hoje, só toma forma com a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Então, pensar a mulher brasileira é antes de tudo, pensar a mulher no Brasil com toda a diversidade cultural, desde a mulher nativa, a mulher negra como a europeia até os dias atuais com toda a influência migratória.

A luta das mulheres, de modo geral, é entendida a partir dos vários contextos: social, econômico, político e religioso em que vive o povo todo. Pensar a mulher é considerar esses vários contextos e, também, as várias etnias que conformam o cenário latino americano, com todas as características que vão contribuindo e transformando a cultura ao longo dos anos. A luta das mulheres e suas organizações estão permeadas com as lutas de todo um povo trabalhador, que traz consigo o estigma provocado pelas desigualdades socioeconômicas.

Historicamente, a mulher é vista com uma postura passiva e obediente sob a influência de uma educação voltada para o respeito às ordens dadas pelo senhor da

²⁰ Os dados são de Cristiane de Paula Ribeiro, quem, em sua pesquisa de mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, descobriu a identidade da autora do texto. Trata-se de Anna Rosa Termaesis do Santo, professora de canto, piano e idioma.

casa, que por sua vez, encontrava a legitimação na própria religião. O que contrariava aos padrões de comportamento e de instrução da época impactava toda a sociedade e era motivo de escândalo. Exemplo disso foi o reconhecimento profissional de Maria Augusta Generosa Estrela, que teve repercussão indo parar na imprensa e causou grande impacto. Porém, esse fato foi uma forma de contribuir para a alteração dos critérios de ingresso de mulheres nos cursos superiores.

A primeira grande matriz da educação na segunda metade do século XIX é o Decreto Couto Ferraz, de 1854. O Decreto Leôncio de Carvalho, de 1879, retoma as preocupações do projeto de lei de João Alfredo, acentuando a justificação doutrinária e também ele fazendo um novo e importante deslocamento argumentativo, novamente rompendo com a tradição do Império. Se este justificou, ao longo de suas muitas décadas, a ampliação da educação como exigência de formar eleitores, o último decreto o fará por razões sociais, sejam elas assistenciais ao povo pobre, sejam em decorrência da percepção de ameaças que a pobreza das massas possa trazer às elites (ROCHA, 2010, p. 03).

Essa reforma no ensino aprovada no parlamento permitiu a matrícula de mulheres nas faculdades (SCHUMACHER & BRAZIL, 2000). Essas mulheres foram protagonistas e representam o potencial de muitas outras que são desafiadas a ter as mesmas posturas de questionar as estruturas estabelecidas e ocupar os espaços que também lhes pertencem.

Especializar-se e organizar-se era, sem dúvida, a meta que muitas mulheres propunham, pois nem todas aceitavam permanecer na condição de submissão. No entanto, as dificuldades eram muitas, a estruturação, a diversidade entre elas mesmas, como: étnica (a mulher nativa, negra, europeia), condição socioeconômica, orientação sexual, faixa etária, todas as expressões próprias da cultura e também algumas abordagens de participação política e principalmente abordagens vindas da concepção patriarcal.

Nesse contexto, a educação das mulheres tinha a predominância da ideologia machista e os responsáveis procuravam afirmar junto às mulheres, a visão de melhorar a educação dos filhos e manter os padrões morais adequados às famílias tradicionais, ou seja, para melhor desempenho dos tradicionais papéis de gênero. Essa batalha das mulheres contra as estruturas impostas por uma sociedade pensada a partir do sexo masculino ainda não terminou. Temos feito até hoje uma

trajetória significativa e merece grande respeito àquelas que foram capazes de enfrentar os descasos e as punições da época.

Não são poucas as mulheres que lutaram em defesa dos Direitos Humanos e pela emancipação. Esses Direitos englobavam tanto os civis como os sociais. Os Direitos civis (liberdade religiosa, liberdade de pensamento, direito de ir e vir, propriedade, trabalho, etc.) tornavam mais difíceis a sua efetivação por conta da restrição que se fazia à mulher, privando-a do espaço público. Com relação aos direitos sociais (direito à educação básica, assistência à saúde, programas habitacionais, etc.) estes, acabavam ficando com certo ordenamento e assistência em mãos privadas ou sob responsabilidade da igreja.

Por vários séculos, o legado colonial, principalmente da escravidão, continuou presente nas sociedades latino - americanas, com isso, os valores de liberdade praticamente inexisteriam na sociedade escravocrata e pouco significavam para a maioria da população. Os direitos civis só existiam no papel. Se a maioria estava abaixo da lei, os senhores coronéis estavam acima dela. Os direitos de ir e vir e de propriedade, a inviolabilidade de domicílio e a proteção da integridade física dependiam do poder dos coronéis (CARVALHO, 2011). As eleições eram controladas por eles ou pelas oligarquias regionais, o que significava que a decisão do voto estava na mão de quem tinha o poder. Era o chamado "voto de cabresto". Nesse sentido, as pessoas eram conduzidas pelo poder de mando concentrado econômico e politicamente pelas autoridades.

Não podemos negar que muitas mulheres estavam conscientes de que era possível mudar, a partir delas mesmas as diferentes realidades de opressão. Destaca-se como defensora da mulher negra, Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976)²¹, cientista, líder feminista e política paulista foi uma das principais lideranças do Movimento Sufragista.

Após a morte de Cândido Pessoa, ela assumiu a vaga de deputada federal e apresentou o projeto do Estatuto da Mulher para a reformulação da lei sobre o trabalho feminino e para a criação do Departamento da Mulher. Este último teve a oposição de Carlota²². Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), médica, escritora,

²¹ Cientista, líder feminista e política paulista (1894-1976). É uma das pioneiras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no país.

pedagoga e política brasileira, mulher que deu enorme contribuição para a mudança do modo de pensar a mulher brasileira foi eleita deputada federal. Devido a sua influência como deputada, participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935 e defendia que deveria ser equiparados homens e mulheres em todas as dimensões, inclusive no político. Para ela, criar algo específico, voltado só para as mulheres, como uma proposta particularmente feminina como queria Bertha Lutz, estaria ferindo o princípio de equidade e representava um ato de discriminação sexual.

Carlota foi a primeira deputada federal da história do Brasil, eleita pelo Estado de São Paulo, em 1933, para uma das 254 cadeiras da Câmara dos Deputados à Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Na Constituinte, Carlota integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando pela alfabetização e assistência social, sendo a voz de muitas mulheres. Foi membro das Associações Paulista de Medicina de São Paulo, "*Association Française pour l'Étude du Câncer*", Academia Nacional de Medicina e Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires. Fundou a Academia Brasileira de Mulheres Médicas em 1950 e faleceu em São Paulo, em 14 de abril de 1982, aos 90 anos.

Bertha Lutz, a mulher que nos anos 20-30 esteve envolvida com o protagonismo das mulheres e possibilitou novas relações, enfrentou várias críticas em suas iniciativas, principalmente com a forma como pensava o feminismo, não sendo bem entendida. Deparou-se com vários argumentos que afirmavam ser um feminismo de elite, muito conservador, bem comportado, jurídico-institucional, porém apresenta um destacado cenário na sua trajetória, que une as iniciativas e práticas feministas/científico-política. Ela lutou pelo direito das brasileiras ao voto e, quando candidata, propôs o direito à licença maternidade. Era uma época de valorização no país das atividades científicas, educacionais, de institucionalização das profissões acadêmicas e de progressiva busca por sua maior internacionalização, com forte referência aos Estados Unidos. Era o momento de pensar e agir de forma que a mulher brasileira pudesse ocupar o espaço que de direito era dela. Soihet afirma que,

²² Carlota Pereira de Queiroz, diplomada pela Escola-Modelo Caetano de Campos em 1909, foi a primeira mulher eleita deputada em São Paulo. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1937, quando o golpe de estado impetrado por Getúlio determinou o fechamento de todas as casas legislativas do país. Foi o mais longo recesso parlamentar de nossa história. Durante o Estado Novo (1937-1945), Carlota lutou ativamente pela redemocratização do país (SCHPUN, 1997, p. 167-200).

Ainda em fins de 1918, Bertha envia uma carta à *Revista da Semana*, na qual se observa este duplo movimento. Critica os homens pelo tratamento dispensado às mulheres, que, sob a capa do respeito, tentavam mantê-las em permanente estado de infantilização. Exige o direito de ser respeitada como ser humano e não como objeto de luxo ou agrado, incapaz de pensar por si. Reconhece, porém, não serem eles os únicos responsáveis pelo estágio em que se encontrava a condição feminina, embora tivessem uma grande parcela, já que "a legislação, a política e todas as instituições públicas" estão em suas mãos. Cabia, contudo, às mulheres lutarem pela sua emancipação, como o fizeram as inglesas e as americanas. E tal luta demandava requisitos básicos, tais como espírito de iniciativa, exercício do trabalho e educação. O exercício do trabalho era determinante, porque lhes propiciava meios de subsistência, livrando-as de uma "dependência humilhante". Constituía, além disso, fator decisivo no amadurecimento da personalidade feminina, ajudando-a a "disciplinar a vontade e educar o pensamento". A educação seria o veículo para a consecução desse objetivo (SOIHET, 2000, p. 100).

Bertha Lutz acreditava que as mulheres não precisavam somente de assistência social e sua proposta era mais ampla, sendo voltada para a defesa das condições de trabalho e de vida da população feminina. Em 1919, funda, com um grupo de companheiras, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que tinha como objetivo fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública, contribuindo dessa forma, com o desabrochar e com o desenvolvimento de uma luta que mais tarde seria o movimento, no qual sempre se manteve firme, dinâmica e constante. Muitas de suas proposições, que estão compiladas na obra "13 Princípios Básicos de Direito Constitucional", editada pelo Departamento de Estudos Jurídicos da FBPF (Federação Brasileira do Progresso Feminino), foram aceitas pela Constituinte e incorporadas à legislação brasileira. As sugestões, muitas das quais já vinham sendo discutidas nos congressos feministas anteriores, defendiam os direitos políticos e jurídicos das mulheres em geral, dando especial atenção às questões relativas ao trabalho, à educação, à maternidade e à infância. Quando a ONU estabeleceu 1975 como Ano Internacional da Mulher, por indicação do movimento feminista internacional, Berta Lutz foi convidada a participar da delegação do Brasil no I Congresso Internacional da Mulher, no México (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000).

Com a implantação do decreto do Estado Novo no Brasil, a carreira política de Bertha parece chegar ao fim. Houve uma redução da capacidade de mobilização da FBPF, organização que dava suporte às lutas das mulheres, fundado por Carmen

Velasco Portinho (1903 - 2001). Esta mulher engenheira e que teve uma atuação importante para com a inserção e permanência das mulheres nas faculdades na década de 1930, pode contar com o apoio da União Universitária Feminina, organização que integrava várias mulheres como: Heloisa Marinho (1903–1994) formada em filosofia pela Universidade de Chicago, que se encontrava na diretoria; Ormind Bastos (1899-1971) era advogada; Natércia da Silveira também advogada e Amélia Sapienza era engenheira. Integravam a Comissão do Conselho: Bertha Lutz, Joana Lopez, que era médica cirurgiã; Mirtes de Campos, advogada; Erbina de Assis, médica e Emília Snethlage, doutora em ciências. A União Universitária Feminina era presidida por Carmem Velasco Portinho. Ela foi uma das “sufragistas”, isto é, mulheres que lutaram pelo direito ao voto feminino e estiveram mais próximas de Bertha Lutz, por isso mesmo é que o apoio de Carmen e de outras tantas mulheres dão a Bertha as possibilidades de continuar. Ela se manteve na luta representando o Brasil em várias oportunidades e participando como membro de entidades internacionais e, nesse contexto

Surgem filiais da FBPF em diversos estados, assim como outras associações assistenciais e profissionais unem-se à referida entidade. Conferências, crônicas de Bertha e de outras líderes procuram manter a questão do voto feminino na ordem do dia. Em maio de 1923, Bertha Lutz representou FBPF no 9º Congresso Internacional pelo Sufrágio, reunido em Roma, participando o Brasil pela primeira vez de uma reunião internacional feminina, abrangendo países dos dois hemisférios. Bertha Lutz sugeriu a substituição das expressões "igualdade dos sexos" e "direitos da mulher" respectivamente por "equivalência dos sexos" e "novas responsabilidades da mulher", deixando entrever uma tática nova mais comedida, que ela acreditava mais adequada à consecução dos objetivos visados. Acrescentou, em seguida, que a participação da mulher não implicava competição e sim colaboração (SOIHET, 2000, p. 28).

O cenário do trabalho feminino se apresenta a Bertha como um dos problemas a ser pensado e resolvido no desenrolar do processo de emancipação, inclusive aquele das mulheres pobres, assim sugeriu a criação de associações de classe para as diversas categorias profissionais. No começo de seu trabalho, aparece como uma das fundadoras da "Legião da Mulher Brasileira", que era uma espécie de "Associação das Mulheres", que por necessidade ou por princípio já trabalhava e enfrentava corajosamente a luta diária.

Sua participação efetiva em 1922 fez-se sentir em favor das empregadas no comércio, intercedendo junto ao Conselho Municipal para a redução do horário de

trabalho. De treze a quatorze horas diárias, para oito horas. Ainda nesse mesmo ano, reconhecendo as dificuldades das mulheres trabalhadoras e a sua necessidade de auto-suficiência econômica que garantisse sua emancipação, as mulheres que já militavam na FBPF defendiam a criação de creches,, exigindo que não pese apenas sobre a mulher a responsabilidade dos filhos. Era necessário proporcionar-lhes os meios de alcançar a independência por meio do trabalho e da educação e,

Merece destaque a atuação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 e tendo como principal bandeira de luta a busca pelo sufrágio universal. Com sede no Rio de Janeiro, então capital do País, a Federação, que tinha como presidente Bertha Lutz, possuía uma rede de relações significativas e discutiam em seus congressos diversos temas, como a nacionalização do ensino público, a educação doméstica, o ensino primário, a formação para o magistério, o ensino secundário e o superior para as mulheres (GONÇALVES & SILVA, 2000).

As formas de organizações e reivindicações das mulheres no passado contribuíram significativamente para as nossas conquistas hoje.

O século XX ficou marcado como o período que mais se falou sobre os Direitos Humanos a nível internacional e o Brasil aderiu a esses Pactos e Protocolos. Cabe ressaltar que, no contexto brasileiro, no que diz respeito às mulheres, estas se organizaram e, mesmo em um tempo silencioso, com a censura vinculada às ditaduras, não deixaram de lutar por seus ideais de emancipação.

Um pouco mais tarde, na década de 70 houve, por parte das mulheres, uma retomada de consciência da importância de continuar a luta nos movimentos de libertação e na construção de políticas públicas, a necessidade de continuar construindo a história das mulheres como protagonistas.

Uma das grandes contribuições nesse processo de busca pela emancipação feminina se deve à educação popular. Ressalta-se aqui a pedagogia de Paulo Freire, sobretudo a sua obra, "A Pedagogia da Autonomia" (1996). Para o autor, a educação é indispensável para inserir as pessoas na sociedade e esta, lhe dá condições de sentirem-se e atuarem como sujeitos da história, intervindo na realidade,

[...] é possível nos tornarmos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o

sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra (FREIRE, 1996, p. 77).

A educação crítica é aquela em que o educador ou a educadora entende definitivamente de que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996 p. 22), levando às pessoas a reflexões também críticas sobre a relação Teoria/Prática. Esse tipo de educação ajuda o ser humano na libertação dos condicionamentos que lhes são impostos pelas tradições, pelas diferentes ideologias midiáticas, pela alienação do consumismo competitivo e, principalmente, pelos preconceitos.

A respeito da educação tão almejada pelas mulheres no mundo todo, se percebem as várias conquistas que foram permeando a trajetória de superação das dificuldades. À medida que elas foram superando os condicionamentos impostos pelas estruturas patriarcais, essas guerreiras foram e continuam na sua busca de engajamento político, profissionalismo, participação nos movimentos sociais, políticas públicas e nos vários setores da sociedade. O processo de libertação vai acontecendo e elas passam a assumir a educação que antes era acentuada nos moldes da mentalidade machista.

Embora sejam significativas e de grande contribuição as inúmeras conquistas resultantes das organizações das mulheres, nos encontramos ainda em um sem fim de situações bárbaras cometidas contra as mesmas e, ou por elas mesmas. Isso se deve ao não entendimento, de que a sociedade deve ser construída com a capacidade de homens e mulheres que têm potenciais e dignidade para a construção de uma sociedade humana. Na qual o respeito seja o elo de unidade entre os seres humanos na vivência menos competitiva e menos violenta. Entendimento da construção do caminho de equidade entre homens e mulheres, na promoção da vida e de qualidade da mesma.

Nas palavras de Ivone Gebara²³, a diferença de gênero é uma diferença entre uma multiplicidade de diferenças: diferenças entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. E essas diferenças se cruzam com

²³ Ivone Gebara, religiosa da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho, doutora em Filosofia e Ciências Religiosas. Ela é uma das expoentes da Teologia Feminista (TF) brasileira.

as diferenças de idade, de cultura, de religião e muitas outras. Em entrevista com Maria José Rosado Nunes, Ivone Gebara responde:

[...] grande parte das teólogas feministas brasileiras alia seu trabalho acadêmico e produção intelectual a uma militância nos movimentos sociais. Essa militância ocorre, sobretudo, na forma de assessoria aos movimentos populares ou na forma de cursos regulares dados, por exemplo, ao MST, ao movimento de trabalhadoras rurais, movimento de domésticas, grupos de mulheres da periferia, grupos de consciência negra, quadros sindicais femininos, etc. Essa inserção social e política da teologia feminista nos movimentos de base vem permitindo uma abordagem interdisciplinar a partir de vivências concretas, assim como um desenvolvimento exterior às instituições oficiais de reprodução das igrejas. Começamos a perceber que a busca de espiritualidade e de coerência ética não se situa apenas no interior das instituições da religião. Nesse sentido, também a Teologia Feminista no Brasil se expressa de forma plural, e é este pluralismo que faz sua riqueza e originalidade (GEBARA, 2005).

As mulheres, praticamente, em todas as culturas, em tempos remotos ocupavam os espaços determinados pelos homens. Na atualidade já existe a consciência de que elas precisam estabelecer relações que lhes dê protagonismo.

Vê-se na prática a diversidade de expressões e ações das mulheres que se fazem presentes em todos os recantos do Brasil e integram-se aos contextos socioeconômicos, políticos e religiosos, revelam que a busca pela emancipação, pela mística e pela ética no mundo não é algo novo, embora carregue em si a novidade da busca diária e do fazer-se novo a cada respiro da existência humana.

O fato de unir a militância nos Movimentos sociais e outros Movimentos de libertação e ao trabalho de produção intelectual possibilita uma interdisciplinaridade e ajuda aos seres humanos na grande tarefa de transformação das relações de poder dentro das instituições religiosas, sociais, políticas e econômicas. Gebara (2005) deixa claro que a teologia feminina ajuda a entender a ação das mulheres em diferentes sociedades, desde as profetizas que mencionadas na Bíblia. A matriz ética presente nos profetas e profetizas e na tradição de Jesus é retomada igualmente pela Teologia Feminista. Entretanto, a maior parte das teologias feministas separa-se de certa forma da teologia masculina da libertação, quando se trata da manutenção dogmática patriarcal, das imagens de Deus masculinas e de um conceito estrito que inclui apenas a pessoa individual de Jesus de Nazaré. Não se podem fazer Teologia Feminista sem falar dos corpos femininos e especificamente da sexualidade feminina GEBARA, 2005. Acrescenta ainda que,

seja a partir do corpo e da sexualidade que começa a opressão e a posse masculina em relação à mulher, embora seja aí também que se afirma a autonomia feminina.

Ela insiste que a abordagem feminista das relações de gênero deve ser explicada com o viés da dominação, a partir da sexualidade que se expressa por meio da divisão injusta do trabalho social e doméstico, da legislação que mantém não apenas os privilégios de classe e de etnia, mas também os privilégios de gênero.

3.1 O TRABALHO COMO AÇÃO TRANSFORMADORA DAS RELAÇÕES

A categoria trabalho é entendida aqui como uma atividade vital na vida do ser humano, isso pensado desde os primeiros grupos, em que as atividades eram direcionadas para a satisfação de necessidades básicas. No processo de transformação das relações dessas atividades, a dimensão trabalho continua sendo potencialmente de criar e transformar, voltadas para as relações socioeconômicas, políticas e ideológicas que determinam o desenvolvimento ou não das múltiplas relações que são estabelecidas.

As ideias de Karl Marx (1975) e de György Lukács (1979) contribuem na reflexão sobre a ação humana por meio do trabalho, pois se entende que o ser humano, ao provocar as transformações no mundo pelo seu agir, interfere nas relações sociais e modifica também a si mesmo. A ação humana, desde os primórdios na dinâmica pela sobrevivência, na invenção de novas tecnologias, no produzir aceleradamente para garantir a lucratividade, demonstra que as transformações são inevitáveis.

Normalmente, a definição que se faz do trabalho humano está relacionada à força motriz que garante a vitalidade e, como atividade na qual o ser humano satisfaz suas necessidades de sobrevivência. Porém, ao ampliar as formas de ação, o ser humano vai objetivando-se e a partir do ser natural, torna-se claramente social com características próprias resultante do trabalho. Vemos então, que ocorre a partir da estruturação capitalista, o domínio econômico e social nas relações desiguais, entre os que detêm o modo de produção e os trabalhadores que comercializam a sua força de trabalho, essas relações são seladas com as desigualdades. Uma parte

da sociedade obtém a lucratividade de inúmeros benefícios e, a outra parte, a pobreza e a violação de direitos.

O desenvolvimento que se quer adquirir por meio do trabalho, nem sempre responde aos interesses e às necessidades de todos os seres humanos e, também, não contribui para a proteção do meio ambiente, fauna e flora. Pode ser que, o que traz benefício para uns, poderá trazer prejuízos para outros. O ser humano interfere no mundo com o seu trabalho e, assim, expressa a capacidade de recriar, de inventar e se reinventar. Além disso, considerando todas as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, se depara com a desvalorização do trabalho na atualidade.

O termo “trabalho” utilizado por Marx (1975), e, posteriormente na análise da ontologia do ser social, utilizado por Lukács (1979), tem relação complementar, pois existe o entendimento de que é no trabalho ou pelo trabalho que o ser humano se reconhece como um ser social com características próprias. Significa dizer que o ser humano, ao modificar a natureza, a matéria pela sua ação, modifica a si mesmo.

Também equivale afirmar que a satisfação de necessidades por meio do trabalho é característica tipicamente humana, é mediada pelo raciocínio, pela capacidade de projetar e que todo produto do trabalho, quando terminado, tem para o ser humano que o utiliza, uma nova imediaticidade (LUKÁCS, 1979), isto é, o resultado da ação humana transforma de maneira contínua e simultânea a natureza, os homens que nela atuam e as suas relações recíprocas. O caráter decisivo do trabalho como categoria que interfere essencialmente no ser social está inserido na dinâmica transformadora.

Verifica-se na análise de Lukács (1979, p. 87; 2004, p. 105, 142), a clareza de uma função ontologicamente fundante, primária, que cabe ao trabalho e que não resulta de nenhuma hierarquia de valor, de uma valoração exclusiva da ação laboral. O trabalho é movimento que estabelece entre o racional e o material, cuja satisfação só se realiza como efeito de uma cadeia de mediações que, ontologicamente, existe em função da satisfação humana.

Esse movimento consiste nas relações entre o ser humano e a natureza que, progressivamente, são mediadas por categorias sociais mais complexas. Podendo ser políticas, econômicas e tecnológicas, essas mediações transformam, de maneira contínua e simultânea, a natureza, os homens que nela atuam e as suas relações recíprocas. Assim, as “formas de objetividade do ser social se desenvolvem à

medida que surgem e se explicitam na *práxis* social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 1979, p.17). Isto é, a dinâmica das relações de necessidades culmina no trabalho que resulta nas grandes transformações.

Lukács, apoiado em Marx, entende o trabalho numa dupla dimensão, isto é, a interação do ser humano com a natureza inerte ou bruta e vai sendo dinamizado pela busca das necessidades básicas e das satisfações coletivas. O ser humano, ao transformar a natureza, transforma a si próprio, afirma Marx:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo (MARX, 2006, p. 211).

Assim, o trabalho, além de ser uma atividade essencial para a vida estabelece a sociabilidade, lhe confere também determinado estatuto, diferenciando-o dos demais animais existentes na natureza, pois possibilita a transformação da natureza e, por consequência, a sua transformação enquanto ser humano. Lukács, assim como Marx, expressa que as transformações são inevitáveis.

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes (LUKÁCS, 2012, p. 286).

O trabalho possibilita a concretude do ser em potência e, com isso, o ser é entendido como o grande gerador de mudanças, o criador das culturas que tem na base a produção de uma economia. Para Lukács (1979), nesse processo de mudanças, acontece o salto ontológico, que se constitui em momentos determinados, sendo que o primeiro se manifesta a partir da linguagem, das formas

de consciência e do trabalho, estando o homem na direção do ser-em-si do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita entre o ser particular e o universal. Sendo assim, é pelo trabalho que o ser humano genérico transforma-se em outro tipo de ser, diferente de outros seres existentes na natureza, transforma-se em ser social. O segundo momento é compreendido pelo processo de reconciliação entre o indivíduo e o gênero humano, que Lukács (1979), apoiado em Marx (1975), situa ao longo da história como pré-história da sociedade humana, isto é, do gênero humano.

Tal pré-história, a história do vir-a-ser do homem, do fazer-se expressão adequada do gênero humano por parte da sociedade, somente poderá acabar quando os dois pólos do ser social, indivíduo humano e sociedade, cessarem de atuar espontaneamente de modo antagônico um sobre o outro: quando a reprodução da sociedade promover o ser-do-homem, quando o indivíduo na sua individualidade realizar-se conscientemente como membro do gênero humano. Este será o segundo grande salto no desdobramento do ser social, o salto genérico em-si ao genérico para-si, o início da verdadeira história da humanidade, na qual a – insuprimível – contraditoriedade interna ao genérico, aquela entre o indivíduo e a totalidade social, cessa de ter um caráter antagônico (LUKÁCS, 1979, p. 406).

Entende-se que, ao referir-se sobre o indivíduo e sociedade, está mencionando duas dimensões importantes determinadas como “pólos”. Lukács os situam a partir do desenvolvimento particular, notadamente por contradições, descompassos, principalmente marcado por profundas tensões, que lhes conferem determinado movimento. Uma vez que cessem os antagonismos inerentes a esses pólos, haverá a possibilidade do homem-em-si romper com o ser determinado pela sociedade reprodutora, para a direção do homem-para-si, ascendido ao ser genérico, suspenso da cotidianidade reificadora. Segundo Lukács, existe o entendimento de um salto ontológico,

[...] implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 1979, p. 95).

Esse processo de alteração dos elementos pré-humanos para o atual estágio do humano-genérico seria o que ele chama de salto ontológico, que não pode ser concebido como um processo retilíneo, dado apenas pela vontade objetiva do ser social; ressaltam que se encontra no cerne da concretude da vida social, determinada pelas relações sociais de produção capitalistas, concebida suas bases em uma determinada ruptura, que se apresenta de forma contraditória e desigual. Assim, as “formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a *práxis* social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 1979, p.17).

Na medida em que os grupos humanos vão crescendo, ampliam-se as necessidades de maior organização no processo de trabalho em âmbito político, social, econômico e ideológico; com o aumento do capital cria-se certa divisão entre os trabalhadores e o próprio trabalho, acrescentando outro modo de entender o trabalho, não mais como ao que Marx propõe inicialmente.

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2006, p. 212).

A sociedade passa a organizar-se em função da estruturação estratégica do trabalho como atividade essencial à reprodução do capital e, ocorre com isso, a otimização das tarefas e, conseqüentemente, aumento acentuado do lucro e da acumulação pela mais-valia.

Antes do sistema capitalista, o trabalho proporcionava ao ser humano satisfação e prazer pelo que realizava e o trabalhador se identificava com o produto final, pois a sua ação era completa, o/a trabalhador/a se encontrava na concretização do seu projeto mental, as atividades que antes eram pautadas na troca e na satisfação apenas das necessidades básicas.

Com as transformações que vão ocorrendo no mundo do trabalho, as ações humanas passam a ser determinadas por valores distintos aos seus costumes, segundo a lógica capitalista, por exemplo, a questão da valoração, isto é, valor de uso e valor de troca dos produtos como resultados do trabalho humano. Esse valor

vai desde a apropriação dos meios de produção, da mercadoria e da força de trabalho. Os princípios econômicos e ideológicos do capital são reproduzidos e, cada vez mais se observa a afirmação na fragmentação das ações, com vistas a maior acumulação de capital por meio de produção em maior escala e na apropriação do trabalho não pago, ou seja, da exploração da força de trabalho.

Para Marx (1975), a estratégia primeira foi a apropriação dos meios de produção, ou seja, aquilo que era apenas para atendimento de necessidades básicas de determinado grupo social passa a ser apropriado pelo grande capital, que o situará na esfera da propriedade e, assim, passa a exercer dominação junto àqueles sujeitos que apenas dispõem da força de trabalho enquanto mercadoria.

Temos então, uma sociedade capitalista que vive o processo de sistematização do trabalho com uma acentuada apropriação dos meios de produção por uma parcela da sociedade, com a atribuição de valores à mercadoria, e o que era antes produzido dentro das pequenas propriedades com a agricultura de subsistência, pequenas oficinas e casas passam a ter um espaço específico: a fábrica, as grandes corporações e o agronegócio.

Essas mudanças apresentam algumas características que marcam o novo modo de produção, que além de produzir em escala profundamente acentuada, a fábrica regida pela organização capitalista, produz também novas formas de vida em sociedade, determinando as relações sociais. Embora as oportunidades de trabalhos para as mulheres tenham aumentado no mercado laboral, as relações continuam desiguais, como: salário, funções, tripla jornada.

3.2 A CHAMADA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O TRABALHO COMO FONTE DE COMPETITIVIDADE

No final do século XIX e todo o século XX, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho produziram um cenário relevante na dimensão das relações entre os seres humanos e os produtos de seus trabalhos. Isso devido a grande competitividade do mercado nacional e internacional.

Considerando os processos que impulsionaram a implantação do capitalismo, como a Revolução Industrial e o desenvolvimento de tecnologias que auxiliaram na rapidez e eficiência do modo de produzir, destacam-se as estruturas do trabalho

acelerado, nos moldes do Taylorismo, Fordismo e o Toyotismo. Essas formas de sistematização do trabalho levam o ser humano a certa alienação.

Com Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915), deu-se início a uma maior racionalização do trabalho, ele desenvolveu um conjunto de métodos para a produção industrial que ficou conhecido como taylorismo. De acordo com Taylor, algumas características são relevantes, por exemplo, o empregado deveria apenas exercer sua função em um menor tempo possível durante o processo produtivo, não havendo necessidade de conhecimento da forma como se chegava ao resultado final. Também houve o aperfeiçoamento no processo de divisão técnica do trabalho, sendo que o conhecimento produtivo era de responsabilidade única do gerente, que fiscalizava o tempo destinado a cada etapa da produção. Ainda, nesse modelo de produção existia a padronização e a realização de atividades simples e repetitivas, por isso mesmo, a divisão social do trabalho e a organização dos trabalhadores na fábrica tinham uma dimensão coletiva, embora, era dependente e, ao mesmo tempo, fragmentado, fazendo com que, ao final da tarefa, os trabalhadores não reconhecessem aquilo que era produzido por meio das suas forças físicas e intelectuais, gerando, a partir disso, o que Marx chama de alienação do trabalhador.

O fordismo foi idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da *Ford Motor Company*, é um modelo de produção em massa que revolucionou a indústria automobilística na primeira metade do século XX. Ford utilizou-se dos princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época. As fábricas que ele idealizou eram totalmente verticalizadas, possibilitando o mercado de massa para os automóveis.

Na dinâmica do trabalho das fábricas de Frederick Taylor, as relações de trabalho são conhecidas como rígidas e fechadas, com vistas a produzir, gerando cada vez mais a lucratividade. Havia certa vantagem em relação ao modo de produção anterior, que era o propósito de aproximar o trabalhador com o resultado de seu trabalho, para que esse pudesse produzir mais. O sonho era tornar o automóvel tão barato que todos tivessem a oportunidade de comprá-lo. Porém, sabe-se que esse sonho não se tornou realidade para grande parte da população até os dias atuais. O que é real e vivenciamos em todos os tempos são as mudanças que acontecem com o conceito de trabalho, juntamente com as

transformações, vai surgindo a necessidade de criar novos modelos de gestão, nos quais as relações de trabalho são indispensáveis para o sucesso organizacional.

Torna-se relevante entender, que o processo de transição se inicia com o Fordismo para o Pós-Fordismo. No Pós-Fordismo, encontramos a contraposição ao modelo fordista e, nos deparamos então, com a “flexibilidade”, o novo modo de pensar a gestão das relações de trabalho. O Pós-Fordismo começa com o surgimento de um regime chamado Toyotismo, que se baseia em atender o nível da demanda alcançando projeção global.

Toyotismo é um modo de organização da produção capitalista que se desenvolveu a partir da globalização do capitalismo na década de 1980. Surgiu no Japão após a II Guerra Mundial, mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 é que foi caracterizado como filosofia de produção industrial, adquirindo uma projeção global (GOUNET, 1999). Foi desenvolvido devido à necessidade de levantar e ampliar a indústria japonesa, dando destaque à originalidade própria e, também, em contrapartida, competir com a indústria americana.

Essa competitividade possibilita a nova forma de pensar as relações de trabalho e, assim encontra-se o fenômeno da acumulação flexível que

implicou a reestruturação organizacional das empresas a partir de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada “revolução informacional”, com a eliminação de barreiras geográficas à produção, a formação de empresas em rede, a terceirização de atividades, a desregulamentação de mercados, a flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XX (LIMA, 2004, p. 48).

A "revolução informacional" é considerada um grande marco da sociedade contemporânea e contribui em uma nova concepção de trabalho. Especificamente, nestas últimas décadas somos conduzidos pela nova forma de organização globalizada, sobretudo, no econômico-social e cultural, que tem as suas bases nas relações do trabalho flexível. Existem preocupações pontuais com a problemática das relações humanas a partir das relações de trabalho, com os valores humanistas que foram postos em segundo lugar em função do desenvolvimento tecnológico, que impõem uma nova forma de entendimento da ética.

A eficiência é o modelo no contexto da competitividade e a produção máxima reduz as pessoas a unidades quantificáveis seres obedientes e administrados por regras burocráticas, reforçando, com isso, relações desiguais.

Em consequência destes valores, o pensamento mecanicista e tecnicista separa o planejamento do trabalho de sua execução e a razão da emoção, considerando assim que, quanto mais racional, mais sucesso se alcança. Os resultados financeiros são privilegiados em detrimento do bem estar das pessoas no trabalho.

Os efeitos dessa política econômica são tão devastadores para países periféricos como o Brasil, especialmente, no atual período de crise internacional. Percebe-se que o Estado brasileiro, na medida em que decidiu seguir a ideologia neoliberal de abertura econômica e desregulamentação financeira, demonstra sua fragilidade mediante as imposições do mercado internacional quanto à flexibilização de direitos sociais e à destinação de recursos.

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características do modo de regulação capitalista. Toda uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho são observadas nas diversas dimensões da sociabilidade humana. Fatores estruturais como o enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho ao longo dos últimos anos evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea das formas de ocupação laboral (IPEA, p. 09, 2016).

Os últimos acontecimentos com relação ao trabalho e que afetam o cenário brasileiro são: a massa de desempregados e a nova lei que foi sancionada pelo presidente Michel Temer, 13 de julho de 2017: a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) será alterada com novas regras, cabendo várias negociações entre empregadores e empregados.

Nesse contexto da atual conjuntura brasileira, em que prevalece a lei do mais forte, nos deparamos com o desmonte de vários direitos, inclusive o direito ao emprego com os encargos sociais assegurados. As novas regras trabalhistas não serão para diminuir as desigualdades sociais, pois o projeto do governo Temer prevê o progresso do Brasil, beneficiando somente a elite brasileira. As negociações no emprego serão para satisfazer as necessidades do empregador, os empregados passarão a estar, como dizia Marx, no exército de reserva.

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 1975, p. 715).

As contradições do capitalismo estão presentes nas relações humanas, nas relações comerciais globalizadas e nas relações políticas de imposição do discurso democrático dissimulando o autoritarismo. O trabalho, ao mesmo tempo em que é valor é também desvalor, isto é, existe a necessidade vital de conseguir os meios de ser feliz, adquirindo as comodidades básicas para a existência e, ao mesmo tempo, existe o desvalor no impedimento de uma maioria de trabalhadores terem acesso aos bens oferecidos, ora pelo desemprego, ora pela precariedade dos direitos trabalhistas.

Segundo Ricardo Antunes, no Congresso Internacional de Direitos Humanos em Campo Grande - MS, 2017 com o tema: "Trabalho, Direitos Humanos e suas Fronteiras", o ser humano vive um período de desvalorização do trabalho e, especificamente, o desvalor das relações humanizadoras, a precarização do trabalho por meio da terceirização, da flexibilidade do trabalho digital. Entre os vários exemplos mencionados por ele está o trabalho da *Uber*, no qual estão trabalhadores desprovidos de todos os tipos de segurança e são submetidos ao trabalho flexível. Trabalha-se segundo a necessidade do outro, o tempo livre é desprovido de liberdade, pois é um campo de trabalho que só existe em função da digitalização.

Existem hoje 12 milhões de terceirizados no Brasil, são 12 milhões de empregos. Um número significativo, só que os trabalhadores terceirizados e as trabalhadoras terceirizadas trabalham em média mais horas semanais do que os trabalhadores regulados pela CLT. Se eles trabalham mais horas e recebem menos, em que existem três ou quatro trabalhadores ou trabalhadoras celetistas, eles vão ser substituídos por três ou dois trabalhadores ou trabalhadoras terceirizadas.

Para Antunes (2017), a terceirização é desastrosa, desumana e fere as garantias do trabalhador, visto que há uma diminuição de postos de trabalho e uma exploração da força do "exército de reserva". Basta um pouco de matemática para

entender que, onde um número x de trabalhadores realizava certo tipo de trabalho, agora a realidade mostra que esse mesmo trabalho, será realizado por um número inferior de pessoas. Conclusão, a terceirização desemprega. Ela empregou 12 milhões, mas desempregou 15 ou 16 milhões, em condições mais adversas, porque os salários são significativamente menores e em condições de trabalho que frequentemente sucateiam a legislação do trabalho. Ele acrescenta ainda que esse projeto de terceirização gera "escravos modernos", uma vez que destruindo a CLT, destrói um conjunto de direitos sociais do trabalho assegurados pela Constituição Federal desde 1943.

Analisando o mercado de trabalho no mundo, Antunes (2016), em entrevista com Pâmela Mascarenhas ao Jornal do Brasil responde a seguinte pergunta: como o professor analisa o argumento que diz que é preciso reformar as relações de trabalho porque a CLT é velha e porque seria preciso reduzir os custos da produção para alavancar a economia? Antunes responde começando pela exemplificação de uma realidade que já existe na Inglaterra há certo tempo. É um sistema de contratos chamado *zero hour contract*, contrato de zero hora. Ele vale para trabalhadores de cuidados, o chamado *care* em inglês, enfermeiros, médicos, jornalistas, transportadores de passageiros, eletricitistas, etc., é uma gama de atividades. Como funciona? O trabalhador ou a trabalhadora tem contrato de zero hora, o que significa que ele não tem uma jornada fixa, mas tem que ficar à disposição dos chamados. Se em um dia ele não recebe nenhum chamado, ele não tem trabalho; no segundo dia ele não recebe nenhum chamado, ele também não tem nenhum trabalho; no terceiro, quase terminando as 72 horas que ele está esperando, ele recebe um chamado, e simplesmente vai receber por este chamado que ele fez.

É um aplicativo ou a empresa que detém o controle do seu trabalho, as grandes empresas na Inglaterra usam amplamente esse sistema, exemplo *McDonald's*. Essa nova modalidade de trabalho está chegando a todos os rincões devido à globalização, o trabalhador e a trabalhadora estarão 72 horas disponíveis e recebe, digamos, se o seu trabalho durou uma hora, uma hora de trabalho. Segundo (ANTUNES, 2016), essa nova modalidade de trabalho é, evidentemente, exemplo cabal da brutalidade, pois consideram os/as trabalhadores/as qualificados/as, tendo a disponibilidade total para trabalho, somente recebendo a remuneração quando efetivamente trabalham. É a facilidade que chegou pelo mundo do trabalho digital, *online*, que faz com que trabalhadores assalariados e trabalhadoras assalariadas

das tecnologias da informação, e de tantos outros setores, munidos de um celular, estejam em disponibilidade eterna para o trabalho, ainda que essa disponibilidade eterna para o trabalho tenha como resultado uma remuneração precária e frequentemente insuficiente.

Com isso, a teoria marxista pode auxiliar tanto na denúncia da crise sócio-econômica, como no necessário debate sobre outra sociedade baseada em novos alicerces. O debate sobre os Direitos Humanos, necessariamente, é influenciado por esse contexto, pois se sabe que nunca foram assinados tantos Tratados e Declarações Internacionais sobre os Direitos Humanos, como nas últimas décadas. Entretanto, é neste mesmo período que se percebe a ampliação das desigualdades, acompanhada do empobrecimento mundial e a expansão de conflitos sociais e migratórios.

Por meio do trabalho, o ser humano pode vivenciar o processo de transformação da natureza por meio da ação, gerando a produção que resulta nos bens. Segundo Marx (2006), o trabalho é a exteriorização da criatividade e, nessa exteriorização ele identificou dois momentos distintos, em que o primeiro seria o da objetivação, que se refere especificamente à capacidade da pessoa de objetivar-se, de exteriorizar-se nos objetos e nas coisas que cria o que é algo próprio do saber-fazer humano. O segundo momento é o da alienação, em que o indivíduo, após transferir as suas potencialidades para seus produtos, deixa de identificá-los como obra sua e, com isso, são estranhos, seja no plano econômico, psicológico, seja no plano das relações sociais.

Também na análise de Lukács (1979), o trabalho provoca modificações na natureza do próprio sujeito que o realiza, por isso, para esse pensador, o ponto central do processo de transformação interna do ser humano consiste no domínio consciente de si mesmo, do seu próprio corpo, dos instintos e afetos. O domínio consciente sobre os afetos é o domínio do consciente sobre o puramente instintivo, representando a saída do homem da existência puramente animal, para a realização de projetos que serão construídos a partir da necessidade ou dos condicionamentos impostos pela sociedade.

Na dinâmica das atividades do ser humano, o trabalho continua sendo um meio de garantia de seus desejos, encontra-se entre a necessidade e a satisfação e, que em si, tem como essência a posição de finalidade. Na compreensão que se tem a partir de Lukács (1979), para que a finalidade se realize, a consciência tem de

tomar decisões que incidem sobre o ser-em-si de tudo o que se relaciona com o trabalho, pois os seres humanos trabalham porque querem viver, porque precisam viver. Sendo assim, é preciso reconhecer determinadas propriedades do objeto e do instrumento escolhidos, através da observação e da experiência, que os tornam adequados ou inadequados para a finalidade planejada.

Tais decisões remetem à categoria da alternativa que, para Lukács (1979), constitui a nova categoria decisiva do ser social e, que em si contém a gênese ontológica da liberdade e do valor. No entanto, as transformações geradas no mundo do trabalho têm levado as pessoas a viverem relações competitivas, desumanizadoras e de desrespeito ao *habitat* natural.

Devido a intervenção da economia de mercado em um sistema econômico neoliberal, em que as organizações (bancos, empresas, corporações, etc.) podem atuar em todas as esferas da sociedade com pouca intervenção do Estado, o trabalho é direcionado a favor do mercado com a geração de lucros, tendo em vista a mais-valia, isto é, o excedente para a acumulação e concentração de riquezas nas mãos dos detentores dos mecanismos de produção.

As relações humanas, predominantes no capitalismo acontecem quase sempre de forma virtual, com isso, provocando um alto nível de insatisfação generalizada.

A Economia Popular Solidária é uma forma diferente de organizar as relações de trabalho, com base na produção de bens para o consumo de subsistência, que leva em conta as relações afetivas nos espaços de convivência presencial, a preservação da biodiversidade e não gera o acúmulo de capital que beneficia apenas uma parcela da sociedade.

3.3 O TRABALHO NA PERSPECTIVA SOLIDÁRIA: UMA FORMA ALTERNATIVA DE ENTENDER E DE VIVER A ECONOMIA

A Economia Popular e Solidária tem suas origens pautadas nos ideais de cooperação, autogestão, sustentabilidade, trabalho humanizado, comércio justo e solidariedade. Nasce da ausência de políticas públicas para atender às

necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras que vendem a sua mão-de-obra na economia de mercado, bem como, da necessidade imediata de soluções para os problemas decorrentes do desemprego.

Para entender a origem da Economia Popular e Solidária, como projeto vivenciado na atualidade, é necessário voltar o olhar crítico para a época da Revolução Industrial na Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX.

Para muitos teóricos, entre eles Hobsbawm (2007), a Revolução Industrial foi provavelmente, o mais importante acontecimento na história, porém, qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele se deve à superioridade tecnológica e científica de condições mais adequadas ao desenvolvimento que naquela época estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha (HOBSBAWM, 2007).

O século XVIII também foi marcado pelo grande salto tecnológico nos transportes e máquinas, especialmente as máquinas a vapor. As transformações que a Revolução Industrial provocou foram profundas, pois alteraram as condições de vida do trabalhador braçal, fazendo com que houvesse um intenso deslocamento da população rural para as cidades. A Revolução criou enormes concentrações urbanas na Inglaterra e oportunizou um rápido crescimento das cidades, esse cenário foi se transformando e chegou a um dado momento em que as máquinas a vapor nas fábricas passaram a substituir a força humana de trabalho. Olhando para esta realidade é que Hobsbawm (2007, p. 13) afirma, “a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos”. É nesse âmbito que vai consolidando o sistema capitalista como modo de produção dominante.

Com esse modo de produção chega também a exploração do trabalho humano, a violação da biodiversidade e o aumento das desigualdades sociais. Entre as principais características do capitalismo estão: a separação entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; a desvalorização do ser humano, isto é, ele passa ser visto como mercadoria, juntamente com as demais formas de negociação; predominância do consumismo e do individualismo. A conversão da força de trabalho em mercadoria e a extração da mais-valia são responsáveis pela acumulação do lucro e a coisificação da vida dos trabalhadores.

Em razão do avanço tecnológico dos meios de produção, o ritmo do trabalho intensificou-se, marcando, desse modo, a concorrência nas relações entre os indivíduos e as empresas. O trabalho voltado para as fábricas aumentou o êxodo

rural e sérios problemas afetaram a população. Nos primeiros tempos da adaptação dos trabalhadores no espaço urbano, a população empobrecida lutava por moradia, por saneamento básico, saúde, transporte, etc. A água não era tratada, ao contrário, as fábricas lançavam no ambiente substâncias poluentes e tóxicas, como fuligem liberada das caldeiras e produtos usados no tratamento dos tecidos e das tintas, provocando o contágio e doenças, como: cólera, doenças respiratórias; bronquite, tuberculose e pneumonia se tornaram comuns nas cidades.

Os problemas advindos das relações do trabalho explorado e das desigualdes socioeconômicas levaram os socialistas utópicos a tomar algumas medidas na defesa dos empobrecidos. Desse modo, vai surgindo o cooperativismo europeu, entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, período marcado pelo agravamento do conflito entre capital e trabalho refletido nas miseráveis condições de vida da classe trabalhadora, em particular, da classe operária na Europa.

É naquele momento da história, que personagens como Robert Owen (1771-1858), filósofo e ativista do primeiro socialismo inglês, e Charles Fourier (1772-1837), socialista utópico francês, crítico da sociedade, acreditavam ser possível estabelecer um compromisso entre proprietários de unidades produtivas e trabalhadores operários, que minimizariam a exploração do sistema capitalista. Entende-se que esses dois pensadores deram grande contribuição para o desenvolvimento do cooperativismo, visto que propuseram "um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista - a cooperativa" (COSTA, 2007, p. 5).

Dessa forma, podemos afirmar que a Economia Popular e Solidária no Brasil tem nas suas bases a dimensão da economia que vinha sendo desenvolvida muito tempo antes.

Em 1890, chegaram à Região de Palmeira, no Paraná, um grupo de italianos com o sonho de construir uma sociedade justa e solidária. Buscavam trabalhos e melhores condições materiais de existência, procuraram viver a experiência anarquista.

Segundo a escritora Zélia Gattai em sua obra "Anarquista, graças a Deus", 1984, relata:

Ao alto de uma colina, por entre os pinheirais, divisava-se, hasteada ao alto de uma palmeira, enorme bandeira vermelha e preta. Era a bandeira da Colônia Cecília, saudando a chegada dos novos pioneiros (GATTAI 1984, p.113).

Descendente de imigrantes italianos, narra em seu livro de memórias a história que contava seu avô sobre a chegada na Colônia Anarquista Cecília: a bandeira rubro-negra recebia os “ciganos”, como, segundo Zélia, os vizinhos chamavam-nos. A sua narrativa literária é uma dentre diversas outras sobre a Colônia Cecília. O “mito” da colônia permaneceu vivo, "mantendo-se, assim, ativa a sua função utópica" (MUELLER, 1999, p. 221). A utopia, pensada como a fronteira entre o possível e o impossível é ainda “veículo da expressão do imaginário, um espaço possível do desejo”, segundo a historiadora Helena Isabel Mueller.

Um dos personagens de destaque dessa experiência anarquista foi Giovanni Rossi, um italiano, idealista utópico, veterinário por formação, mas também com práticas de sociólogo. Lutou contra as injustiças, queria acabar com a miséria do povo; preocupado com a liberdade e a justiça social, trabalhou na integração de mais pessoas ao grupo, orientando-os sobre a ausência de leis e de padrões e a distribuição dos produtos da atividade coletiva, de acordo com as necessidades gerais. O breve episódio histórico da Colônia Cecília, criada na cidade de Palmeira – Paraná em 1890, é o marco inicial da representação do Anarquismo no Brasil e na América Latina e o primeiro experimento socialista. Essa experiência foi marcada também pela imigração de pessoas proletárias italianas que chegavam ao Brasil em busca de melhores condições de vida.

Na Colônia Cecília não havia uma organização social com regulamentos ou chefes. As pessoas levavam um cotidiano de vida comunitária muito simples, no qual o trabalho era difícil e a comida escassa, fato que muitas vezes ocasionava desentendimentos entre os colonos, acentuando os resquícios de egoísmo da família tradicional burguesa, a qual era considerada o maior inimigo da nova vida social em liberdade anárquica. Segundo os dados da Prefeitura de Palmeira (2014), nos "quatro anos de existência da colônia (1890-1894), sua população chegou a atingir cerca de 250 pessoas".

No contexto da Economia Popular e Solidária, os/as trabalhadores/as se organizam criando formas alternativas de produção baseadas na relação de respeito à capacidade de cada pessoa em seu contexto cultural, como: trabalho autônomo, associações cooperativas de produtores rurais familiares, cooperativas de crédito, cooperativas de serviços e autogestão de empresas falidas, nas quais eram empregados; e nas últimas décadas em redes de padarias comunitárias e rede de segurança alimentar, etc.

Percebe-se que o surgimento da Economia Popular e Solidária também se deve às contradições do modo de produção capitalista, em particular o crescimento da pobreza e da miséria, consequência da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico, que contribuem para as desigualdades sociais. Singer afirma que

as raízes da economia solidária estão lá atrás, com Robert Owen, considerado o pai do socialismo e um dos fundadores do cooperativismo, que foi administrador de uma grande tecelagem. Ele reduziu as jornadas de trabalho (no século 18), tirou as crianças das fábricas. Foi realmente um humanista e mestre de Marx e Engels. Ele criou toda uma organização para defender o socialismo e foi o primeiro grande líder da CUT da Grã-Bretanha, a primeira grande central sindical do mundo. Os trabalhadores partidários de Owen inventaram a autogestão. O princípio fundamental era a democracia, ninguém mandava em ninguém. Todo mundo, homem, mulher, jovem, velho. Isso vale para as cooperativas até hoje. No mundo, um bilhão de pessoas participa de cooperativas, segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional. E cooperativa não é só cooperativa de trabalho. As cooperativas que têm mais sócios chamam-se cooperativas de crédito e são bancos cooperativos. Nós temos mais de mil no Brasil hoje (SINGER 2014).

Essas organizações têm motivado trabalhadores, trabalhadoras e intelectuais a buscar cada vez mais, formas alternativas de produção baseadas na cooperação e na solidariedade, em oposição ao trabalho assalariado e a competição nas empresas capitalistas, destaca Singer

a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autosuficiente e o apoio de outras sociedades com este propósito. O impulso para a criação da cooperativa pode ter sido a derrota de uma greve de tecelões em 1844. Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como princípios universais do cooperativismo (SINGER, 2002, p. 39).

Nas primeiras décadas do século XIX, Owen foi protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha e, como um dos socialistas utópicos, reage frente ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

O cooperativismo foi se desenvolvendo e as suas ideias foram inspirando a outras formas de empreendimentos e alternativas solidárias, dando continuidade ao que, mais tarde, os praticantes da Economia Popular Solidária abriram seus próprios

caminhos, utilizando o mesmo método que estaria disponível no "laboratório da história: o da tentativa e erro." (SINGER, 2002, p. 38).

O trabalho desenvolvido na perspectiva solidária e, a partir dos princípios da Economia Popular e Solidária ocorre em muitas partes do mundo, intensificado na América Latina e assume diferentes formas de realização. No Brasil tem sido organizada por diversos atores que contribuem para o seu fortalecimento. Segundo MANCE, 2003 pode-se incluir em empreendimentos solidários os grupos de trabalho ou coletivos informais: são formados por várias pessoas, que desenvolvem atividades no setor informal e decidem trabalhar coletivamente para facilitar o acesso ao comércio e aquisição de matéria-prima. Podem se organizar como grupos informais de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano; Iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo, os quais possuem como um de seus objetivos consumir produtos ecológicos e produzidos de forma solidária; são eles Bancos comunitários; Clubes de troca; Lojas de economia solidária; Feiras de economia solidária; Associações de trabalho; Cooperativas populares; Estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; Empreendimentos coletivos autogestionários ou empresas autorrecuperadas; Centrais de comercialização; Organizações econômicas de comunidades tradicionais: quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas e Agroindústrias familiares. As pessoas se organizam e denominam com termologias diferentes, como: Economia Solidária, Economia da Dádiva, Redes de Colaboração Solidária, Economia Popular, Economia de Comunhão, Economia do trabalho, Economia Moral, Economia Popular Solidária, Socioeconomia Solidária, Economia de Solidariedade, Economia Social, Outra economia.

Os trabalhos coletivos solidários estão organizados em Redes, Territórios, Conselhos Gestores, Incubadoras Tecnológicas, Cooperativas Populares, etc. Os empreendimentos dizem respeito à produção, consumo, serviços e distribuição de riquezas com foco na valorização do ser humano e ao cuidado com o ambiente em que vivemos.

O próximo capítulo traz vários aspectos sobre o trabalho das mulheres, nas atividades que envolvem a Economia Popular e Solidária, sobretudo no que se refere à Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na

Massa. A análise dos dados coletados na pesquisa de campo, a qual foi realizada de forma participativa, permitiu entender que a educação popular e a participação cidadã, contribuem na mudança de mentalidade e na busca de efetivação de Direitos e luta no processo emancipatório.

A Economia Popular e Solidária utiliza-se de expressões, palavras e termos que são carregados de significados relacionados à prática dos atores sociais e a princípios que os caracterizam, como: trabalho autônomo, cooperação, solidariedade, autogestão, afeto, partilha, comércio justo, autonomia, e muitas outras formas de comunicação e de interação que vão se estabelecendo com os prosumidores, facilitadores junto à comunidade e com a sociedade em geral.

4 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Nos anos 70, o Brasil passava por uma das maiores crises já enfrentadas. As fábricas fechando, o desemprego, a dívida com o petróleo aumentava e a desigualdade socioeconômica levava a maioria das pessoas empobrecidas a uma maior situação de vulnerabilidade.

Diante das consequências da crise e como forma de superação, as experiências cooperativistas populares foram se formando por moradores de periferias urbanas, sustentadas por setores da Igreja Católica. Havia sido formados pequenos empreendimentos solidários nomeados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Apoiados pela Cáritas²⁴ Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esses grupos produtivos se desenvolveram, principalmente no Rio Grande do Sul.

Foi somente na década de 1990, quando surgiram empresas industriais com inspiração autogestionária, no contexto de elevado desemprego, que a expressão Economia Popular Solidária ganhou de fato maior visibilidade. Segundo (SINGER, 2002), os empreendimentos foram ocupando diferentes espaços em diferentes setores da sociedade. Experiências que foram se somando e reforçando a necessidade de uma outra economia.

Em 1991, os empregados da fábrica de calçados Makerli, da cidade paulista de Franca, decidiram assumir a direção da empresa, dado que o término de suas atividades eliminaria mais de 400 postos de trabalho diretos. Junto com o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas local, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), eles buscaram o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para assumir aquele projeto. Afirma SINGER, 2002 p. 123, "naquele momento, reuniram-se os integrantes com experiências semelhantes e se organizaram para a criação em 1994 da Associação Nacional de

²⁴Cáritas é uma organização que há 60 anos vem desenvolvendo trabalhos de combate à pobreza no Brasil e há 30 anos apóia os empreendimentos da Economia Popular Solidária. Dados da coordenação Cáritas Curitiba no Encontro Estadual de Economia Popular Solidária, 26/03/2017 em Curitiba/Pr.

Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)²⁵, em São Paulo".

Por que Economia Popular e Solidária? O sentido da expressão popular tem uma relação maior com o povo, especificamente com as pessoas que são mais vulneráveis na sociedade. A expressão solidária, atualmente tem repercussão abrangente e, nem sempre tem a força de transformação das realidades de pobreza.

Singer (2014), em uma entrevista na Rede Brasil Atual, ao responder sobre quando surgiu o conceito e o nome Economia Solidária, faz referência à luta popular em São Paulo. O nome surgiu durante a campanha eleitoral de 1996 para a prefeitura de São Paulo em que tinha a candidata do PT, Luiza Erundina e em uma das reuniões de participação popular foram levantadas as ideias do que viria a ser Economia Popular e Solidária.

Acrescenta ainda Singer (2014), apesar de que muitas iniciativas de solidariedade e de luta contra o desemprego já existiam, pois parte da população vivia o contexto de grande miséria e a classe mais atingida organizava-se em Movimentos Populares. Ele faz questão de afirmar que é preciso considerar na história as ações de Herbert José de Sousa (Betinho), sociólogo e ativista social, militante político que liderou o "Natal sem Fome". O Movimento contra a Fome e a Miséria recebeu incentivo de instituições e do povo em geral,

Betinho idealizou e colocou em prática o movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e pela Vida, em junho de 1993. O projeto iniciou-se por meio da arrecadação de alimentos e distribuição desses às famílias carentes. A população brasileira prontamente atendeu o chamado e a arrecadação foi espetacular: nada menos que 600 toneladas de alimentos. Hoje, existem cerca de 500 comitês espalhados por todo o Brasil e pelos países França, Suíça, Inglaterra, Canadá, Itália, Estados Unidos, Japão e Chile (GUIMA, 2003).

Esse sociólogo deixou exemplo de luta pela democracia, segundo ele, a política deveria realizar-se por meio da ética e na qual a ética fosse uma forma

²⁵A Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão, a ANTEAG, tem suas origens em meio à conjuntura política e econômica do Brasil do início da década de 90, momento de abertura do mercado nacional ao internacional e apogeu da chamada 3ª reestruturação industrial, com seu avanço tecnológico e a substituição da força humana pela automação. A organização das empresas em uma associação passou a ser uma necessidade. (...) Com o agravamento do desemprego e a pobreza no país, a ANTEAG passou a atuar também, principalmente em parceria com o poder público, na constituição de empreendimentos coletivos com a população das periferias das grandes cidades que ingressava nos programas sociais. (SINGER, 2002, p. 121).

superior de realização da política (BETINHO, 1997). Paul Singer (2014) reconhece que a organização de Betinho está no início da história da Economia Popular e Solidária no Brasil, já que os anos 90 foram decisivos para encontrar mecanismos de superação do desemprego no país e, a economia solidária foi uma das alternativas para o combate à pobreza por meio dos vários empreendimentos que foram se organizando, multiplicando e, em pouco tempo, sendo reconhecidos pelo povo brasileiro, alcançando maior visibilidade nos governos de Inácio Lula da Silva e de Dilma Housseff, com os programas de combate a fome²⁶.

O desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) exige muita organização e participação, vê-se que as mulheres têm sido atuantes no cenário brasileiro, vozes instigantes na luta por mais Direitos. Elas participaram na I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), em 2006, que teve como tema principal “Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico Solidário do Brasil” (CUNHA, 2014, p. 83).

Essa participação fez com que as pessoas comprometidas na transformação por um Brasil melhor se unissem cada vez mais e chegassem à II Conferência, a qual aconteceu em 2010; a participação nas etapas preparatórias à II CONAES foi expressiva. Foram realizadas várias etapas regionais e estaduais, totalizando 180 Conferências Regionais e Territoriais, abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos seguimentos representativos locais da EcoSol. O tema escolhido para a II CONAES foi “o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento” (CUNHA, 2014, p. 86).

²⁶ O combate à fome no Brasil passou por três fases. Até os anos 30, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles. Desse período até o final dos anos 80, a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e controle da oferta. Finalmente, com o início dos anos 90, os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, através da desregulamentação do mercado na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e alcançando a cidadania. Com base nessa visão mais holística, o Cartão Alimentação (PCA), uma das principais ações do Programa Fome Zero em 2003, foi regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 4.675, publicado no Diário Oficial de 17/04/03. Esse decreto definiu o valor e a duração do benefício: R\$50,00 para cada família com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo, por seis meses, prorrogáveis por mais dois períodos de seis meses. O objetivo do Programa era que nesse prazo fossem implementadas ações estruturais que transformassem a condição de vida das famílias, com a redução do risco de insegurança alimentar. O titular do Cartão Alimentação era a mulher responsável pela família (BALSADI, 2012).

Na III CONAES²⁷ todos os debates realizados foram pautados pelo tema "Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável" (PNAES 2015-2019, p. 04).

As iniciativas econômicas solidárias, segundo o Plano Nacional de Economia Solidária, têm se ampliado e os resultados são relevantes no cenário brasileiro, apesar dos avanços, há desafios estruturais e institucionais que permanecem e precisam ser enfrentados para a consolidação da EcoSol enquanto estratégia de desenvolvimento. Os empreendimentos econômicos solidários enfrentam grandes barreiras institucionais que limitam a plena expansão de suas potencialidades, conforme consta no documento PNAES 2015-2019:

a política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e a sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira. Nesse sentido, os últimos anos foram fundamentais para a expansão das políticas públicas de economia solidária em âmbito nacional, fortalecendo um amplo movimento que envolve os esforços de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais, cuja finalidade é potencializar estratégias de geração de trabalho associado e de cooperação em atividade de produção, comercialização e consumo, articuladas a processos sustentáveis e solidários de desenvolvimento (PNAES 2015-2019, p. 03).

Entre as diretrizes do Plano Nacional de Economia Solidária está a garantia de que todas as ações voltadas para a Economia Popular e Solidária sejam programas, projetos; sejam os editais públicos em geral, que estes tenham um recorte transversal com a questão de gênero, que possam prever e estabelecer ações e recursos que permitam às mulheres participar ativamente das atividades de formação, profissionalização, produção e comercialização, tendo suporte de meios que as auxiliam, como creches e outros cuidados com os filhos, familiares, idosos e com necessidades especiais (PNAES 2015-2019, p. 35).

²⁷ Nos dias 26 a 29 de novembro de 2014, em Brasília/DF, houve uma participação de mais de 1.600 pessoas entre delegados/as, convidados/as e observadores/as. Como na Conferência anterior, a preparação foi intensa, houve a realização de 207 Conferências Territoriais e Municipais com 16.603 participantes; Nas Conferências Estaduais a participação chegou a 4.484 delegados/as e também nas cinco Conferências Temáticas Nacionais com a participação de 738 pessoas, somando um total de 21.825 pessoas mobilizadas em 1.572 municípios. (PNAES 2015-2019, p. 04).

Na trajetória da Economia Popular e Solidária no Brasil foi necessária a organização de uma Secretaria Nacional (SENAES²⁸), essencial para continuar desenvolvendo-se e oficializar-se como Política Pública. Criada em 2003, a SENAES fazia parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), porque a Economia Popular e Solidária se reconhecia como parte do movimento operário, por ser o MTE um ministério de proteção ao trabalhador, parceiro dos sindicatos e de todas as formas de organização da classe trabalhadora.

Considerando que os empreendimentos da sociedade civil são eficazes para a efetividade de Políticas Públicas, SINGER, 2014 ressalta que a SENAES é uma secretaria de todos os movimentos sociais, devido à sua grande preocupação com as mudanças que precisam acontecer na sociedade. Uma das coisas que para ele é motivo de orgulho, é que os principais movimentos sociais do Brasil hoje estão na Economia Popular e Solidária e, que as mulheres são a vanguarda na materialização dessa economia de respeito à dignidade humana.

No Brasil e em outros países, as experiências vêm demonstrando que é possível viver outra forma de relações de trabalho que não seja a relação capitalista. Singer se mostra otimista e compreende que SENAES foi um dos pilares fundamentais, para o processo de desenvolvimento da Economia Popular e Solidária e, para que o povo brasileiro pudesse se organizar em Fóruns, seja nacional, estadual e municipal com projetos de maior organização dos empreendimentos e apoio dos governos para a elaboração de políticas públicas.

Segundo Singer (2014), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é o nosso grande parceiro. A Senaes e o Fórum (FBES), foram criados juntos, "são irmãos gêmeos", boa parte das políticas em Economia Popular e Solidária nasceu por meio do Fórum e temos mais da metade dos Estados brasileiros hoje, com leis de Economia Popular e Solidária, isso possibilita maior relação entre Estado e sociedade civil organizada estabelecendo convênios com centenas de municípios. Essa relação entre Estado e sociedade civil, na atual conjuntura brasileira é um dos maiores desafios, pois os incentivos do governo, por meio dos projetos que estavam mantendo a população trabalhadora em seus empreendimentos, foram reduzidos ou até mesmo, alguns terminados por completo.

²⁸ A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante a permanência de Singer, como secretário da SENAES (período de 2003 - 2016), muitas chamadas públicas foram efetivadas atendendo aos projetos de apoio às Redes de Cooperação Solidária. O objetivo era apoiar os projetos incentivando as pessoas dos diferentes empreendimentos para que contribuíssem na redução das desigualdades socioeconômicas e o resgate da população, que se encontrava em situação de extrema pobreza²⁹. O primeiro Mapeamento Nacional foi idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Em 2006, o término da etapa principal de coleta de informações resultou em uma base de dados sobre 15 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES), envolvendo uma população estimada de 1,2 milhões de participantes, em todos os Estados do país e em 41% dos municípios (GAIGER, 2007, p.58). Em fins de 2007, uma pesquisa de campo complementar propiciou a inserção de mais sete mil empreendimentos na base de dados. Segundo o último mapeamento realizado pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), até 2013 já constava com mais de dezenove mil empreendimentos, como: cooperativas, associações, bancos comunitários, incubadoras, etc. São pessoas que fazem acontecer uma economia de respeito à dignidade humana e à preservação do ambiente em que vivemos.

Em 2017, nos deparamos com um cenário brasileiro de desmonte de direitos dos trabalhadores, o aumento diário do desemprego, a porcentagem é alarmante, chegando a 12,4% com previsão que poderão chegar a 13,6 milhões de desempregados até o final desse ano (Dados da OIT, 2017). Hoje, a crise política se soma à crise econômica e se apresenta como uma ameaça aos direitos da população, principalmente aos direitos das pessoas mais vulneráveis.

A Economia Popular e Solidária se encontra diante de um cenário nacional brasileiro com dificuldades para continuar com futuros convênios, houve o desmantelamento da SENAES, isto é, toda a equipe de Singer sai e passa a ser uma subsecretaria, mas ao mesmo tempo, tem um campo de possibilidades para a

²⁹ Segundo os dados do Portal Brasil, 2015, foram investidos R\$ 541 milhões nos empreendimentos da EcoSol, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 339 projetos desenvolvidos – desde 2007 – em 2,5 mil municípios das 27 unidades da Federação. No site da secretaria do governo federal, 2015, está expressa que as ações de Economia Solidária compõem a estratégia de inclusão produtiva do "Plano Brasil Sem Miséria", as quais, contribuem para a redução da miséria e da desigualdade no país. Entre 2011 e 2014, foram beneficiadas 241 mil pessoas e apoiados 11 mil empreendimentos econômicos solidários que atuam na geração de oportunidades de trabalho e renda com pessoas em situação de pobreza extrema. (SINGER, 2015).

população desempregada enfrentar a insegurança e driblar a pobreza que "bate às portas" novamente. O comunicador social, Marcelo Inácio de Sousa é sócio da Aldeia Mundo e secretário executivo do FESDFE (Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal), afirma:

do ponto de vista técnico, a Subsecretaria de Economia Solidária deve continuar como "unidade gestora", ou seja, ela deve manter sua autonomia estrutural para prestação de contas e pagamento de parcelas. Mas do ponto de vista político, existe o grande desafio de implementar o Plano Nacional da Economia Solidária, de garantir a paridade de forças no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e de aprovar a Lei Nacional de Economia Solidária, que se arrasta há quatro anos na Câmara dos Deputados. Do ponto de vista econômico, nenhuma novidade: a luta pela emancipação das pessoas passa pelo enfrentamento da política econômica que sempre esteve aí. Ela continua. (SOUZA, 2017).

Em meio aos problemas relacionados à conjuntura nacional brasileira, nos encontramos diante dos maiores desafios do momento, que é persistir como Movimento Popular organizado, unindo as iniciativas do campo e da cidade e mantendo o vínculo que é, sobretudo, a diminuição das desigualdades para a garantia de direitos.

A luta pela emancipação humana é constante, pois ainda não foram superadas as ideologias de domínio do mais forte sobre os mais fracos. As políticas públicas nem sempre atendem às necessidades dos que realmente precisam e, quanto à política pública de Economia Popular e Solidária no Paraná, a mesma está dando os primeiros passos. Por isso, exigem dos grupos organizados da sociedade civil maior controle social e participação.

O próximo capítulo apresenta a trajetória das pessoas envolvidas na Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, Rede Fermento na Massa. Está sendo construída sob a ótica da solidariedade e é uma economia de cooperação e de respeito à dignidade humana.

4.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM REDE SOLIDÁRIA

O entendimento da expressão Rede Solidária é recente, embora já vivenciado desde muito tempo. Principalmente na década de 90, as mulheres já eram guerreiras na luta contra as causas do desemprego na região de Curitiba, entre outras organizações estava esta, que, em 2017 se encontra fortalecida pelos

princípios da Economia Popular e Solidária. Tal empreendimento, nos anos 90 era apoiado pelos integrantes da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, no bairro Sitio Cercado, Região sul de Curitiba, Paraná. O trabalho inicial visava ajudar cerca de vinte famílias empobrecidas, integrantes da Paróquia. Era um trabalho manual, se utilizava de muita energia física e cooperação para ter bons resultados. A venda dos pães gerava um fundo econômico para a compra de cestas básicas, doadas mensalmente às famílias. Nesse período o povo brasileiro passava por uma forte crise de desemprego e muitos viviam o drama da escassez de quase todos os recursos básicos de sobrevivência, como, saúde, educação, alimentação e moradia (KNAPIK, 2007).

Conforme dados de Glória Gohn (2004, p. 296), no cenário brasileiro dos anos 90 visualizava-se um conjunto enorme de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar com a sociedade civil, afirma:

a construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental (GOHN, 2004, p. 301).

O papel de mediação vai sendo sedimentado por meio das práticas de solidariedade com princípios éticos, resgatando as relações pessoais. Nesse período os mediadores eram: CÁRITAS, Centro Comunitário Padre Miguel (CECOPAM) e Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo (CEFURIA). Mais tarde, com o fortalecimento da organização e muita reivindicação houve também o apoio estatal.

Diante das necessidades básicas das pessoas que vivenciaram as consequências do êxodo rural nesse período, as iniciativas foram relevantes, as pessoas estavam envolvidas com o objetivo de combater, principalmente a fome e buscaram apoio do Fundo de Miniprojetos em 1996, que viabilizou a compra de equipamentos para a primeira padaria comunitária.

Em 2005, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA conseguiu junto ao Governo Federal um projeto para a compra de mais equipamentos. Foram se ampliando os espaços e os debates com o surgimento de novas padarias e, dois anos depois, em 2007, foi criada a Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, tendo como objetivo principal a melhoria e a organização conjunta dos participantes e o estabelecimento de relações mais seguras como uma entidade formal, para isso foi elaborado o Estatuto.

Artigo 4º - A Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa será guiada pelos seguintes princípios: a) Valorização do trabalho pela cooperação mútua, democracia e solidariedade entre os integrantes. b) Desenvolvimento sócio econômico autossustentável. c) Construção da cidadania pelo incentivo e prática da ética, cooperação, autogestão, democracia e solidariedade. d) Prática do consumo solidário com a produção (ESTATUTO, 2007, p. 2).

O capítulo VII do Estatuto trata da coordenação, a qual é composta de um(a) coordenador(a), um(a) tesoureiro(a), e um(a) secretária associado(a) e escolhido(a) por eleição direta na Assembleia Geral, para um mandato de dois anos. Em setembro de 2017 houve a Assembleia e uma nova equipe assumiu os trabalhos da coordenação.

Em 2016 foi aprovada a Lei Municipal de fomento à Economia Popular e Solidária em Curitiba, Paraná, Lei (número 14.786), a qual é resultado da luta, reflexão e participação das pessoas envolvidas, por quase três anos de debates. A assinatura do prefeito Gustavo Fruet veio um mês depois da aprovação do Projeto de Lei (PL) na Câmara Municipal de Vereadores. O texto que deu origem à Lei é resultado da 1ª Conferência Municipal da Economia Popular e Solidária de Curitiba, realizada em julho de 2013, e das reivindicações feitas há anos pelos coletivos e organizações atuantes na construção desta outra forma de economia. A Lei está dividida em quatro capítulos:

1) política municipal de fomento à economia solidária; 2) apoio do poder público aos empreendimentos solidários, por exemplo, com linhas de créditos especiais, taxas de juros e garantias diferenciadas; 3) criação do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS), com representantes do Executivo (Secretaria Municipal de Abastecimento, Agência Curitiba de Desenvolvimento e FAS), de empreendedores ligados ao segmento e de entidades de apoio; e 4) criação do Selo de Economia Popular e Solidária, que servirá para identificação dos empreendimentos pelos consumidores (CEFURIA, 2016).

Atualmente existem Padarias Comunitárias espalhadas por Curitiba e região Metropolitana. Conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 1 - Padarias e Cozinhas comunitárias que conformam a Associação Rede Fermento na Massa.

Nº.	Curitiba - Paraná	Região
1	Vida Nova	Campo de Santana
2	Monte Carmelo	Pinheirinho
3	Nossa Sra. Aparecida	Bairro Novo A
4	Santa Isabel	Sítio Cercado
5	São Tiago	Bairro Novo B
6	Mãos de Fada	Bairro Novo A
7	São Sebastião	Sítio Cercado
8	Santa Maria da Vitória	Sítio Cercado
9	Nossa Senhora Auxiliadora	Sítio Cercado
10	Que Delícia	Ganchinho
11	Cecopam	Xaxim
12	São Pedro	Cajuru
13	Pão Nosso	Vila Fanny
14	Nossa Senhora da Luz	CIC
15	Sagrada Família	CIC
16	Novo amanhecer	Fazendinha
	Irati - Paraná	
17	Sabores do Campo	Guamirim
18	Nutres	Pedreira
19	Sabores da Vovó	Liberdade
	Mallet - Paraná	
20	Mulheres Mãos na Massa	Dorizon
	Lapa - Paraná	
21	Terra e Pão	Assentamento Contestado
	Campo do Tenente - Paraná	
22	Santa Terezinha	Escola Homero Grein
	Quitandinha - Paraná	
23	Santa Rita	Cai de Baixo
	Pinhais - Paraná	
24	Santo Antonio Maria Claret	Pinhais
	Piraquara - Paraná	
25	Mãe de Deus	Vila Nova
26	Amizade	Sebastião de Siqueira
27	Belvedere	Guarituba Redondo
	Colombo - Paraná	
28	Santo Antonio	São Gabriel
	Almirante Tamandaré - Paraná	
29	Pão da Vida	Lamenha Grande
30	Nova Semente	Jardim Roma

Fonte: Multiplicando as Sementes, p. 16-21, 2016.

Estas padarias estão organizadas em Territórios e um Conselho Gestor, o qual é formado por representantes que participam mensalmente de reuniões.

Com essa organização, as mulheres contam com o companheirismo e o fortalecimento na luta, valorizando a participação feminina em várias conquistas que revelam a cidadania. Para Rozalba Eliane Gomes Wisnievski, integrante da Padaria Comunitária Cecopam, localizada no Xaxim, a aprovação da lei concretiza um sonho de anos. Assim ela expressa, “a gente trabalha com tanto carinho e disposição e se sentia muito mal por não ser reconhecidas e valorizadas. Muita gente nem conhecia a Economia Popular e Solidária, e agora vem uma lei, para ajudar a mudar isso”.

Salienta também o educador popular do Cefuria, Luis Alves Pequeno, que a aprovação foi um momento de conquista histórica. Segundo ele, ao normatizar a Economia Popular e Solidária, a nova lei deve permitir o avanço de empreendimentos solidários em diversos aspectos. Afirmando que “hoje esses coletivos não pode fazer certas coisas, como terem direito a pontos de venda públicos por estarem na informalidade. Com a nova lei, isso vai ser possível. Isso é fruto do trabalho – principalmente de mulheres – há décadas”.

Segundo as estatísticas dadas pelas integrantes das Padarias Comunitárias, o trabalho organizado na Rede Solidária está crescendo a passos significativos, embora a crise política e econômica afete a todos.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de pessoas que, de alguma forma está contribuindo para as mudanças de pensar outra economia.

Quadro 2 Total de pessoas envolvidas nas Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa

Pessoas envolvidas	Total mensal
Trabalhadores(as) nas Padarias Comunitárias	96
Consumidores(as) das comunidades e sociedade em geral	15.000
Eventos diversos (aniversário, casamento, cursos, assembleias)	2.000
Feira Campo Cidade (Assentamento Contestado - Cecopam)	800
Total de pessoas	17. 920

Fonte: Dados da pesquisa empírica, mulheres na luta, Rede Fermento na Massa. Curitiba, 2017.

São cinco Territórios organizados onde os grupos recebem formação voltada para a construção da cidadania, cursos técnicos e trocas de experiências; participam

em feiras de economia solidária e se encontram presentes também em grandes mobilizações como: "Grito dos Excluídos", "Romaria da Terra", "Fórum da Democracia". Entes são espaços de debates, de solidariedade e de conscientização na luta por melhores condições de vida e de políticas públicas que atendam as necessidades da população.

O "Fórum da Democracia" aconteceu em Curitiba nos dias 05 a 15 de agosto de 2016, chamado também de "Circo da Democracia", (ANEXO C), foi um espaço de concentração organizado em uma das praças de Curitiba, onde se realizou o fórum público. Nele foram discutidos os temas sobre democracia, educação, política, justiça, arte e cultura, economia solidária e comunicação. Contou-se com a presença da presidente afastada Dilma Rousseff, do senador Roberto Requião e outras lideranças políticas consideradas progressistas. Ao longo dos dez dias foram realizados eventos culturais, aulas públicas, grupos de trabalho e oficinas.

Um dos organizadores do Fórum, o professor de Direito da Universidade Positivo, Eduardo Faria, comenta que o Circo da Democracia remonta a experiência que ocorreu em 1987, com o Circo da Constituinte e na sua compreensão, esse é um momento em que foi consolidada a constituição atual, em que se debateu a passagem do regime autoritário para o regime democrático.

Hoje, há uma instabilidade no regime democrático e novamente volta-se a ideia do Circo da Democracia. Estiveram presentes também as mulheres do campo, da cidade, das várias frentes de trabalho e Centros Acadêmicos, juntos homens e mulheres olhando para o objetivo comum. Uma sociedade pautada no respeito à democracia, nas relações mais igualitárias e na valorização do ser humano.

Juntamente com algumas mulheres da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias marcamos presença e testemunhamos a importância de trabalhar em Rede Solidária. Salete Bez, que é líder de Movimentos Sociais e apoiadora da Economia Popular e Solidária, ali no espaço do fórum afirmava que a Política Pública de Economia Popular e Solidária no Paraná tem avançado significativamente, e que essa organização tem dado grandes resultados, principalmente na prática de uma economia mais consciente, na valorização do trabalho das mulheres com vistas ao empoderamento, isto é, o fortalecimento do compromisso das mulheres, não é só fazer o pão, confinadas ao espaço das padarias, mas, sobretudo, nesses espaços públicos de participação.

As mulheres socializam todas as atividades que realizam nos ambientes da produção (ANEXO D) repartem sabedoria, criatividade naquilo que fazem. Embora, afirmam que ainda falta muito, para chegarem a um trabalho consciente de outra economia. Elas buscam mais fortalecimento nas ações para a garantia de direitos, por isso, participam dos vários eventos que são programados e, muitos desses encontros são organizados por elas mesmas.

A Ciranda das Mulheres foi um evento programado e organizado pelas mulheres e para as mulheres. Elas se encontraram em Curitiba, Paraná, nos espaços do Cecopam - Centro Comunitário Padre Miguel. (ANEXO E) A dinâmica do momento contou com o apoio do Cefúria - Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo. O encontro foi especialmente voltado às trabalhadoras que integram a Rede de Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, presente em Curitiba e em outros nove municípios paranaenses. Um encontro de vidas e histórias, cujo foco foi o fortalecimento das mulheres. As atividades tiveram como intuito provocar uma reflexão crítica e, ao mesmo tempo, sensível com cada uma das participantes. Em dinâmicas que se estenderam pelo período da manhã e da tarde, as assessoras incentivaram o protagonismo das mulheres, por meio da discussão de temáticas como: feminismo, questões de gênero, trabalho, direitos, violência, entre outras.

Muitas são as oportunidades que as mulheres organizadas da Rede Fermento na Massa têm de participar (ANEXO F). No dia 26 de março de 2017, realizou-se o Encontro Estadual de Economia Popular e Solidária quando, então, celebrava também os 10 anos da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa.

A pauta do dia desenvolveu-se com a análise de conjuntura, oficinas sobre fundo solidário, incidência política, comercialização e articulação territorial, além de uma feira de trocas. Muitas foram as propostas para continuar estabelecendo a relação de economia entre campo cidade, de forma que todos/as possam usufruir dos frutos de um trabalho solidário, que preza pela dinâmica das transformações necessárias para a atual sociedade brasileira (ANEXO G).

O fazer o pão dentro das Padarias Comunitárias não limita as pessoas somente ao espaço privado como era entendido anteriormente, "Lugar de mulher é na cozinha", mas proporciona a essas pessoas um novo olhar sobre o trabalho e

sobre as relações fundadas no diálogo, na cooperação, na relação de gênero que coloca o respeito e a dignidade humana em primeiro lugar.

Os espaços de participação das mulheres envolvem não só o trabalho que as ajudam na superação das dificuldades econômicas, do desemprego, mas são, sobretudo, espaços onde estão gerando uma vida pautada no trabalho coletivo, na solidariedade, na cooperação, na consciência crítica do seu ser mulher, com autonomia.

Percebeu-se que existe entre as pessoas que integram a Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, a consciência de que é possível mudar as relações de submissão, e isso repercute no grupo familiar, dinamiza o trabalho solidário e contribui para novas relações na sociedade em geral. A partir das experiências, sobretudo das mulheres, entende-se que a educação é garantia de emancipação, embora a emancipação não esteja centrada apenas nas atividades práticas, pois ela se amplia nas relações de autonomia e fortalecimento do ser humano mulher, frente às relações de desigualdades, nos espaços das padarias onde vai gerando autogestão e autoconfiança.

Percebe-se que a organização e a vivência desses trabalhos desenvolvidos em Rede Solidária fortalecem a relação de trabalhadores/as autônomos/as, assim como o processo educacional. (ANEXO H) As mulheres, em sua maioria, são agentes de transformação e entendem que participar da Rede é assumir com todos os envolvidos e, no grupo de trabalho todas as atividades que compreende a organização, porém, sabem que participação vai além desse espaço da produção material.

Como agentes de transformação, as mulheres da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa têm consciência de que é preciso buscar mais informações, qualificar-se no que fazem, contribuindo na partilha dos conhecimentos e oportunizando a inclusão social. Este dado contribui respondendo os questionamentos propostos neste trabalho, sobre o processo da autonomia e das relações de gênero.

Para melhor atender as necessidades e favorecer a comunicação, os integrantes da Associação participam nos Territórios, com o assessoramento de cursos técnicos e com o desenvolvimento de criatividade, que são socializadas e fortalecem as relações de trabalho, de planejamento e de solidariedade.

A assessoria para novos integrantes nos trabalhos das padarias comunitárias é feita pelas próprias integrantes (ANEXO I) que já têm experiências e condições de repassar as informações, possibilitando treinamentos dentro das padarias que são determinadas em consenso por territórios. Recebem também apoio de estudantes de universidades (estagiárias) e também, quando se trata de assessorar outros empreendimentos, as mulheres das padarias também marcam pauta. Exemplo disso aconteceu no curso, em novembro de 2016, em que

a assessoria se deu por duas integrantes da rede de padarias comunitárias Fermento na Massa, Nair de Queiroz Cunha e Rosângela Schiocchet; duas profissionais do campo da identidade visual, Helena Cantão (estudante de design e membro da Incubadora Tecsol/UTFPR) e Tatiane Dedini (Design Gráfico); Fabiane Bogdanovicz (psicóloga) e Dayana Lilian Rosa Miranda (consultora em planejamento) da gestão e ecosol. Finalizando o corpo técnico de envolvidos, o coletivo teve acompanhamento dos educadores no Cefuria, Luis Pequeno e André de Souza Gedel. Os processos pedagógicos, além das oficinas técnicas específicas, compreenderam noções de Economia Solidária (ecosol); noções de gestão de Empreendimentos Solidários; Criação de Identidade Visual; Intercâmbio com redes de economia solidária; Confecção de Planos de Sustentabilidade, entre outras (GEDEL & PEQUENO, 2016).

No espaço acadêmico, muitas são as análises voltadas para a aproximação do científico com o pragmático e várias contribuições de experiências participativas estão reforçando as ideias inovadoras, valorizando e apoiando as relações solidárias. Atualmente, tem dado certo as parcerias das universidades com as organizações populares, exemplo disso é a "Trilhas Incubadoras Social Marista" na PUCPR, que vem atuando na área de assessoramento, apoiando os empreendimentos da Economia Popular Solidária e, segundo Lourença Santiago, coordenadora dessa Incubadora, afirma que, a "Trilhas" foi indicada para a composição da Comissão Estadual do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), como representante das entidades de apoio em Economia Popular e Solidária. Entende-se que são compromissos assumidos em parcerias com os grupos organizados e que resultam em trocas de experiências e conhecimentos que geram relações mais igualitárias.

A participação das mulheres em outros ambientes de formação cidadã faz a diferença no trabalho voltado para a economia solidária e gera outras formas de

conviver e valorizar as diferenças culturais presentes, seja no meio rural e/ou no urbano.

4.1.1 Educação Popular nos projetos da Economia Popular e Solidária

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁰ foram fundamentais na formação da consciência crítica de muitas lideranças. Ao fazerem a opção preferencial pelos pobres, assumiram com essas pessoas, as consequências de viver nos espaços da periferia, tais como: as comunidades empobrecidas, as ocupações irregulares para morar e viver de forma simples ao lado do povo trabalhador.

Segundo Maritza Montero (2004), a prática em comunidades envolve várias dimensões, como a ontológica, epistemológica, metodológica, ética e política. Ao considerar estas dimensões a partir da comunidade, a pessoa é respeitada na totalidade do seu ser, independente da condição socioeconômica, política e cultural. Essas dimensões levam o indivíduo a questionar-se sobre quais são os agentes externos. Assim como questões relacionadas à política, ao emprego e às condições básicas como saúde, moradia e educação. E, ainda que tipo de relação existe entre agentes externos e internos? A comunidade é o espaço para que a dimensão ética seja vivenciada em profundidade, pois busca superar as relações de dependência e dominação. A dimensão política contribui para a maior consciência e relaciona-se à finalidade e aplicabilidade do conhecimento.

La Psicología Comunitaria propone una participación, cuyo carácter político se muestra en la función desalienante, movilizadora de la conciencia y socializadora, que puede tener la praxis llevada a cabo. Desalienar y concientizar se plantean como procesos que forman parte de la reflexión que busca contrarrestar los efectos ideológicos de estructuras de poder y de dependencia. Y esa participación no busca sólo remediar algún mal, cumplir algún deseo, sino además generar conductas que respondan a una proyección activa del individuo en su medio ambiente social, así como una concepción equilibrada de ese medio y de su lugar en el (MONTERO, 2004, p. 106).

³⁰Comunidades Eclesiais de Base são formadas por integrantes da Igreja Católica, com o objetivo de unir fé e política. Tem seu embasamento na Teologia da Libertação e as pessoas têm uma consciência de que as mudanças socioeconômicas e políticas são possíveis, se unir essas duas dimensões com ética e respeito.

Por meio de uma consciência crítica, questiona-se para que saber e em benefício de quem o saber é produzido e quais são seus efeitos sociais.

Foi com a perspectiva de mudança social, de diminuição das desigualdades sociais e de educação popular, que nasceu o Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo (CEFURIA)³¹. Em agosto de 1981, no contexto do fim da ditadura militar, quando movimentos populares e sindicais viviam uma retomada da organização e das lutas por mais direitos humanos, sociais e políticos. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) protagonizavam as ações inspiradas na Teologia da Libertação, principalmente com as posturas revolucionárias de Leonardo Boff e Frei Beto³².

Nos anos 70, várias lideranças cristãs de Curitiba foram morar nos bairros periféricos, especialmente na região sul da cidade - Boqueirão, Pinheirinho, Xaxim, Sítio Cercado - dando início a novas formas de organização popular, as quais foram se adaptando às necessidades emergentes nas décadas seguintes.

Com o trabalho de base a Igreja estaria não só preparando o povo como força viva nos movimentos, mas, sobretudo, conferindo a ele o processo de tomada de decisões - de baixo para cima - inaugurando uma nova fase no caráter dos movimentos sociais, caracterizado basicamente, pela democracia interna e pela autonomia e independência em relação ao Estado e aos partidos e organizações políticas (DOIMO, 1984, p. 35).

A criação do Centro de Formação partiu de integrantes de pastorais sociais, militantes políticos e líderes comunitários. O CEFURIA carrega no nome, uma homenagem à Irmã Araújo, lutadora que dedicou a vida à organização da população empobrecida na região sul de Curitiba.

Entre os principais objetivos do CEFURIA estão: organizar e fortalecer grupos autogestionários de economia popular solidária, visando à construção de um projeto econômico contra-hegemônico; fortalecer a comunicação popular, aliada à formação crítica sobre os grandes meios de comunicação e à luta pela democratização da

³¹ Com a intenção de contribuir para a memória e a divulgação das lutas populares do Estado, o CEFURIA mantém o Centro de Documentação e Biblioteca Popular Mara Vallauri – CEDOC, espaço de pesquisa aberto ao público em geral, com foco em publicações ligadas aos Movimentos Sociais, Educação Popular e Socioeconômica Popular Solidária. Junto ao CEDOC está a Videoteca Popular, com mais de 700 títulos que abordam diferentes áreas temáticas (<http://www.cefuria.org.br>).

³² Os quais procuram fazer um discurso crítico religioso sobre fé e política, na busca de superação da alienação política e religiosa, transformando o discurso e a prática religiosa, sobretudo no campo do catolicismo, em um discurso profético e de denúncia da realidade sócio-político-econômica em que passava o país.

mídia; e promover espaços de articulação entre as organizações do campo e da cidade, impulsionando a luta pela soberania alimentar e processos organizativos na periferia da grande Curitiba. Conta com um grupo de Educadores Populares, pessoas comprometidas profissionalmente e com grande sensibilidade, que socializam os conhecimentos no intuito de que os mesmos façam a diferença na vida da pessoa humana, sobretudo daquelas que ali participam.

A Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia popular solidária “História Social do Trabalho”, conhecida também como “Escolinha de Economia Solidária” é um curso de formação que tem por objetivo: ampliar o coletivo de educadores em Economia Popular Solidária e para cooperar no trabalho de acompanhamento nos diversos empreendimentos, tais como, clubes de troca, padarias comunitárias, catadores de materiais recicláveis e outras iniciativas de trabalho e renda, nas quais se desenvolvam valores não capitalistas. Possibilita aos integrantes do coletivo de educadores e animadores destas iniciativas, os instrumentos teórico-metodológicos, tendo como referência o pensamento de Paulo Freire. Procuram resgatar o trabalho como construtor da vida humana, desvelando o emprego como uma das formas sociais historicamente possíveis, porém não a única.

Procurando sempre o crescimento do pão, as mulheres também vão moldando e fazendo crescer a organização para melhor atender a todas as pessoas, as envolvidas diretamente e também as que indiretamente participam ou apóiam.

Os Territórios como espaços de organização e de consciência política, foram organizados para melhor responder às necessidades das pessoas que estão trabalhando nas Padarias e Cozinhas Comunitárias mais próximas. Nesses espaços são organizados periodicamente encontros de formação com embasamento de temas voltados para o desenvolvimento humano e direitos da mulher, também da análise econômica no âmbito sócio-político de forma crítica, utilizando-se da pedagogia de Paulo Freire (ANEXO J).

Desde o início do ano de 2017, os integrantes da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, Rede Fermento na Massa fazem a experiência de acolher pessoas em situação de rua que querem encontrar formas de superação de sua condição vulnerável. São jovens que têm demonstrado determinação e coragem para vencer os vícios e se agarrar num trabalho coletivo, autogestionário e solidário. Percebeu-se que existe a consciência de incluir mais trabalhadores/as que se encontram desempregados e que acreditam em outra forma de entender a

economia. Uma economia baseada na solidariedade, no respeito à natureza e ao ser humano.

Esse trabalho coletivo e de autogestão está organizado em cinco Territórios, que são: Cecopam, Piraquara, Vitória, Mãos de Fada e Irati.

Existe entre essas mulheres trabalhadoras, o processo de fortalecimento, elas estão procurando trabalhar temas de formação que tenham reflexão e conhecimento sobre o empoderamento e já entendem que estão trabalhando em Rede Solidária.

Paulo Freire (1994, p. 64), em "Cartas à Cristina", escreve, "A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa a acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo".

A partir da contribuição de Freire, se pode afirmar que essas padarias comunitárias têm um diferencial muito importante em relação a outras padarias. Elas se constituem como um espaço de formação, convivência, resgate da autoestima, geração de renda, relações que as fortalecem, as humanizam e as emancipam.

A autonomia passa a ser o elo de unidade no grupo e, ao mesmo tempo, de liberdade que significa a emancipação da mulher. "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 1980, p. 106). Com esta afirmação compreende-se que a autonomia tem um sentido sócio-político-pedagógico, cabendo à educação formar o ser humano consciente e crítico, capaz de transformar as estruturas opressoras e alienantes, mudando as condições concretas de heteronomia. Entende-se que, a autonomia se dá a partir da *práxis* que leva à libertação e que vai amadurecendo no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado, por isso,

no momento em que a indignação toma forma, nos contagia como maneira de colocar os nossos direitos e deveres em prática tornando-nos seres libertos e aptos a emancipar. Então podemos afirmar que mudar é possível e que os seres humanos não são puros expectadores, mas atores também da própria história (FREIRE, 2000, p. 53).

O termo emancipar, na ótica de Paulo Freire é entendido dentro de um processo de libertação, que passa pelo apropriar-se e experimentar o poder de pronunciar ao mundo a vivência da condição humana de ser protagonista de sua história. As mulheres organizadas nos cinco Territórios demonstram que estes são

espaços que favorecem a maior aproximação e consciência política de participação e cidadania. Elas reafirmam a ideia de que fazer o pão, especializar-se nessa tarefa, criar novidades na produção e na comercialização não é suficiente. É preciso viver o seu protagonismo que envolve a autonomia e, sobretudo a educação; na compreensão de Freire ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência mediante as várias decisões que vão sendo tomadas, e essas decisões implicam num esclarecimento que é obtido por meio da educação.

As ideias de Paulo Freire nos ajudam na explicação da emancipação feminina dentro do processo histórico da realidade brasileira, sabendo o quanto essas mulheres batalharam para terem direito à educação e que a organização delas pelos seus direitos não foi e não é um processo linear e sim, um processo de lutas com muitas conquistas e significativos desafios, nem sempre reconhecido pelos homens e, até mesmo, pelas próprias mulheres.

A dimensão metodológica que trabalha Maritza Montero diz respeito aos meios empregados para produzir conhecimento. “El aspecto más interesante en la dimensión metodológica comunitaria es la necesidad de generar métodos que se transformen al mismo ritmo que cambian las comunidades” (MONTERO, 2004, p. 98).

Nesse sentido, as mulheres da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa têm buscado, a partir das suas ações, a prática contínua de elaboração de perguntas e respostas frente à realidade. Elas têm buscado desenvolver metodologias que possibilitem a capacidade de mudar conforme a demanda das exigências na solução de problemas. Ao solucionar tais necessidades, ampliam-se os conhecimentos de tal maneira que gerem a construção de uma ação crítica e reflexiva de caráter coletivo. Exemplo, o café solidário.³³ Para isso, requer uma “metodología dialógica, dinámica y transformadora que incorpore a la comunidad” (MONTERO, 2004, p. 98). Com essa concepção metodológica, se percebe que a autora propõe a reflexão sobre as diferentes possibilidades de iniciativas, de intervenção e de avaliação que respondam às

³³ O café solidário é a organização do coletivo das Padarias que pertencem à Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa. Mulheres e homens trabalham por determinado Território na produção e venda antecipada. Toda a comunidade é convidada a sentar juntos em uma tarde para saborear os produtos e passar uma tarde de convivência e solidariedade.

características de cada comunidade, território e sobre os instrumentos metodológicos mais apropriados a cada realidade, para que os resultados sejam satisfatórios.

A contribuição de Montero (2004) é pertinente para o desenvolvimento do trabalho coletivo das pessoas que assumem o espaço da comunidade e desenvolvem a Economia Popular e Solidária. A metodologia dialógica, dinâmica e transformadora está também na base da organização popular.

4.1.2 Conselho Gestor Rede Fermento na Massa

As mulheres, trabalhadoras da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, depois de muita conversa sobre a necessidade de formar um grupo com representantes das padarias e cozinhas comunitárias, chega-se a um consenso e, em 2004 se concretiza, formando então o grupo que leva o nome de Conselho Gestor das Padarias e Cozinhas Comunitárias Fermento na Massa. Nasceu com o objetivo de: ser um animador dos grupos, isto é, dos territórios; gerenciar democraticamente e orientar o cuidado com os equipamentos adquiridos através dos projetos; comprometer-se juntamente com representantes do Cefuria de fiscalizar, visitar e não deixar o projeto fugir dos objetivos e dos princípios da Economia Popular Solidária.

O local estabelecido para as reuniões era o espaço de uma sala do Cefuria e sempre acompanhado por alguém da equipe dos educadores populares. Atualmente, o CECOPAM cedeu um espaço próprio para a sede da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa. Aí se encontram o arquivo documental, tanto da Rede como os documentos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

As experiências solidárias vão se ampliando de diferentes formas no combate à exclusão social, na medida em que estrutura à democratização da gestão do trabalho valoriza as relações humanas e potencializa o desenvolvimento local, comunitário e a integração sustentável.

Nesse aspecto, a dimensão ética consiste em incluir o outro no processo de participação e de produção do conhecimento, um saber adquirido coletivamente. A ética reside no reconhecimento e na aceitação do outro como sujeito capaz de

conhecer e reconhecer-se com igualdade de direitos, o que implica uma relação de reciprocidade e respeito às diferenças individuais. Segundo Montero (2004), a comunidade tem voz própria e seus sujeitos são membros ativos, com capacidade de tomar e executar suas próprias decisões e, por isso, devem ser incluídos no processo de construção do conhecimento e de ação comunitária.

São atores sociais que buscam escrever sua própria história, participam de movimentos sociais e lutam por políticas públicas. A Psicologia precisa estar atenta a estas demandas e, mais do que atenta, precisa estar envolvida e comprometida com as causas coletivas, neste caso, com a geração de trabalho e renda de forma associativa. É necessário compreender o funcionamento dos grupos sociais, da autogestão, das disputas de poder, do desenvolvimento de políticas públicas, do desenvolvimento local, de uma visão crítica da sociedade e do modo de organização do trabalho e da distribuição de renda. Ou seja, uma Psicologia voltada para interesses coletivos e que compreenda o movimento histórico dos grupos sociais, bem como suas condições atuais para superar as contradições do sistema econômico capitalista (BEATRIZ, 2015, p. 15).

É possível assegurar que Economia Popular e Solidária é uma economia que considera as relações de trabalho mais igualitária e que humaniza o ser na sua totalidade. Singer (2003) entende que é uma alternativa que deverá desenvolver-se sempre em oposição à lógica do capital,

condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo a sua vontade mude (SINGER, 2003, p.59).

Embora ele defenda que a Economia Popular e Solidária seja uma alternativa ao capitalismo, ao mesmo tempo alerta que se tal modo de produzir for apenas uma resposta às contradições do sistema, como por exemplo, uma reação à falta de empregos, seu crescimento estaria condicionado ao sistema atual e fadado à ruína, uma vez que, não passaria apenas de uma forma complementar da economia capitalista.

No entanto, as pesquisas nos têm mostrado que a Economia Popular e Solidária consiste em diversas modalidades de organizações econômicas (associações, cooperativas, empresas de autogestão) e constituídas a partir da livre associação dos/as trabalhadores/as, geridas a partir dos princípios de autogestão, cooperação, distribuição de riqueza e solidariedade. Nesse sentido, propõe-se a

romper com a lógica capitalista, por meio da abolição da divisão entre trabalhadores/as e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação.

Diante de tal contexto, as várias formas de empreendimentos com o perfil comum da Economia Popular e Solidária têm buscado o maior fortalecimento possível para as novas relações de produção e de distribuição dos produtos e serviços por meio da organização de redes. É um posicionar-se contra a exploração dos trabalhadores e expropriação dos consumidores. As redes de empreendimentos, por sua vez,

integram grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria rede para garantir trabalho e rendas aos seus membros e para preservar o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos é reinvestida na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar postos de trabalho e aumentar a oferta solidária dos produtos e serviços. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui o volume e o número de itens que a rede ainda compra no mercado capitalista, evitando com isso que a riqueza produzida na rede seja acumulada pelos capitalistas. O objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem viver de cada um, de maneira ecológica e socialmente sustentável (MANCE, 2003, p.81-82).

Essa relação de trabalho em redes acontece em muitos setores da sociedade capitalista e, como a Economia Popular e Solidária não pode ainda se caracterizar como um modo de produção paralelo ao modo vigente, os empreendimentos da Rede Solidária têm características próprias e muitos são os debates e tentativas de atingir o nível de verdadeira alternativa ao capitalismo e, não simplesmente uma alternativa dentro do atual sistema. Isso só será possível, se alcançar "níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos" (SINGER, 2002, p. 121). Muitos afirmam que é apenas uma utopia pensar a organização da Economia Popular e Solidária como uma organização que superará o modelo vigente.

Embora, para muitos seja utopia, já se percebe o aumento das organizações coletivas e autônomas e também o desenvolvimento significativo de uma mentalidade que valoriza uma economia diferente do capitalismo. Beatriz (2012) compartilha a visão de Paul Singer sobre a autogestão, como um principal

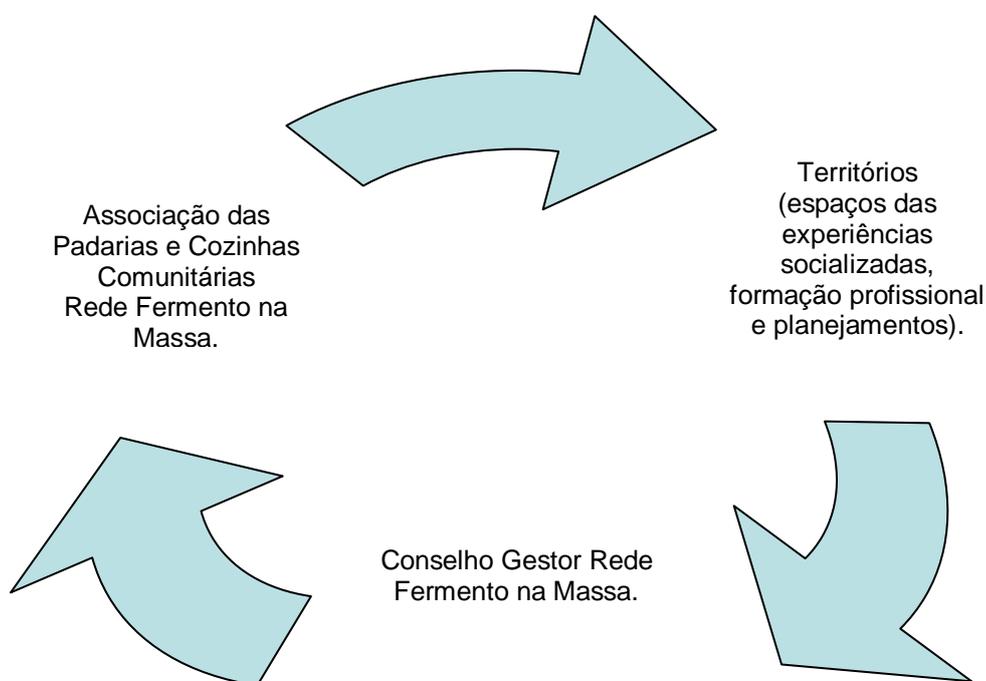
diferencial do empreendimento solidário, pois em uma empresa capitalista visa-se a concentração do poder, a heterogestão, caracterizada pela distribuição desigual do poder, sendo bastante criticado pela economia solidária. Essa consciência crítica é baseada na lógica da valorização do ser humano, no combate às desigualdades e no respeito ao ambiente natural, à terra e o que dela tiramos para o nosso alimento, está de alguma forma, presente no processo de emancipação.

4.2 DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram identificados vários dados com a técnica da aplicação de questionário e, sobretudo com a observação participativa da mestrandia.

O questionário foi aplicado a treze integrantes do empreendimento - Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa -, chegando aos seguintes resultados.

Figura 1 O trabalho é coletivo, autônomo e solidário



Existe entre os integrantes desse empreendimento solidário a prática do trabalho numa dimensão cíclica. A figura 1 mostra que existe o entendimento e a

vivência de interação entre as pessoas, sobretudo a dimensão do trabalho coletivo, autônomo e solidário.

São no total 96 pessoas nos espaços das Padarias e Cozinhas Comunitárias, Rede Fermento na Massa.

Tabela 1 - Integrantes da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias - 2017

Trabalhadores	%	Idade	%média	Grau de escolaridade	%
Sexo feminino	95	35 - 55	45 anos	Ensino Fundamental	80
				Ensino Médio e Universitário	20
Sexo masculino	5	45 - 60	55 anos	Ensino Fundamental	3
				Ensino Médio e Universitário	2

Com esses dados percebe-se que as mulheres são em sua maioria as que levam em frente o empreendimento das padarias comunitárias, elas têm encontrado um espaço de apoio, de solidariedade na cooperação entre todos e, ainda, como relata Rosângela Schiocchet (2017):

vários tipos de saberes adquirimos como trabalhadoras nas padarias comunitárias, pois discutimos as dificuldades das padarias e soluções para as mesmas; fazemos estudos atuais que foram sugeridos nas reuniões de planejamento, que abrangem diversas áreas, como por exemplo, área econômica, política, jurídica, social, etc.

Sobre a questão da emancipação, assim como foi entendido nos capítulos anteriores, sobretudo nas reflexões de Kant, em que ele argumenta que o processo de emancipação é contínuo, pois os seres humanos tende a depender-se uns dos outros legitimando a relação de poder. Entre as mulheres da Associação Rede Fermento na Massa existe a consciência de que é preciso ainda muita luta, para superar as relações de poder e de mando. Elas demonstram que já fizeram uma trajetória de autonomia e estão construindo relações mais igualitárias, entre os vários exemplos dessas mulheres de luta, mencionamos o de Simone Maria Latczuk, 2017, ela acompanha todas as padarias e cozinhas da Associação Rede Fermento na Massa e afirma:

sobre a emancipação da mulher, tenho pensado sim. Sou dona do meu nariz, sou mulher, mereço ser alguém na sociedade. Sou capaz

de gerenciar minha casa e educar meus filhos, sou respeitada onde moro e trabalho.

Com a aplicação do questionário, sobre os saberes adquiridos ao participarem da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, as respostas foram unânimes. Todas que foram entrevistadas confirmam que o fato de receber e compartilhar as informações, os conhecimentos e a própria vida, tem trazido resultados de um saber que perdurará para a vida toda.

As mulheres foram questionadas também sobre os desafios que enfrentam no cotidiano de seus trabalhos, como autônomas. Embora estejam em ambientes diversos, compartilham de desafios similares:

- ✓ trabalhar com a mentalidade de que é possível uma economia diferente do que propaga a competitividade capitalista;
- ✓ coragem suficiente para liderar de forma participativa, assumindo as dificuldades pessoais, como a timidez e a autoestima;
- ✓ encontrar formas de produzir e comercializar, sem que as demandas sejam exaustivas;
- ✓ ter na comunidade espaços de divulgação, valorização para facilitar o comércio;
- ✓ a falta de incentivo do poder público;
- ✓ falta de dinheiro para a matéria prima; o medo do novo, como exemplo, a autogestão;
- ✓ a exigência do diálogo, para que o trabalho e para que os resultados sejam desenvolvidos nos princípios da solidariedade e do comércio justo;
- ✓ no âmbito da política pública da Economia Popular Solidária, ainda falta incentivo dos órgãos públicos.

Entre estes e outros desafios está a necessidade de superação da crise nacional que vem gerando maior número de desemprego. Urge a necessidade de fortalecimento das iniciativas populares para fazer valer as demandas da sociedade civil. Esse empreendimento solidário está demonstrando na prática que é possível, por meio da organização e do trabalho cooperativo, aumentar as chances de resolverem problemas e realizarem projetos e alternativas com autonomia.

Já apontam algumas mudanças significativas com o reconhecimento legal nos órgãos públicos, facilitando a burocracia exigida. Para isso, é importante fortalecer

ainda mais, as instâncias participativas nas assembleias, conferências, conselhos, fóruns e na elaboração de projetos participativos.

Rozalba Eliane Gomes Wisnievski é integrante da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, Rede Fermento na Massa e representa as mulheres da associação na presidência do Conselho Municipal de EcoSol, 2017 em Curitiba Paraná. Representa também todas as pessoas que lutam por uma economia diferente, mais humanizadora com o ser humano e com o que existe em nosso ambiente. Para ela, o que a levou a participar nos empreendimentos da Economia Popular Solidária foram muitos motivos, entre eles relata: "Somos mulheres com idade que já o mercado de trabalho capitalista não valoriza. Pensamos outra economia mais justa, no sistema de autogestão e sabemos que isso é possível."

Os empreendimentos da Economia Popular Solidária, tanto podem ser o local de trabalho, que fornece a renda principal das famílias envolvidas, como podem ser um meio de complementação da renda familiar, compondo as diferentes estratégias de reprodução social de milhares de famílias no Brasil. É importante destacar também que muitos empreendimentos são organizados não apenas visando à renda monetária propriamente dita, mas com outros objetivos que se integram a um projeto de desenvolvimento comunitário, tais como clubes de troca, grupos de consumo coletivo, finanças solidárias (fundos rotativos, cooperativas de crédito, bancos populares), entre outros.

Dada a importância da aproximação com as pessoas integrantes da Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, Rede Fermento na Massa, por meio do conhecimento empírico, é possível afirmar que existe o desenvolvimento de processos de emancipação humana a partir da Economia Popular e solidária.

Existe significativa porcentagem de direitos já assegurados que levam à emancipação da mulher, ainda percebemos que existem grandes questionamentos, que foram surgindo com a pesquisa de campo, pois, a não emancipação humana, põe em risco os direitos fundamentais assegurados. Com isso, justifica-se a demanda das organizações populares e alternativas, que configuram a história das lutas sociais, de todos os que se organizam em movimentos de libertação, especialmente das mulheres que conseguiram sair da invisibilidade e que ocupam os espaços acadêmicos, profissionais, políticos e que fazem acontecer políticas públicas de defesa dos direitos.

Foram constatadas ainda relações desiguais entre homens e mulheres, nos espaços das Padarias Comunitárias, porém, já existe a consciência dos processos de mudança. As pessoas envolvidas nas diferentes atividades têm a consciência de que é pelos saberes que se pode construir outra realidade, levando em conta a autonomia dos agentes potencializada pelo trabalho cooperativo e por relações socioeconômicas de inclusão. Constituem parte desse cenário de saberes as diversas formas de produção, consumo e comercialização de alimentos; as relações de cooperação e de solidariedade; a autonomia e o desenvolvimento da consciência crítica frente à intervenção do neoliberalismo e do capitalismo que incentivam o consumo desenfreado e irresponsável.

Os resultados desse estudo nos ajudam na compreensão, de que existem pessoas que estão desenvolvendo uma nova forma de lidar com a economia, vivenciando a relação menos desigual e de respeito consigo mesmo, com o capital e com o meio ambiente. Embora encontradas limitações nas experiências dos sujeitos envolvidos na pesquisa, foi constatada a persistência nos esforços para a realização dos seus fins, pois acreditam na possibilidade de construir, através das relações de cooperação, uma sociedade mais democrática em que a participação na economia seja um direito para todos.

As pessoas estão envolvidas com o trabalho coletivo e autônomo, querem, podem e fazem acontecer o novo jeito de uma economia que valoriza, sobretudo, a pessoa e o meio em que vivem, como já foi mencionado anteriormente, a maioria são mulheres de luta. Pessoas que acreditam no fortalecimento da ação transformadora e lutam por uma sociedade mais humanizada com princípios de dignidade para todos, principalmente para os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Não faltam exemplos de preservação da vida em condições dignas, através da participação democrática, da solidariedade e da reciprocidade. Segundo Singer (2002) a Economia Popular e Solidária não deveria ser apenas uma reação da sociedade frente à falta de emprego, pois isso fatalmente a transformaria em mais uma forma complementar da economia capitalista. Entende-se que é preciso de fato criar nova mentalidade ou até mesmo chegar a uma nova cultura sobre a concepção de economia.

As mulheres trabalhadoras nos espaços das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa, procuram estabelecer relações de

cooperação e autonomia, sobretudo, elas são incentivadoras no processo da efetivação de direitos para que a emancipação humana aconteça de fato. Tal transformação deve afetar a mulheres e homens e todos os atores sociais envolvidos nesse empreendimento, pois recebem oportunidades de formação e profissionalização. São saberes embasados por meio de um processo educativo e que têm levado as pessoas a refletirem sobre os princípios da Economia Popular e Solidária, principalmente àquelas populações excluídas do sistema capitalista. Elas são aliadas aos movimentos sociais, pois buscam resgatar a autoestima em detrimento do assistencialismo. A participação e o fortalecimento do protagonismo desses atores sociais alimentam suas capacidades de transformar a realidade que afeta a todos de forma desumana.

Percebeu-se que essas mulheres de luta não estão buscando interesses próprios, mais sabem que a luta é pela classe trabalhadora. Ao organizarem a agenda de seus compromissos, planejamentos e a execução das suas demandas, sabem que existem inúmeras organizações sociais populares que tem objetivos comuns de luta por uma sociedade melhor.

A pesquisa do referencial teórico em consonância com os dados empíricos ajudou na reflexão, pois a questão de luta por direitos das mulheres é tema sempre atual na busca pela emancipação humana. A análise interdisciplinar contemplada nos primeiros capítulos com a ajuda da filosofia, história, psicologia, sociologia e teologia deixa mais contundente que a emancipação humana é um processo de libertação e superação das desigualdades que ainda predomina em todas as sociedades.

A dimensão ontológica das grandes transformações do ser humano pela exploração do trabalho, segundo a lógica capitalista, não é garantia de melhores relações, por mais sofisticadas que sejam as tecnologias. Ao contrário, aumenta a relação de poder sobre a natureza e sobre os subalternos, com destaque ao trabalho nas linhas de montagem que massifica e aliena o trabalhador.

Conclui-se que o universo das mulheres é de constante luta para estabelecer as relações de igualdade e de autonomia nos vários contextos, desde o cotidiano ao socioeconômico, sobretudo nas relações de trabalho até a organização da produção de renda em uma lógica fora dos princípios capitalistas da competitividade e da acumulação.

As relações de cooperação estabelecidas nos empreendimentos da Economia Popular Solidária contribuem para a formação da consciência crítica, de que é possível outra forma de pensar e realizar a economia.

Portanto, a Economia Popular e Solidária no Brasil segue como um campo ampliado de possibilidades da pesquisa, dado a complexidade e diversidade de dimensões da vida social que ele envolve. Desde o aspecto democrático das relações de participação nas mudanças que poderão ocorrer a nível nacional até mesmo as mudanças na superação das relações de produção e consumo.

Quanto ao objeto desse estudo, as análises foram feitas por meio do questionário, o mesmo se encontra no apêndice da dissertação, e também durante a observação participativa. A coleta dos dados foi determinante para demonstrar que é preciso superar muitos desafios no processo de luta das mulheres por direitos.

Destacam-se principalmente, os desafios relativos à necessidade de geração de renda em meio a um mercado competitivo, a uma economia baseada no agronegócio, pois dificulta o acesso dos produtos dos empreendimentos solidários. Internamente cada padaria comunitária encontra as dificuldades com a produção, a durabilidade dos produtos e a comercialização dos mesmos, gerando muitas vezes angústias devido às incertezas no resultado final de seus trabalhos. No cenário nacional o desafio se torna ainda maior, pois a ausência de política pública trava muitas iniciativas que poderiam contribuir nas mudanças necessárias para toda a classe trabalhadora.

Embora não seja tão simples e fácil, porém as mulheres têm em mãos a possibilidade e a consciência de que é possível combater as formas desiguais de pensar o ser humano, a sua existência e a suas diferenças. Entender a relação de gênero na sociedade Contemporânea é entender que as relações são múltiplas, vão além do masculino e feminino e, é uma compreensão que exige respeito pelo ser humano, amor pela diversidade e pelas opções culturais.

As mulheres de luta encontram na organização as várias formas de participação nos Fóruns, Assembleias e Conselhos. Trilham por caminhos que fortalecem a autoestima, o sentido de cooperação e solidariedade para a realização da agenda dos compromissos por elas estabelecidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de poder estabelecidas pelo individualismo contemporâneo reforçam a falta de respeito às diferenças culturais e banalizam os conflitos e os acontecimentos de massacre e de exploração do ser humano que continuam ocorrendo a nossos olhos.

Desde o período colonial no Brasil, as relações de gênero são entendidas no âmbito de poder: do sexo masculino em contraposição ao sexo feminino. Essas relações de poder perpassam o tempo e continuam significativamente com o estigma de uma mentalidade do patronato escravocrata revigorado no sistema patriarcal. As exigências de submissão, recato e docilidade imposta às mulheres produziram ao longo da história um poder simbólico, estruturando uma mentalidade que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido e, passivamente, cumprir as suas decisões. Esse poder determinante nas relações, gerando as desigualdades em vários âmbitos da convivência humana, passa a ser questionado e as mulheres têm contribuído significativamente na mudança dessa forma de pensar.

A contribuição feminina para a construção da história da humanidade passou a ser destaque, isto é, a mulher busca a sua visibilidade com a participação em várias organizações. Exemplo são as mulheres de luta que protagonizam na Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa. Elas entendem que na sociedade globalizada impere a lógica do capitalismo, direcionada para o consumismo explorador e acumulativo, existe, no entanto, uma porcentagem significativa de pessoas que defendem práticas de relações mais igualitárias e solidárias de cooperação e trabalho autogestionário, garantindo à população de desempregados/as uma vida mais digna e o "esclarecimento" de uma "economia do necessário".

A luta por direitos das mulheres na Economia Popular e Solidária tem contribuído para estabelecer uma participação maior em espaços diferentes de trabalhos, com fonte de renda para atender as necessidades básicas, nova mentalidade, autonomia que reforça a capacidade de gerir uma economia também fora de seus lares.

Por menos que seja divulgada a ação transformadora da mulher nas sociedades, é inegável que ela tenha contribuído de forma exaustiva nos grandes acontecimentos históricos e a sua luta tem sido em defesa da vida e por efetividades dos Direitos.

Desde sempre não podem ser esquecidas, com as suas ações transformadoras, nas antigas civilizações e nas sociedades globalizadas, deixam marcas profundas da conquista permeada pelas organizações sociais, políticas e econômicas.

Nos últimos anos, houve um significativo crescimento da forma de pensar e praticar outra economia, com os princípios da autogestão. Experimentou-se uma expansão no Brasil, em especial, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis. As mulheres são participantes ativas nas iniciativas econômicas coletivas solidárias, as quais vêm sendo incentivadas como estratégias de dinamização socioeconômica, em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, na perspectiva de promover a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente. Sobretudo, com firme propósito nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade favorecendo os processos emancipatórios significativos. É nesse cenário, que se fortalece e se materializa a idéia de que o caminho construído pelas mulheres gera as transformações.

A partir dos movimentos emancipatórios da sociedade civil organizada, com todos os agentes que, de forma consciente, procuram trabalhar pelas mudanças, sejam elas pela via de organizações não governamentais (ONGS), sejam pela via dos movimentos de libertação, com atuações voltadas para preservação do meio ambiente, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e/ou discriminados, e a promoção de comunidades que, por sua própria iniciativa, se organizam para a melhoria de suas condições de vida e renovação de suas tradições culturais.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o segmento emprega mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais mais de 60% são mulheres.³⁴

A Economia Popular e Solidária ressurgente então, como uma alternativa de buscar nova mentalidade na produção de bens, serviços e conhecimentos que vai

³⁴ Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, avalia que o modelo é caminho para tornar o país mais justo. Por Luciano Nascimento, da Agência Brasil publicado 28/11/2014.

gerando novas relações. Arroyo, em a "Economia Popular e Solidária: a Alavanca para um desenvolvimento sustentável," afirma:

a economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça (ARROYO, 2006, p. 63).

A análise que ele faz é bastante otimista e contribui no entendimento das relações de trabalho no âmbito da Economia Popular e Solidária. Nesse sentido, entre tantos desafios destacou-se a importância do diálogo.

O trabalho da pesquisa participante nos territórios possibilitou uma inserção maior nas atividades laborais desenvolvidas e também com a participação nos dias de formação e planejamento dos trabalhos, assim como, em dias de curso técnico para novos integrantes. Essa oportunidade de poder participar das experiências foi um aprendizado que culminou significativamente com o aporte teórico, podendo afirmar que, existe de fato, grupos organizados que fazem a diferença no mundo do trabalho e na luta por políticas públicas. Foi possível presenciar o protagonismo das mulheres em várias dimensões, desde preparar os alimentos até a organização da gestão logística e a liderança nas reuniões e nos grupos, sobretudo, a luta diante das dificuldades que enfrentam.

A atuação das mulheres na Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias, Rede Fermento na Massa é uma experiência de autogestão que está possibilitando, além do fermento e pão material, a fermentação de lideranças e trabalhadoras, que estão vivendo o processo emancipatório ao sair de seus espaços privados, estabelecendo trabalhos cooperativos e participando da formação popular, que as colocam em uma posição de igualdade e de parcerias com o homem. Organizam-se em territórios privilegiados de participação, ampliando as relações sociais, econômicas e políticas. Com isso, sem dúvida, ampliam-se os conhecimentos relacionados aos produtos de seus trabalhos e aos conhecimentos democráticos, unindo os saberes aos sabores do pão e ao processo de emancipação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá & SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. 1. Ed. São Paulo: Editora F. Perseu Abramo, 2006.

ASSUMANN, Severino José. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. Olympe de Gouges (1791), Revista Interdisciplinar Interthesis, Florianópolis: 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Economia Solidária: Os caminhos da autonomia coletiva**. Curitiba: Juruá, 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência social. **1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015 - 2019**. Brasília, DF: 2014.

CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. **A Teologia ecofeminista e sua perspectiva simbólico/cultural**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1395-1413, out./dez. 2012 – ISSN 2175-5841

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CEFURIA. **Multiplicando as sementes: Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa**. Curitiba, 2016, p. 06

CORAGGIO, J. L. **Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária**. In: KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

COSTA, Luciano de Souza. **O cooperativismo: uma breve reflexão teórica**. 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br>. Acesso em maio de 2017.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano: Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FARAONI, Alexandre; CARVALHO, Débora Cristina de. **Ser Protagonista: Sociologia**. Edições SM, São Paulo, 2014.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Laudato Si do Sumo Pontífice**. Ed. Paulus, São Paulo: 1ª Coedição, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, Maria Ester de. **Especial Mulheres: Mulheres e administração**, Vol.5, Nº2, p.1- Maio/jun. 2006. <http://bibliotecadigital.fgv.br/> Acesso em: 23 de março de 2017.

FUJISAWA, Marie Suzuki. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. Summus Editorial. 2006.

GAIGER, Luiz. **A outra racionalidade da economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, p. 57-77 - Dezembro 2007.

GATTAL, Z. **Anarquistas, graças a Deus**. São Paulo: Record, 1984, p.113.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000, p. 105.

_____. **Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal**. Entrevista com Maria José Rosado Nunes. PUCSP, 2005.

_____. Rev. **Estudos Feministas**. Vol 14 Fem. vol.14, Nº.1, Florianópolis, jan/abr. 2006. <http://www.scielo.br/scielo>, 2006. Acesso em: 25 jan. 2017.

GEDEL & PEQUENO. **Padarias Comunitarias**, 2016. <http://www.cefuria.org.br/padarias-comunitarias>. Acesso em: 12 de março de 2017.

GUIMA, Daniela. **O Legado de Betinho**. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/noticias/o-legado-de-betinho/2003>. Acesso em: 23 de março de 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil**. http://www.universia.com.br/html/materia/materia_dcfa.html. Publicado em 02/04/2004. Acesso em: 23 de março de 2017.

_____. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. Rev. Bras. Educ., Nº.15, Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2000

GOUGES, Olympe de. **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne**. In: Bibliothèque Jeanne Hersch. Textes fondateurs. Disponível em: «http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm». Acesso em: 12/06/2017.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização da automóvel**. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**, I. 2ª ed. Taurus - Buenos Aires. 2001. P. 70 e 71.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976, p. 06

IASI, Mauro Luis. **Direito e emancipação humana**. <https://www.metodista.br/2005revistas-ims/index.php/RFD/article/view/477/474>. Acesso em: 12 de março de 2017.

IPEA, Ministério do Planejamento. **Desenvolvimento e Gestão**. Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira. Brasília, 2016.

KANT, Immanuel. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.

_____. **Resposta à Questão: que é Esclarecimento?** In: _____. Textos Seletos. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 100-117.

_____. **Crítica da razão prática** (V. Rohden, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. 2002, (Original publicado em 1788).

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005.

KNAPIK, Márcia Carneiro. **Padarias Comunitárias:** fermentando outra economia, metodologia e sistematização de experiências coletivas populares. Gráfica Popular, Curitiba: 2007

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAROUSSE. **Diccionario enciclopédico.** Ediciones Larousse, S. A de C. V. Dinamarca, 1996. p. 375.

LECHAT, RITTER, LEMES E SCHIRMER. **Administração autogestionária:** uma possibilidade de trabalho permanente . ANTEAG – São Paulo, 1998.

LIMA, J. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

_____. **Ontologia do ser social.** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontología del ser social:** el trabajo. Traducción de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MARX, K. **Contribuição a crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A Lei Geral da Acumulação Capitalista** (cap. XXIII), In: O Capital (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979, p. 712-827.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O capital:** crítica da economia política. livro I. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Sobre a questão judaica** . São Paulo: Boitempo, 2010.

MANCE, Euclides André. (org.). **Como Organizar Redes Solidárias.** Rio de Janeiro, IFIL, Fase, DP&A, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIRANDA, MRS. **Arquivo de fotos da pesquisa empírica: Associação das Padarias e Cozinhas Comunitárias Rede Fermento na Massa**. Curitiba, 2017.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M. Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3ª. ed. São Paulo, 2011.

_____. MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos aires: Paidós, 2004.

_____. **Hacer para transformar: El método en la Psicología Comunitaria**. Buenos aires: Paidós, 2006.

MUELLER, H. I. **Flores aos rebeldes que falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista - Colônia Cristina Curitiba: Aos Quatro Ventos**, 1999, p.221.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

NAKANO, M. **Anteag: a autogestão como marca**. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, 2000. Contexto, p. 65-80.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e 2001. p.167-234.

Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa, Cefuria, MT e Senaes. **Multiplicando as sementes**, p. 16 - 21, Curitiba, 2016.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes de. **O ensino elementar no Decreto Leôncio de Carvalho: "visão de mundo"** Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

RIBEIRO, Lourença Santiago. **Criação e partilha de conhecimento em empreendimentos de economia solidária: o caso da Associação das padarias comunitárias "Fermento na massa"**. Dissertação de mestrado, Ufrp. 2011.

RIBEIRO, Lourença Santiago. **Rede Marista de Solidariedade**, 2016 <http://www.cinemas.kope.com/realiza-feira-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 21 de abril de 2017.

RUETHER, R. R. **Gaia y Dios**: una teología ecofeminista para la recuperación de la tierra. México: Demarc, 1993.

_____. **Ecofeminismo**: mulheres do primeiro e terceiro mundos. Mandrágora, São Bernardo do Campo, n. 6, p. 11-17, 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília: UNDP/Sebrae, 2002.

SCHPUN, Mônica Raisa; **Carlota Pereira de Queiroz**: uma mulher na política. Revista Brasileira de História; v.17; n° 33; 1997; p. 167-200; São Paulo.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul I; A.R. de SOUZA (orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, 2000. Contexto, p. 267-286.

_____. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Globalização e Desemprego**: diagnósticos e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. et al. **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Rev. Bras. Educ. n°. 15 Rio de Janeiro. Set./Dez. 2000. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

SOUZA, Marcelo Inácio de. **Economia Solidária no Brasil**. [http://cirandas.net/fbes/economia-solidaria-no-brasil.comunicador social.](http://cirandas.net/fbes/economia-solidaria-no-brasil.comunicador-social), 02/2017. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

ZAZULA, Marilene Beatriz & CARVALHO. **Psicologia e formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários**.<http://www.conpes.ufscar.br/content/uploads/trabalhos/gt1/sessao-3>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

ZUCCO, Luciana; LISBOA, Teresa Kleba. **Rose marie Muraro**: uma mulher impossível. Revista Estudos Feministas. In Memorian Vol. 22, Nº. 2. Florianópolis, May/Aug. 2014.

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/11/economia-solidaria-e-alternativa-a-exclusao-social-do-capitalismo-9068.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/missionario-da-economia-solidaria-paul-singer-a-compara-ao-socialismo-4852.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

http://www.ebiografia.com/simone_de_beuvoir/2015. Acesso em: 05 fev. 2017.

<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/eixos/inclusao-social/economia-solidaria>. Acesso em: 02 de março de 2017.

<http://www.cefuria.org.br/2017/02/02/cefuria-promove-ciranda-das-mulheres>. Acesso: 20 de abril de 2017.

<http://www.unisolbrasil.org.br/senaes-participa-da-campanha-do-ano-do-desenvolvimento-europeu-2015-na-italia>. Acesso em: 22 de abril de 2017.

<http://www.cefuria.org.br/2016/07/18/brasil-de-fato-circo-unifica-movimento-em-defesa-da-democracia-em-curitiba/>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

<http://www.saber.org.br/palestra/12/06o574.pdf> . Balsadi. Acesso em: 10 de maio de 2017.

<http://www.cefuria.org.br/escola-de-formacao-escolinha>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

<https://tratado-sobre-a-emancipacao-da-mulher-uma-feminista-no-brasil-de-1868- RIBEIRO, 2015/>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

<http://www.politize.com.br/escola-sem-partido-entenda-a-polemica>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

<http://www.palmeira.pr.gov.br/turismo/memorial-colonia-cecilia>- Prefeitura de Palmeira. 19/03/2014. Acesso em: 28 de julho de 2017.

<http://www.reformapolitica.org.br/noticias/entrevistas/1834-ricardo-antunes-periodo-que-vai-de-2016-a-2018-sera-uma-sucessao-amplificada-e-articulada-de-crises>. Acesso em: 17 de agosto de 2017.

ANEXOS

Os anexos fazem parte da pesquisa e da relevância que se quer demonstrar sobre a trajetória de inúmeras mulheres, na luta pela emancipação e fortalecimento no processo de superação das desigualdades. Impossível mencionar aqui a importância e o rosto de todas as mulheres, porém as fotos que estão em destaque representam a persistência na realização de uma sociedade mais justa e igualitária. São pessoas solidárias que vêm construindo formas diferentes de entender e praticar a economia.

ANEXO A - Olímpia de Gouges.



Fonte: <http://www.commons.wikimedia.org/wiki/File:Marie-Olympe-de-Gouges.jpg/>. Acesso em: 12/06/17.

ANEXO B - Bertha Lutz se manteve como uma grande líder e representou o Brasil em várias oportunidades e participou como membro de entidades internacionais.



Fonte: <http://claudia.abril.com.br/noticias/4-mulheres-historicas-da-politica-brasileira-que-voce-precisa-conhecer>. Acesso em: 13/06/17.

ANEXO C - O Circo da Democracia foi organizado em espaço Público, na Praça Santos Andrade, no Centro de Curitiba, Paraná.



Fonte: <http://www.cefuria.org.br/2016/07/18/brasil-de-fato-circo-unifica-movimento-em-defesa-da-democracia-em-curitiba/>. Acesso em: 02/05/17.

ANEXO D - Representantes das várias padarias e cozinhas comunitária - Rede Fermento na Massa.



Fonte: disponível, <http://www.cefuria.org.br/padaria>. Acesso em: 12/04/17.

ANEXO E - Ciranda das Mulheres 2017.



Fonte: Fotos do arquivo de pesquisa, (MIRANDA, M.R.S., 2017).

ANEXO F - A participação nos grupos de trabalhos teve o objetivo de maior conscientização do protagonismo de cada mulher em particular dentro da Rede Fermento na Massa.



Fonte: disponível, <http://www.cefuria.org.br/2017/02/02/cefuria-promove-ciranda-das-mulheres>. Acesso em: 04/05/17.

ANEXO G - Encontro que reuniu vários empreendimentos da Economia Solidária de várias partes do Estado do Paraná - do campo e da cidade - 26 de março de 2017 - Em Curitiba, Pr.



Fonte: Fotos do arquivo de pesquisa, (MIRANDA, M.R.S., 2017).

ANEXO H - Representantes de algumas padarias em um dia de curso no ambiente da padaria CECOPAM - março/2017.



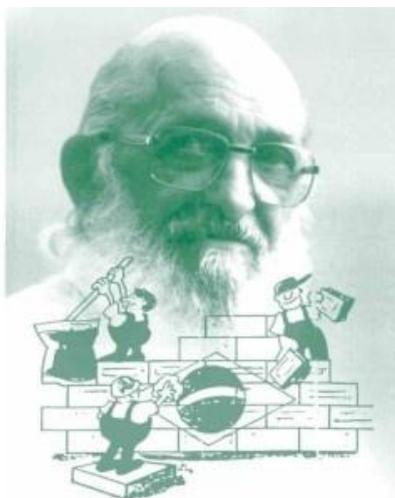
Fonte: Fotos do arquivo de pesquisa, (MIRANDA, M.R.S., 2017).

ANEXO I - A Padaria O Pão Nosso é exemplo de solidariedade e inclusão social. Demonstram na prática que é possível relações mais igualitárias. Março/2017.



Fonte: Fotos do arquivo de pesquisa, (MIRANDA, M.R.S., 2017).

ANEXO J - Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacional.



Fonte: Disponível, <http://www.cefuria.org.br/tag/padarias-comunitarias/PauloFreire>. Acesso em: 05/06/17.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do estudo - ***Direitos Humanos e Gênero: processo de emancipação da mulher através da Economia Solidária como garantia de Direitos*** e que tem como objetivo pesquisar sobre a participação das mulheres em um dos projetos da Economia solidária e demonstrar que é possível o desenvolvimento do processo emancipatório como garantia de Direitos Humanos. Acreditamos que ela seja importante porque considera-se tema atual, uma vez que, os Direitos Humanos ainda continuam sendo violados de forma brutal. Os inúmeros e sofisticados mecanismos técnicos da sociedade concebida como “pós-moderna” não conseguem estabelecer valores para a diminuição das desigualdades sociais e o desrespeito às questões de gênero; é relevante nas abordagens propostas e merece muita pesquisa e reflexão nos dias atuais, em vista de que, ao avaliar o processo emancipatório estaria reavaliando o papel da mulher, seu poder de transformação na sociedade atual, sua participação na Economia Solidária como gestoras autônomas exercendo o trabalho de forma cooperativa e como administradoras das tarefas relacionadas a sua formação e aos compromissos familiares, sociais e políticos poderão estabelecer uma relação menos desigual e de respeito aos Direitos Humanos. É necessário ressaltar que a contribuição dessa pesquisa trará benefícios para o próprio grupo “Fermento na Massa” no sentido de descobrir juntos como acontece o processo de emancipação e incentivar a outros grupos a se organizar e não desistir diante dos desafios. Trará contribuição também para o espaço acadêmico nas análises do estudo científico e em uma análise crítica da sociedade pautada na lógica do sistema capitalista e nas relações de poder que foram estabelecidas pelo sistema patriarcal estruturadas a partir da visão masculina e com o desenrolar do estudo pretende-se também responder aos vários questionamentos que surgem juntamente com a necessidade de continuar pensando a importância da participação da mulher nas organizações e a luta pela emancipação das garras do sistema ideologizado, reforçado pela mídia materialista e mentalidades ainda machista que impedem de alguma forma relações mais cooperativas e de respeito nas diferenças de gênero, posição social, econômica, política e cultural.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A minha participação no referido estudo será de responder o questionário proposto pela pesquisadora e abrir espaço para o registro de nossas atividades, seja com fotos ou coletando experiências de trabalho nos locais da padaria e em reuniões do Conselho Gestor.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Fui alertado(a) de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como ressaltar a contribuição dessa organização “Fermento na Massa” para a sociedade atual como alternativa de superação do desemprego e incentivar a outros grupos a se organizar e não desistir diante da competitividade capitalista. Outro benefício será um melhor entendimento do processo de emancipação na relação de gênero. Recebi também que é possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos como o despertar de certo sentimento de constrangimento ao responder as questões elaboradas pela pesquisadora e até mesmo diante das fotos que serão utilizadas no seu trabalho. Dos quais medidas serão tomadas para sua redução, tais como o não registro de informações privadas de cunho mais íntimo, conversar previamente sobre o registro e análise das fotos.

SIGILO E PRIVACIDADE

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

AUTONOMIA

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por

desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, haverá ressarcimento dos valores gastos na forma de depósito em conta corrente. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

CONTATO

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é Maria Rosa da Silva Miranda, mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e com ela poderei manter contato pelos telefones..... .

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CEP) pelo telefone (41)3271-2292 entre segunda e sexta-feira das 08h00 as 17h30 ou pelo e-mail nep@pucpr.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
e-mail:	

Local, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

USO DE IMAGEM

Autorizo o uso de minha imagem, do espaço em que se realizam os empreendimentos e dos trabalhos realizados com fotos para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito ao espaço acadêmico e a ilustração do trabalho de dissertação que possivelmente será publicado, assim como os gráficos com o resultado do questionário.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

QUESTIONÁRIO

O questionário tem o objetivo de coletar os dados e fornecer a reflexão para a análise mais qualificada do tema desta pesquisa.

1. Nome da Padaria Comunitária:

.....

2. Ano que iniciou:

.....

3. Local em que começaram as atividades:

.....

4. Quantos integrantes havia no grupo quando começou?

Nº de mulheres:

Nº de homens:

5. Quantos integrantes existem hoje?

Nº de mulheres:

Nº de homens:

6. Qual foi a motivação primeira para participar desse empreendimento?

.....

.....

7. O que levou ou leva você a continuar participando?

.....

.....

8. Como se chama o Território que participa?

.....

.....

9. Você participa das reuniões do Conselho Gestor "Fermento na Massa"?

.....

10. Que tipo de saber ou saberes se adquire participando do grupo das Padarias comunitárias?

.....

.....

Qual é o seu grau de instrução?

Fundamental

Ensino Médio

Universitário

11. Qual é a sua função no grupo da Padaria Comunitária?

.....

12. Qual é a sua faixa etária?

- a. De 18 a 20 anos
 b. De 20 a 35 anos
 c. De 35 a 50 anos
 d. De 50 a 65 anos

13. Como "Fermento na Massa" está contribuindo para gerar mudanças:

- a. Na sociedade?
- b. Na família?
- c. Na sua vida pessoal?

14. Quais são as Instituições que apóiam o desenvolvimento das Padarias Comunitárias?

Governamental	
Não governamental	

15. Que tipo de apoio é dado?

.....

16. A nível de família:

- a. Que tipo de apoio tem recebido para continuar na Padaria Comunitária?

.....

- b. Quais são as dificuldades que atrapalham o trabalho na Padaria Comunitária?

.....

17. Como acontecem as relações humanas e administrativas entre os membros que fazem parte da Padaria Comunitária? (Poderá ter mais de uma alternativa).

- Relações de cooperação?
- Relações de mando?
- Relações de autonomia?
- Relações democráticas?
- Relações de parcerias?

18. Você já pensou o que significa a expressão "**Emancipação da mulher**"?

.....

19. Que formas de "Emancipação" são percebidas no grupo que participa das Padarias Comunitárias?

.....

.....

20. Nas relações de trabalho dentro das padarias, qual é a contribuição que a Economia Solidária oferece?

.....

.....

21. Na distribuição das tarefas, dentro da organização "Fermento na Massa", quem tem mais destaque? a mulher ou o homem?

.....

.....

22. Quais são os Direitos humanos que são defendidos na Lei mais que ainda não são respeitados na prática?

.....

.....

A sua participação nesse trabalho é fundamental para continuar a reflexão sobre a luta por direitos humanos das mulheres e por relações menos desigual e de inclusão.

(MIRANDA, M.R.S. 2017).